

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ALTO MINHO

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL Versão Final



Junho 2023

FICHA TÉCNICA

DESIGNAÇÃO:

Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho

Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, novembro de 2022

EQUIPA TÉCNICA:

NÚCLEO DE COORDENAÇÃO

Vilma Silva	Coordenação Geral Licenciatura e Mestrado (pré-Bolonha) em Planeamento Regional e Urbano
Renato Dias	Coordenação Técnica Mestrado em Engenharia Civil - Planeamento

ESTRUTURA TÉCNICA

Andreia Quintas	Licenciatura (pré-Bolonha) e Doutoramento em Arquitetura Paisagista
Maria João Martins	Licenciatura e Mestrado em Arquitetura Paisagista
Salomé Gomes	Licenciatura (pré-Bolonha) em Economia e Planeamento Regional e Urbano
Sara Carvalho	Licenciatura e Mestrado em Arquitetura Paisagista
Tiago Bandeira Costa	Licenciatura e Mestrado em Arquitetura Paisagista
Tiago Ortega	Licenciatura e Mestrado em Arquitetura Paisagista
Tito Ferreira	Licenciatura em Geografia e Planeamento Regional e Pós-graduação em Urbanismo Sustentável e Ordenamento Território
Vera Santos Silva	Licenciatura (pré-Bolonha) em Arquitetura e Mestrado em Arquitetura

PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

Catarina Isidoro	Licenciatura em Geografia e Mestrado em Planeamento Regional e Urbano
Gil Moreira	Licenciatura (pré-Bolonha) em Arquitetura
Isabella Rusconi	Licenciatura em Arquitetura e Urbanismo e Mestrado em Planeamento Regional e Urbano
Janaina Barbosa	Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em Artes Visuais, Mestrado e Doutoramento em Design
Joana Martinho	Licenciatura e Pós-graduação em Ciências da Comunicação

ÍNDICE

1. SUMÁRIO EXECUTIVO.....	8
2. INTRODUÇÃO.....	11
3. PROCESSO METODOLÓGICO E PRINCÍPIOS DE CONCEÇÃO.....	15
4. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO	21
4.1. Políticas e Documentos Estratégicos	21
4.2. Quadro de Referência para o Financiamento das Medidas do PDS.....	34
4.3. Instrumentos de Planeamento de Âmbito Municipal	47
5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	50
5.1. Domínios Estratégicos.....	52
5.1.1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal.....	53
5.1.2. Emprego, Formação Profissional e Educação.....	54
5.1.3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social.....	56
5.1.4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços.....	57
5.1.5. Infância e Juventude.....	58
5.1.6. Envelhecimento Ativo	59
5.1.7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental.....	60
5.1.8. Segurança, Violência doméstica e Igualdade de género	61
5.2. Visão.....	63
5.3. Objetivos Estratégicos.....	65
6. PLANO DE AÇÃO	67
6.1. Medidas de governação.....	72
6.2. Medidas de capacitação	75
6.3. Medidas de monitorização	79
6.4. Medidas de inovação social	81
6.5. Medidas de criação/requalificação de equipamentos e serviços sociais	89
7. MODELO DE GOVERNAÇÃO	97
8. MONITORIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO	103
BIBLIOGRAFIA.....	106
Anexos111	
Anexo I. Análise das medidas propostas no âmbito do Processo Participativo.....	112

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Faseamento metodológico geral da elaboração do PDS do Alto Minho.....	15
Figura 2. Faseamento dos trabalhos	17
Figura 3. Componentes do PRR e os Investimentos Associados.....	37
Figura 4. Investimentos para a componente Resiliência	39
Figura 5. Domínios estratégicos do PDS AM	52

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Momentos do processo participativo na elaboração do PDS AM.....	17
Quadro 2. Outros financiamentos europeus relevantes para o Portugal 2030	45
Quadro 3. Ponto de situação da elaboração dos documentos relativos ao desenvolvimento social nos municípios do Alto Minho	47
Quadro 4. Temáticas dos problemas e necessidades consideradas mais relevantes nos diagnósticos sociais de âmbito municipal nos concelhos do Alto Minho.....	48
Quadro 5. Temáticas consideradas mais relevantes nos planos de desenvolvimento social de âmbito municipal nos concelhos do Alto Minho.....	48
Quadro 6. Análise SWOT com a identificação das principais fraquezas, forças, ameaças e oportunidade no Alto Minho, no âmbito da ação social	51
Quadro 7. Objetivos estratégicos do PDS AM.....	66
Quadro 8. Medidas propostas e relação com os domínios estratégicos do PDS AM	69
Quadro 9. Nível de prioridade das medidas do Plano de Ação.....	71

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. Distribuição dos fundos pelos 12 programas do Portugal 2030.....	44
--	----

SIGLAS E ACRÓNIMOS

CIM	Comunidade Intermunicipal
CLAS	Conselho Local de Ação Social
CNO	Centro de Novas Oportunidades
CRI	Centros de Responsabilidade Integrados
DL	Decreto-Lei
EAM	Estratégia Alto Minho
ENDC	Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças
ENEAS	Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável
ENICC	Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas
ENIND	Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação
FEAMPA	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura
FC	Fundo de Coesão
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE+	Fundo Social Europeu Mais
FTJ	Fundo para uma Transição Justa
GTA	Grupo de Trabalho Alargado
GTR	Grupo de Trabalho Restrito
IDS	Instituto para o Desenvolvimento Social
IEFP	Instituto do Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
LGP	Língua Gestual Portuguesa
PCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OE	Objetivos Estratégicos
PAIMH	Plano de Ação para a Igualdade entre Mulheres e Homens
PDS	Plano de Desenvolvimento Social

PDS AM	Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho
PNSM	Programa Nacional para a Saúde Mental
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RNCCI	Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados
RS	Rede Social
RSES	Rede de Serviços e Equipamentos Sociais
SAD	Serviço de Apoio Domiciliário
SLSM	Serviços Locais de Saúde Mental
SM	Saúde mental
STEAM	Ciências, Tecnologia, Engenharia, Artes e Matemática

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

O **Plano de Desenvolvimento Social do Alto Minho (PDS AM)** constitui um instrumento de planeamento estratégico que visa a definição conjunta e articulada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social, a nível supramunicipal à escala do Alto Minho.

A discussão e aprovação deste documento é da responsabilidade do Conselho Intermunicipal, derivando de um trabalho colaborativo entre as estruturas técnicas da Comunidade Intermunicipal (CIM) Alto Minho, do Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS, I.P) – Centro Distrital de Viana do Castelo e das Redes Sociais (RS) de âmbito municipal, bem como do natural envolvimento das equipas das estruturas técnicas dos 10 municípios do Alto Minho.

O PDS AM, no que respeita à abordagem metodológica adotada e às propostas estratégicas e programáticas que veicula, enquadra-se nos princípios, objetivos e modelo de organização da Rede Social (Decreto-Lei n.º 115/2006), que constitui o programa de âmbito nacional que incentiva os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições públicas e privadas de solidariedade social e demais entidades que trabalham na área da economia social a conjugarem os seus esforços para prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e/ou de exclusão e, ao mesmo tempo, promover o desenvolvimento social, numa lógica de organização estruturada ao nível municipal e coordenada ao nível sub-regional (nível NUT III) através das plataformas supraconcelhias.

Neste contexto, o PDS AM afirma-se como um importante instrumento de planeamento das políticas públicas de ação social ao nível supramunicipal, considerando, sobretudo, o novo contexto institucional marcado pela transferência de competências para as entidades intermunicipais no domínio da ação social (Lei n.º 50/2018 e Decreto-Lei n.º 55/2020). O exercício das novas competências dos órgãos das entidades intermunicipais em matéria de ação social, as quais consistem, prioritariamente, na participação na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, no exercício das competências das plataformas supraconcelhias e na elaboração de cartas sociais intermunicipais, beneficiará grandemente da existência de um instrumento de planeamento estratégico atualizado, participado e mobilizador dos parceiros da Rede Social, como é o caso deste PDS.

A metodologia de elaboração do PDS AM inseriu-se num processo mais alargado de planeamento que distingue três componentes (e produtos distintos): (i) a caracterização e diagnóstico dos problemas, recursos e desafios da rede social supramunicipal (Diagnóstico Social); (ii) a definição de linhas orientadoras em matéria de política pública de ação social e o desenvolvimento de propostas estratégicas e operativas (PDS); (iii) a identificação dos serviços e equipamentos sociais existentes e uma análise prospetiva dos domínios de intervenção social prioritários (Carta Social Intermunicipal).

A elaboração do PDS AM assentou num processo de trabalho de cooperação e partilha na conceção de uma estratégia conjunta, em que todos participaram na criação e na sua implementação, tendo-se assumido, desde o início, o processo participativo como uma componente fundamental da metodologia, recebendo de forma ampla distintos e alargados contributos para a elaboração do diagnóstico e posterior enquadramento estratégico, mas, também, de forma a induzir mecanismos colaborativos e lógicas de organização entre as diversas entidades participantes, procurando também disseminar práticas co-criativas e colaborativas para que este plano passe para o domínio da ação de uma forma natural.

O PDS AM procura garantir (e justificar) o alinhamento e articulação das opções estratégicas de nível municipal com as políticas e diretrizes estratégicas nacionais nos domínios do desenvolvimento social e económico e do desenvolvimento territorial e ordenamento do território. Estabelece, ainda, a articulação das estratégias e intervenções de nível supramunicipal com os instrumentos estratégicos de nível municipal (PDS), assegurando que existe uma coerência das soluções apresentadas com os eixos de intervenção em que se irão organizar as políticas públicas (nos seus vários níveis territoriais), mas também tendo em conta as linhas/programas de financiamento existentes ou previstos.

As alterações evolutivas no território e, em especial, as dinâmicas socioeconómicas que têm ocorrido nos anos mais recentes, evidenciam a necessidade de considerar a imprevisibilidade no processo de planeamento.

Neste sentido, na elaboração do PDS AM considerou-se fundamental que este fosse elaborado com uma perspetiva de adaptação e resiliência, de forma que, em caso de necessidade, se pudesse adaptar a estratégia de desenvolvimento, reajustando-se aos novos desafios.

O PDS, assim como o Diagnóstico Social, tem um âmbito temporal sincronizado com os instrumentos de programação dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (de acordo com o artigo 35.º do

Decreto-Lei n.º 115/2006). Como tal, prevê-se que o documento seja revisto de forma sistémica (de forma abrangente em jeito de avaliação “ongoing”) até 2028. Este prazo afigura-se compatível com o prazo de vigência da Carta Social Intermunicipal (quatro anos), garantindo-se, dessa forma, a necessária consonância entre os resultados do Diagnóstico Social e as propostas estratégicas e programáticas do PDS e o conteúdo da Carta Social Intermunicipal (de acordo com a Portaria n.º 66/2021).

Em termos de estrutura, este documento encontra-se organizado em oito capítulos, incluindo o presente sumário executivo. O segundo capítulo procede ao enquadramento institucional e regulamentar que subjaz à elaboração do PDS de âmbito supramunicipal. No terceiro capítulo, é explanado o processo metodológico de elaboração do PDS e são identificados os princípios e pressupostos de conceção que foram observados neste processo.

No quarto capítulo, efetua-se um enquadramento estratégico do PDS, nomeadamente com a análise das políticas e documentos estratégicos em vigor no domínio do desenvolvimento social em Portugal, do quadro de programas de financiamento disponíveis, bem como a análise das políticas e medidas de desenvolvimento social de âmbito municipal no contexto do Alto Minho.

O quinto capítulo é dedicado à apresentação e fundamentação da estratégia de desenvolvimento social de âmbito supramunicipal, sendo apresentados os domínios estratégicos, a visão e os objetivos estratégicos, que constituem a componente estratégica do Plano. Na fundamentação dos domínios e objetivos estratégicos, assume especial relevância a inclusão de breves sínteses dos resultados do Diagnóstico Social, nomeadamente no que se refere à distinção dos principais problemas, desafios, oportunidades e forças motrizes que constituem o contexto de implementação do PDS.

Seguidamente, o sexto capítulo aborda a componente operativa do PDS, incidindo no Plano de Ação, no qual são apresentados as medidas, programas e projetos com carácter estruturante, organizados por domínio estratégico e especificados através de uma ficha de descrição.

O sétimo capítulo apresenta o modelo de governação, expondo o modo de articulação das instituições, as valências e atribuições de cada grupo de trabalho, bem como a forma em que irá decorrer a partilha de recursos materiais, humanos e financeiros.

Por fim, o oitavo capítulo apresenta os princípios e procedimentos para a monitorização, acompanhamento e avaliação “ongoing” do PDS AM.

2. INTRODUÇÃO

“Um Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do desenvolvimento social local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações”. (IDS, 2002: 15)

O PDS AM assume-se, no atual quadro político, institucional e regulamentar, como um instrumento de diagnóstico e de planeamento estratégico da intervenção no domínio do desenvolvimento social e de ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais ao nível supramunicipal (NUTS III – Alto Minho).

A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, prevê, no seu artigo 32.º, que as entidades intermunicipais possam exercer novas competências no domínio da ação social. De forma mais específica, estabelece-se que as competências dessas entidades no domínio da ação social são as seguintes:

- a) É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais participar na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, exercendo as competências das plataformas supraconcelhias e assegurando a representação das entidades que as integram.
- b) Compete igualmente aos órgãos das entidades intermunicipais a elaboração de cartas sociais supramunicipais para identificação de prioridades e respostas sociais a nível intermunicipal.

Na esteira da Lei n.º 50/2018, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 55/2020, de 12 de agosto, que concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da ação social.

O Decreto-Lei n.º 55/2020 estabelece, no seu artigo 3.º, n.º 1, as competências dos órgãos municipais em matéria de ação social, que se listam de seguida:

- a) Assegurar o serviço de atendimento e de acompanhamento social;

- b) Elaborar as cartas sociais municipais, incluindo o mapeamento de respostas existentes ao nível dos equipamentos sociais;
- c) Assegurar a articulação entre as cartas sociais municipais e as prioridades definidas a nível nacional e regional;
- d) Implementar atividades de animação e apoio à família para as crianças que frequentam o ensino pré-escolar que correspondam à componente de apoio à família;
- e) Elaborar os relatórios de diagnóstico técnico e acompanhamento e de atribuição de prestações pecuniárias de carácter eventual em situações de carência económica e de risco social;
- f) Celebrar e acompanhar os contratos de inserção dos beneficiários do rendimento social de inserção;
- g) Desenvolver programas nas áreas de conforto habitacional para pessoas idosas, designadamente em articulação com entidades públicas, instituições particulares de solidariedade social ou com as estruturas de gestão dos programas temáticos;
- h) Coordenar a execução do programa de contratos locais de desenvolvimento social (CLDS), em articulação com os conselhos locais de ação social;
- i) Emitir parecer, vinculativo quando desfavorável, sobre a criação de serviços e equipamentos sociais com apoios públicos.

No mesmo artigo, n.º 2, são, igualmente, estabelecidas as competências das entidades intermunicipais nesse domínio:

- a) Participar na organização dos recursos e no planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, exercendo as competências das plataformas supraconcelhias e assegurando a representação das entidades que as integram;
- b) Elaborar as cartas sociais supramunicipais, para identificação de prioridades e respostas sociais a nível intermunicipal.

A Rede Social é um programa que mobiliza os organismos do setor público (serviços desconcentrados e autarquias locais), instituições solidárias e outras entidades que trabalham na área da ação social para conjugarem os seus esforços no sentido de prevenir, atenuar ou erradicar situações de pobreza e exclusão e promover o desenvolvimento social local através de um trabalho em parceria. A lógica de parceria é central na organização e operacionalização deste programa, sendo que a maior inovação

processual e de governança que procura implementar é o desenvolvimento de uma visão partilhada, entre os vários parceiros, dos problemas existentes, a definição em conjunto dos objetivos, prioridades e estratégias e, por conseguinte, a utilização mais racional dos recursos disponíveis.

A Rede Social surge no contexto de afirmação de uma nova geração de políticas sociais ativas, baseadas na responsabilização e mobilização do conjunto da sociedade e de cada indivíduo para o esforço de erradicação da pobreza e da exclusão social em Portugal. Foi criada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 197/97, de 18 de novembro, e da Declaração de Retificação n.º 10-O/98. Posteriormente, foram publicados o Despacho Normativo n.º 8/2002, de 12 de fevereiro, e o Decreto-Lei n.º 115/2006, de 14 de junho.

A Rede Social materializa-se, ao nível local, na criação das Comissões Sociais de Freguesia e/ou Inter-Freguesia (CSF/ CSIF) e dos Conselhos Locais de Ação Social (CLAS), constituindo plataformas de planeamento e coordenação da intervenção social, respetivamente, a nível de freguesia e concelho. Para além do nível local, são, ainda, previstas estruturas de organização e articulação da Rede Social ao nível das NUTS III, as designadas Plataformas Supraconcelhias.

Com a elaboração do **Diagnóstico Social**, pretende-se, genericamente, construir um retrato comum da situação social do território em estudo, resultante dos contributos das várias entidades com intervenção no mesmo território, que permita identificar prioridades de intervenção. Este retrato serve de base à conceção do **Plano de Desenvolvimento Social (PDS)** em que estejam inscritos os objetivos e estratégias de intervenção definidos para um quadro temporal alargado e sejam planeadas as formas de operacionalização do PDS, tendo em linha de conta um horizonte temporal mais curto.

Para além do nível concelho, o programa Rede Social prevê, ainda, ao nível do planeamento, o estabelecimento de um referencial supraconcelho (nível NUTS III) onde sobressaem as seguintes componentes:

- a) Reconhecimento do território, com vista ao conhecimento dos problemas, prioridades e eixos de intervenção e monitorização da sua implementação, sistematizando toda a informação transversal ao território em causa;
- b) Melhoria da eficácia dos serviços, na implementação regional e local de planos nacionais, sectoriais e temáticos através de uma lógica de cooperação e da definição de impactos na realidade social;

- c) Transferência de conhecimento, através da disseminação de práticas de excelência, com recurso a dispositivos de difusão da informação e partilha de experiências;
- d) Definição de cenários de excelência, que constituem os fatores de coesão social que constituem vantagens competitivas do território em causa.

A descrição do contexto institucional e regulamentar que subjaz à elaboração do PDS AM visa conferir uma maior clareza procedimental à opção da CIM Alto Minho de desenvolver este instrumento de planeamento. Trata-se, em síntese, do resultado da constatação de que a CIM, na assunção das suas novas competências em matéria de ação social, que incluem não só a elaboração da Carta Social Intermunicipal, mas também a coordenação, em sede da plataforma supraconcelhia, dos recursos e do planeamento das respostas e equipamentos sociais ao nível supraconcelhio, necessitaria de um instrumento de planeamento, de carácter estratégico e integrado, que estabelecesse um referencial estratégico para a globalidade das políticas públicas de desenvolvimento social com âmbito territorial compatível com a NUTS III. Este referencial é central para a definição das opções em matéria de ordenamento e programação da rede de serviços e equipamentos sociais, veiculadas pela Carta Social Intermunicipal, mas não se esgota nessa dimensão, já que assume, na observância dos princípios da Rede Social, uma preocupação com aspetos como a inovação social, governação, mobilização e articulação dos diferentes agentes/parceiros com atividade relevante na área territorial em causa.

Assim sendo, o PDS AM assume como principais objetivos:

- a) Promover o planeamento estratégico e a monitorização das abordagens locais e intermunicipais de desenvolvimento social;
- b) Analisar de forma integrada a procura e cobertura da rede de serviços e equipamentos sociais, propondo ações de ampliação, qualificação e melhoria dessa mesma rede, na observância das diretrizes e critérios de dimensionamento e parametrização das respostas sociais emanados de legislação, regulamentos e boas práticas;
- c) Contribuir para o reforço da articulação e coordenação das intervenções a diferentes escalas territoriais (nacional/intermunicipal e municipal/intermunicipal) e para a melhoria da comunicação e articulação em rede entre os diferentes agentes territoriais que operam no domínio do desenvolvimento social na NUTS III Alto Minho;
- d) Permitir o desenvolvimento de processos de aprendizagem coletiva e de transferência de conhecimento entre os diferentes parceiros da Rede Social de nível supraconcelhio.

3. PROCESSO METODOLÓGICO E PRINCÍPIOS DE CONCEÇÃO

A elaboração do PDS AM englobou três etapas metodológicas, que, de uma forma geral, se apresentam esquematicamente na figura seguinte.



Figura 1. Faseamento metodológico geral da elaboração do PDS do Alto Minho

Na primeira fase (Diagnóstico Social Intermunicipal), foi efetuada uma análise da situação social local e subregional atual, tendo por base os indicadores sociais e socioeconómicos disponíveis e a informação relativa à rede de serviços e equipamentos sociais, mas contando também como um processo participativo, no qual se identificaram os principais problemas e necessidades de intervenção, obtendo a perspetiva das várias entidades intervenientes neste processo.

A segunda fase (Plano de Desenvolvimento Social Intermunicipal) visou o estabelecimento de uma estratégia de intervenção e definição de objetivos, materializados na proposta de ações, bem como a definição das formas de operacionalização do PDS.

A terceira fase (Carta Social Intermunicipal) consistiu na compilação, sistematização e validação dos conteúdos desenvolvidos nas fases precedentes, com a transposição para o formato de Carta Social Intermunicipal.

Segundo Fumega (2013), “em Portugal, o Programa Rede Social surgiu como um exemplo paradigmático da participação no contexto da intervenção social e do planeamento estratégico participado”, sendo fundamental a participação e o envolvimento dos parceiros na elaboração de um instrumento de planeamento social como o PDS, contando com o envolvimento mediado dos atores e agentes dos quais depende a sua implementação e sucesso, quer no diagnóstico da situação social existente, quer na definição da situação social desejável.

Deste modo, e no espírito subjacente ao estabelecimento da Rede Social, assumiu-se, desde o início, o Processo Participativo como uma componente fundamental da metodologia, fornecendo contributos para a elaboração do diagnóstico e quadro estratégico do plano¹ - PDS, mas também de forma a induzir mecanismos colaborativos entre as diversas entidades participantes (públicas e privadas), capazes de fortalecer no futuro, quer a constituição de parcerias, quer a concertação de respostas, quer a otimização da gestão em rede de meios e recursos (Quadro 1).

FASE	MOMENTO PARTICIPATIVO	OBJETIVOS
FASE I – Diagnóstico Social Intermunicipal	Inquérito de diagnóstico	Tem como principal objetivo a construção coletiva de um diagnóstico prévio, compreendendo: a) Identificação de prioridades de intervenção; b) Recolha de proposta prévias sobre as questões sociais; c) Identificação preliminar dos eixos temáticos e objetivos estratégicos a considerar
FASE II – Plano de Desenvolvimento Social Intermunicipal	Sessões participativas	Tem como objetivos: a) Validação dos domínios e objetivos estratégicos identificados; b) Apresentação de propostas de medidas e ações para a concretização destes objetivos; c) Identificação das parcerias e atores intervenientes a integrar o PDS.
FASE III – Carta Social Intermunicipal	Workshops temáticos	Tem como objetivos: a) Identificação de soluções inovadoras; b) Aprofundar as temáticas: eixo, objetivos gerais e específicos e medidas/ações; b) Consolidar as parcerias e atores intervenientes;

¹ Um Plano é um instrumento que parte da identificação de problemas para a proposta de soluções para esses problemas. Deve ainda ter em conta que a resposta aos problemas deve partir de um nível mais genérico (o das grandes opções e orientações) para propostas concretas que lhes deem corpo, de modo a garantir que as ações implementadas não sejam soluções avulsas, mas resultem de uma visão de conjunto. De acordo com o Instituto para o Desenvolvimento Social (IDS, 2002), podem identificar-se três etapas fundamentais na construção de um Plano de Desenvolvimento Social: (a) diagnóstico da situação; (b) definição de linhas orientadoras; e (c) a operacionalização do plano de ação. Estas etapas podem ser desdobradas noutras de âmbito mais restrito, consoante o âmbito territorial do plano em causa.

		c) Identificar, criar e fortalecer redes institucionais.
	Sessão de apresentação	Tem como objetivo recolher contributos finais e validar os conteúdos do PDS

Quadro 1. Momentos do processo participativo na elaboração do PDS AM

Neste sentido, o PDS AM assume uma vertente de diagnóstico (problemas, desafios e recursos) e de planeamento estratégico (estratégia e ações/medidas), visando a identificação das prioridades das respostas sociais ao nível intermunicipal e o ordenamento prospetivo da rede de serviços e equipamentos sociais (Figura 2).

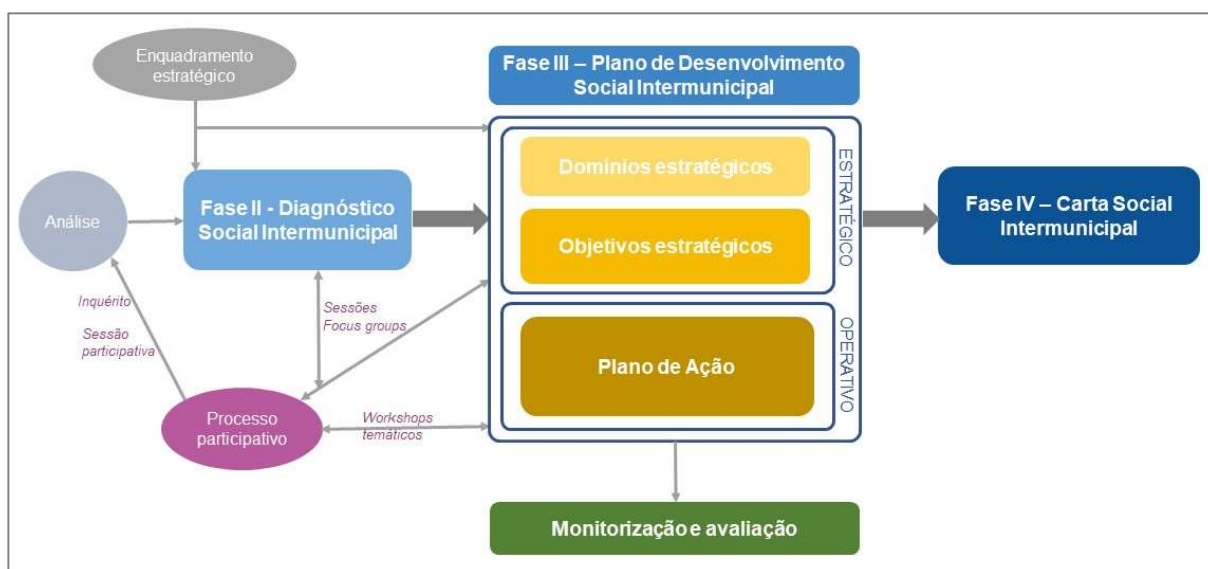


Figura 2. Faseamento dos trabalhos

Na etapa de diagnóstico, foram efetuados os trabalhos de contextualização, caracterização e avaliação territorial, bem como realizado um enquadramento estratégico, tendo por base os diversos instrumentos e políticas de âmbito social. Através do processo participativo, foram auscultadas as várias entidades que constituem o Grupo de Trabalho Restrito (GTR), de modo a identificar os principais problemas e necessidades, bem como reconhecer as prioridades de intervenção.

Após a produção do relatório de diagnóstico, foi efetuada uma sessão participativa com o Grupo de Trabalho Alargado (GTA), na qual foram validados os objetivos gerais e específicos identificados

(resultantes da sistematização das respostas ao inquérito em articulação com a componente técnica) e apresentadas propostas de medidas e ações para a concretização destes objetivos, constituindo este o ponto de partida para os trabalhos da Fase II.

A segunda e presente fase de trabalhos (Plano de Desenvolvimento Social Intermunicipal) integra uma componente estratégica e uma componente operativa. A componente estratégica consiste na definição dos domínios e objetivos estratégicos que irão guiar o PDS AM, os quais foram validados nas sessões dos *Focus groups/ workshops* temáticos, no âmbito do processo participativo.

Os workshops temáticos, que decorreram com a participação do GTA, visaram: (a) identificar soluções inovadoras; (b) aprofundar as temáticas: eixo, objetivos gerais e específicos e medidas/ações; (c) consolidar as parcerias e atores intervenientes; e (d) identificar, criar e fortalecer redes institucionais. Para tal, foram apresentados exemplos de boas práticas identificadas e incentivada a discussão com os especialistas/ peritos convidados, servindo de inspiração para o delinear de medidas, ações e projetos a desenvolver na implementação do PDS AM.

Foi também efetuado um enquadramento estratégico, de forma a alinhar o PDS AM com as várias políticas e estratégias de índole social e de desenvolvimento territorial. Neste sentido, foram analisados diversos documentos orientadores de nível europeu, bem como de âmbito nacional, regional e municipal, no quadro de medidas e prioridades de investimento previstas para Portugal.

O PDS AM conta ainda com a definição do Modelo de governação e previsão das formas de monitorização, avaliação e acompanhamento do PDS AM.

Por fim, o PDS AM procura definir e sustentar as políticas e as práticas nos domínios do desenvolvimento, inclusão e coesão social no território do Alto Minho. No seu processo de elaboração, estiveram, desde o início, presentes diversos pressupostos que se considera serem essenciais num processo com estas características e dinâmicas, de forma a ser concretizável, de fácil implementação e eficaz nos resultados produzidos, o que constituem os **PRINCÍPIOS DE CONCEÇÃO**:

1. Cooperação e partilha

O PDS AM pretende envolver as entidades desde o início, construindo uma estratégia conjunta, em que todos participam na criação e na sua implementação. Só através de uma estratégia integrada, com a participação das várias entidades/ parceiros, e partilha de recursos materiais, técnicos e financeiros, se poderá alcançar uma visão conjunta para este território. Neste sentido, o processo participativo

constituiu um elemento fulcral durante todo o trabalho, sendo essencial na definição de um trabalho que pertence a todos e a todos cumpre implementar. Na fase de implementação, esta cooperação entre as entidades será ainda mais importante, na medida em que se poderão formar esforços conjuntos e partilha de recursos, criando melhores condições técnicas e financeiras para a execução das medidas e projetos.

2. Inovação social

Os problemas muitas vezes carecem de soluções informais e inovadoras, que permitam responder de forma pronta, especializada e específica, obtendo resultados mais adaptados a cada problema. O carácter inovador é inerente à execução da ação social no território e nas mais diversas áreas de atuação, ocorrendo quando o processo de empreendedorismo social é bem-sucedido, ou seja, quando é gerada uma nova resposta a um problema social, diferenciada das convencionais, que promove a autonomia e gera um impacto social positivo, com utilização eficiente de recursos (Portugal Inovação Social). Especificamente, designa uma atividade que se relaciona com o desenvolvimento e implementação de novas ideias sobre produtos, serviços, práticas e modelos, que simultaneamente atende às necessidades sociais e gera novas relações ou colaborações entre entidades públicas, sociedade civil ou organizações privadas, beneficiando a sociedade e potenciando a sua capacidade de atuação.

3. Inclusão social

A inclusão social pode ser definida como o processo para melhorar as condições de participação na sociedade das pessoas mais vulneráveis - com base na idade, sexo, deficiência, etnia, origem, religião, condição económica ou outra - através da ampliação de oportunidades, do acesso a recursos, da voz e do respeito pelos direitos.

Neste sentido, o PDS AM procura ter uma perspetiva abrangente e inclusiva, promovendo o envolvimento dos parceiros da rede no processo de construção e implementação do Plano, como também procurando soluções conjuntas para os problemas e necessidades encontrados, os quais muitas vezes, têm origens comuns. Também o modelo de governação aqui proposto assenta num modelo colaborativo, participado, e de assunção de responsabilidades partilhadas por parte dos diferentes elementos que intervêm na sua execução, e onde se inclui também a sociedade em geral.

4. Exequibilidade e eficácia

No processo de elaboração, procurou-se uma articulação e enquadramento com as várias estratégias e documentos (de âmbito regional, nacional e mesmo internacional), de forma a assegurar um direcionamento das estratégias, objetivos e ações, projetos e medidas a implementar. Foi ainda efetuada uma relação com o quadro de financiamento previsto para Portugal, como forma de analisar o potencial de implementação (técnica e financeira) das várias opções a propor.

Considera-se que um Plano será mais facilmente implementado se possuir simplicidade, se for de fácil entendimento e execução. Não se pretende, assim, criar um plano de ação extenso, mas propor medidas realistas e concretizáveis que, no seu conjunto, formem uma estratégia una, coerente e coesa.

5. Adaptação e resiliência

O futuro trará alterações no território, na cultura e na sociedade, por vezes irreversíveis. Apesar de, no desenvolvimento dos trabalhos, se procurar ter uma perspetiva prospetiva, tentando prever as futuras tendências a nível social e socioeconómico, por vezes surgem vicissitudes que são de difícil antecipação, podendo colocar em causa todo o processo de implementação de uma estratégia. Neste sentido, ao longo da elaboração do PDS AM, considerou-se que este devia proporcionar, de certa forma, a possibilidade de adaptação futura, tornando-se mais resiliente.

Para este facto contribui a monitorização e acompanhamento da implementação do Plano, na medida em que permitirá avaliar o seu modo de execução e adequação aos futuros cenários sociais e económicos, permitindo efetuar ajustes na sua implementação.

4. ENQUADRAMENTO ESTRATÉGICO

O enquadramento estratégico constitui um elemento fundamental na conceção de estratégias de desenvolvimento territorial, seja a nível social ou noutra qualquer domínio, na medida em que ajuda a orientar a direção estratégica de pensamento, de forma a garantir uma continuidade nas políticas, uma maior coesão de soluções, bem como possibilitar um maior sucesso na sua implementação.

Este documento não pretende funcionar de forma isolada, mas integrada nos vários instrumentos e documentos relevantes a nível nacional, regional e mesmo internacional, como também efetuando a ponte para o nível local, garantindo que existe uma complementaridade com o trabalho que até agora tem vindo a ser desenvolvido, de forma mais ou menos interdependente, pelos municípios.

Neste sentido, ao longo deste capítulo, será efetuada uma análise dos documentos mais relevantes a nível de desenvolvimento social, no que toca às características do Alto Minho, e que se articulem especificamente com as carências, oportunidades e características deste território. Foi, assim, identificado um conjunto de documentos, planos, programas e estratégias no âmbito do setor social, com vista a encontrar as diretrizes ao nível da concetualização e enquadramento e as linhas orientadoras de atuação específicas para cada “necessidade ou problema social”.

Efetua-se, ainda, uma pesquisa das tendências estratégicas de âmbito social e económico para o desenvolvimento territorial e social, a nível nacional e europeu, de modo a alinhar as soluções apresentadas com os eixos de intervenção em que se irão organizar as políticas públicas, mas também tendo em conta as linhas de financiamento previstas.

No enquadramento do PDS AM, considera-se, igualmente, fundamental proceder a uma análise dos domínios de intervenção e medidas estabelecidas pelos PDS de nível municipal no território de Alto Minho, de forma a assegurar a relação entre o nível local e o nível supramunicipal.

4.1. Políticas e Documentos Estratégicos

Neste ponto apresentam-se de seguida um conjunto de documentos orientadores, assim como os principais aspetos que em resumo foram considerados no desenvolvimento deste projeto.

A **Estratégia do Conselho da Europa sobre os Direitos da Criança (2022-2027)**, aprovada pelo Comité de Ministros no dia 23 de fevereiro, veio substituir o documento anterior, destinado ao período 2016-2021, assentando em seis objetivos estratégicos para a proteção e promoção dos direitos das crianças:

1. Uma vida sem violência para todas as crianças
2. Igualdade de oportunidades e inclusão social para todas as crianças
3. Acesso à tecnologia e utilização segura da mesma para todas as crianças
4. Justiça amiga para todas as crianças
5. Dar a cada criança uma voz
6. Direitos das crianças em situações de crise ou de emergência

Esta estratégia, desenvolvida para as crianças e contando com a colaboração de várias crianças, apresenta diversas medidas destinadas à Comissão Europeia, como também propõe várias ações aos Estados-membros. No contexto do Alto Minho, destacam-se as medidas nos domínios da inclusão socioeconómica, saúde e educação e combate à violência, nomeadamente na promoção do envolvimento dos jovens, a construção de redes com famílias, escolas, jovens e instituições, a prevenção mais eficaz da violência e proteção das vítimas e testemunhas, a promoção de estratégias para acelerar a desinstitucionalização, e garantir a igualdade de acesso a ferramentas digitais.

A **Lei de Proteção de crianças e jovens em perigo (LPCJP)**, aprovada através da Lei n.º 147/99, de 1 de setembro (na sua redação atual, atendendo ao conjunto de revisões que foi alvo), visa a promoção dos direitos e a proteção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral. De acordo com este documento legislativo, as entidades com competências em matéria de infância e juventude devem, no âmbito das suas atribuições, desenvolver ações de prevenção primária e secundária, visando a promoção, defesa e concretização dos direitos da criança e do jovem, nomeadamente:

- a) Avaliar, diagnosticar e intervir em situações de risco e perigo;
- b) Implementar estratégias de intervenção necessárias e adequadas à diminuição ou erradicação dos fatores de risco;
- c) Acompanhar a criança, jovem e respetiva família em execução de plano de intervenção definido pela própria entidade, ou em colaboração com outras entidades congéneres;

d) Executar os atos materiais inerentes às medidas de promoção e proteção aplicadas pela comissão de proteção ou pelo tribunal, de que sejam incumbidas, nos termos do acordo de promoção e proteção ou da decisão judicial.

As medidas de promoção dos direitos e de proteção das crianças e dos jovens em perigo visam afastar o perigo em que se encontram, proporcionar condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral, bem como garantir a recuperação física e psicológica. Incluem: (a) apoio junto dos pais; (b) apoio junto de outro familiar; (c) confiança a pessoa idónea; (d) apoio para a autonomia de vida; (e) acolhimento familiar; (f) acolhimento residencial; e (g) confiança a pessoa selecionada para a adoção, a família de acolhimento ou a instituição com vista à adoção.

A **Estratégia Nacional para os Direitos das Crianças (ENDC) 2021-2024**, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 112/2020, de 18 de dezembro, apresenta como visão “Consolidar uma abordagem estratégica e holística, assente num compromisso coletivo de definição de uma visão integrada, que permita a construção colaborativa de um futuro comum, estruturante e sustentável em prol da proteção e promoção dos direitos das crianças e dos jovens”. Assenta em cinco áreas estratégicas, configuradas em cinco prioridades:

- 1) Promover o bem-estar e a igualdade de oportunidades;
- 2) Apoiar as famílias e a parentalidade;
- 3) Promover o acesso à informação e à participação das crianças e jovens;
- 4) Prevenir e combater a violência contra crianças e jovens;
- 5) Promover a produção de instrumentos e de conhecimento científico potenciadores de uma visão global dos direitos das crianças e jovens.

Entre os vários objetivos operacionais identificados neste documento, destacam-se, tendo em consideração a realidade do Alto Minho, os que se relacionam com o combate à pobreza e exclusão social, garantir condições de segurança, qualificar as respostas a nível de saúde, desenvolver o papel da cultura na promoção da saúde e inserção social, promover as atividades lúdicas, desportivas e formativas bem como as competências sociais, garantir a cobertura universal da educação pré-escolar, promover uma educação inclusiva, desenvolver a capacitação parental e apoio familiar, e a prevenção e combate à violência.

A **Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável** ENEAS (2017-2025) ainda a aguardar aprovação, apresenta como visão “ter uma sociedade onde o processo de envelhecimento ao longo do ciclo de vida venha a conferir elevados níveis de saúde, bem-estar, qualidade de vida e realização pessoal à população idosa e na qual todos vivenciem um envelhecimento ativo digno e saudável”. Esta estratégia apresenta como objetivos gerais:

- a) Sensibilizar para a importância do envelhecimento ativo e da solidariedade entre gerações e promover a mudança de atitudes em relação ao envelhecimento e às pessoas idosas;
- b) Promover a cooperação e a intersetorialidade na concretização da Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável;
- c) Contribuir para o desenvolvimento de políticas que melhorem a qualidade de vida das pessoas idosas.

Possui ainda os seguintes objetivos específicos:

- a) Promover iniciativas e práticas que visem reduzir a prevalência e o impacto das doenças crónicas e da redução das capacidades físicas e mentais nas pessoas idosas, e melhorar o acesso aos serviços de saúde e de cuidado, e respetiva qualidade;
- b) Incentivar o desenvolvimento de iniciativas para a promoção da autonomia das pessoas idosas;
- c) Promover a educação e formação ao longo do ciclo de vida focando a promoção da literacia em saúde;
- d) Incentivar a criação de ambientes físicos e sociais protetores e potenciadores da integração e participação das pessoas idosas;
- e) Apoiar o desenvolvimento de iniciativas e práticas que visem a promoção do bem-estar e segurança das pessoas idosas;
- f) Promover iniciativas e práticas para a redução do risco de acidentes na pessoa idosa;
- g) Fomentar investigação científica na área do envelhecimento ativo e saudável.

A referida estratégia organiza-se em 4 eixos estratégicos, a saber: (i) Saúde; (ii) Participação; (iii) Segurança; (iv) Medição, monitorização e investigação. As ações, relacionadas com a promoção da vida ativa e saudável, relacionam-se com a promoção da saúde e prevenção da doença, capacitar os profissionais de saúde, familiares, outros cuidadores informais e pessoas idosas, incentivar a educação e formação das pessoas idosas; promover a cidadania, participação e inclusão social dos idosos e

familiares; promover atividades sociais, culturais, desportivas, de turismo e termalismo; promover a solidariedade intergeracional na família e na comunidade; incentivar o acompanhamento de proximidade; e combate à violência.

A **Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) 2013-2020** foi publicada em 2013, visando a promoção do *“bem-estar e de integração das pessoas ciganas, o conhecimento mútuo, a interação positiva e a desconstrução dos estereótipos”*, encontrando-se alinhada com a Comunicação da Comissão Europeia «Um quadro europeu para as estratégias nacionais de integração dos ciganos até 2020», datada de 2011. Face à necessidade de clarificação e operacionalização das medidas e determinação de áreas prioritárias de intervenção, bem como alinhamento com outros documentos estratégicos, a ENICC foi revista, e publicada através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 154/2018, de 29 de novembro, sendo prorrogada por mais dois anos (período 2013-2022). Assentando nos princípios orientadores da interculturalidade, da não discriminação, da cooperação e participação, da territorialização e da igualdade entre mulheres e homens, apresenta como objetivos estratégicos:

- a) Melhorar a eficácia na implementação da ENICC e reforçar o conhecimento sobre pessoas ciganas;
- b) Promover uma cidadania inclusiva e de não discriminação;
- c) Reforçar a intervenção em mediação intercultural;
- d) Promover a igualdade entre mulheres e homens nas medidas de integração de pessoas ciganas;
- e) Garantir condições efetivas de acesso à educação, sucesso educativo e aprendizagem ao longo da vida de pessoas ciganas;
- f) Garantir as condições para uma participação plena e igualitária de pessoas ciganas no mercado de trabalho e na atividade profissional;
- g) Garantir as condições para uma efetiva igualdade de acesso a uma habitação adequada por parte de pessoas ciganas;
- h) Garantir condições efetivas de ganhos em saúde ao longo dos ciclos de vida de pessoas ciganas.

A **Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação – Portugal + Igual (ENIND) (2018-2030)** foi aprovada a 8 de março de 2018, e publicada em Diário da República através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2018, de 21 de maio. Este documento estratégico, que pretende

“consolidar os progressos até agora alcançados e perspetivar o futuro da ação governativa, tendo em vista o desenvolvimento sustentável do país que depende da realização de uma igualdade substantiva e transformativa, garantindo simultaneamente a adaptabilidade necessária à realidade portuguesa e sua evolução até 2030”, assenta em quatro objetivos:

a) Integração das dimensões do combate à discriminação em razão do sexo e da promoção da igualdade entre mulheres e homens, e do combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais na governança a todos os níveis e em todos os domínios;

b) Participação plena e igualitária na esfera pública e privada;

c) Desenvolvimento científico e tecnológico igualitário, inclusivo e orientado para o futuro;

d) Eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, violência de género e violência doméstica, e da violência exercida contra as pessoas LGBTI.

Estrutura-se em três Planos de Ação: Plano de ação para a igualdade entre mulheres e homens (PAIMH); Plano de ação para a prevenção e o combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica (PAVMVD); e Plano de ação para o combate à discriminação em razão da orientação sexual, identidade e expressão de género, e características sexuais (PAOIEC).

O **Plano Estratégico para as Migrações 2015-2020**, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-b/2015, 20 de março de 2015, tem como objetivo *“adequar politicamente o país a uma realidade migratória mais complexa e desafiante, adequando-se à estratégia do fomento industrial para o crescimento e o emprego, bem como à prioridade da «Abordagem global para a migração e mobilidade» definida pela Comissão Europeia”*. Este documento identifica como principais objetivos: o défice demográfico; a integração e capacitação; a inclusão e capacitação dos novos nacionais; a mobilidade internacional, gestão do talento e valorização da atratividade do país; e a melhor articulação entre imigração e emigração e o apoio ao regresso e à reintegração dos emigrantes portugueses. Este plano organiza-se em cinco eixos prioritários, a saber:

- 1) Políticas de integração de imigrantes;
- 2) Políticas de promoção da integração dos novos nacionais;
- 3) Políticas de coordenação dos fluxos migratórios;

- 4) Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios;
- 5) Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais emigrantes.

O **Programa Nacional para a Saúde Mental 2017** faz um ponto de situação sobre a Saúde Mental em Portugal em 2016, tendo concluído que as pessoas estão a viver mais anos, mas com incapacidades na área da saúde mental. Apesar dos números registados até ao momento denotarem, em geral, um baixo número de mortos por saúde mental, verifica-se que estes se relacionam, na sua maioria, com suicídio, e atingindo, em especial a população masculina. Esta problemática conduz à necessidade de existir um maior rigor e qualidade na prescrição de medicamentos na área da saúde mental, aumentar os registos de perturbações mentais nos Centros de Saúde, bem como incrementar os cuidados e serviços na área da saúde mental para as crianças/adolescentes e adultos.

Este programa visa “assegurar a toda a população portuguesa o acesso a serviços habilitados a promover a sua saúde mental, prestar cuidados de qualidade e facilitar a reintegração e a recuperação das pessoas com doença mental”, apresentando os seguintes objetivos:

- 1) Monitorizar indicadores na área saúde Mental;
- 2) Aumentar a acessibilidade das perturbações psiquiátricas comuns nos Cuidados de Saúde Primários;
- 3) Aumentar a qualidade de tratamento das perturbações psiquiátricas nos Cuidados de Saúde Primários;
- 4) Apoiar a implementação dos Cuidados Continuados Integrados de Saúde Mental;
- 5) Melhorar a qualidade da continuidade de cuidados, da reabilitação e da reintegração das pessoas com perturbações psiquiátricas, nomeadamente das mais graves e incapacitantes;
- 6) Dinamizar a aplicação do Plano Nacional de Prevenção do Suicídio;
- 7) Desenvolver ações de prevenção da doença mental e promoção da saúde mental.

De referir que à data de publicação deste plano o programa anteriormente referido estava em fase de atualização e revisão, pelo que se espera uma abordagem de atualização no quadro de avaliação definido no quadro metodológico.

No que diz respeito à violência doméstica, o **Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (PNPCVDG)** procura consolidar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido na área, assimilando as mais recentes orientações europeias e internacionais sobre a matéria. Este plano procura delinear estratégias no sentido da proteção das vítimas, da intervenção junto de agressores(as), do aprofundamento do conhecimento dos fenómenos associados, da prevenção dos mesmos, da qualificação dos(as) profissionais envolvidos(as) e do reforço da rede de estruturas de apoio e de atendimento às vítimas existente no país.

Para a prossecução destes objetivos são ainda convocados os órgãos da administração local, as organizações da sociedade civil e as próprias empresas para que, numa união de esforços, se caminhe no sentido da erradicação da violência doméstica e de todo o tipo de violência de género no país.

Importa também referir neste âmbito o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e Dependências (SICAD) é um serviço central do Ministério da Saúde, integrado na administração direta do Estado cuja missão consubstancia-se na promoção da redução do consumo de substâncias psicoativas, na prevenção dos comportamentos aditivos e na diminuição das dependências.

Neste sentido, o **Plano Estratégico SICAD 2020-2022**, contextualizado pela Missão, Visão e Valores Institucionais que norteiam o exercício das atribuições do SICAD, as análises que suportam o diagnóstico estratégico desenvolvido, em conjunto com os dados provenientes dos documentos de referência nacionais e internacionais, enquadramos das políticas e intervenções no amplo domínio dos CAD, constituem a base para o desenvolvimento deste Plano Estratégico vetorizado em três eixos principais: Gerir o conhecimento; Fortalecer a cooperação e interação; e Potenciar a inovação e intervenção.

Decorrentes destes eixos, apresentam-se os seguintes objetivos estratégicos e operacionais:

(Perspetiva Cliente)

1. Disponibilizar evidência para a decisão, intervenção e para uma cidadania esclarecida
2. Afirmar o valor do SICAD nas políticas nacionais
3. Garantir o posicionamento de Portugal no contexto internacional
4. Reforçar a Qualidade da Intervenção em CAD

(Perspetiva Processos)

5. Potenciar a Eficiência e Inovação na Produção e Divulgação da Informação e do Conhecimento

6. Intensificar os mecanismos de articulação e cooperação com os parceiros

7. Promover a governação integrada dos Sistemas de Informação do SICAD

(Perspetiva Aprendizagem)

8. Promover a coesão e o desenvolvimento organizacional

9. Traduzir Processos Inovadores em soluções Tecnológicas

(Perspetiva Financeira)

10. Assegurar a sustentabilidade Financeira

A **Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência 2021 – 2025 (ENIPD)**, surge no contexto da necessidade diagnosticada de continuar a desenvolver um conjunto de políticas para a inclusão que se constituam como instrumentos de inteligência coletiva social, capazes de contrariar desvantagens e limitações, e de desenvolver ciclos de oportunidades de ação, de inclusão e de melhoria da qualidade de vida. Esta estratégia tem como objetivo consolidar a ampla e diversificada reflexão que tem vindo a ser realizada desde o término da Estratégia Nacional para a Deficiência 2011-2013 (ENDEF), sempre norteada e fundamentada pelos princípios e instrumentos jurídicos internacionais vigentes nesta matéria.

A ENIPD orienta-se pelos princípios fundamentais de respeito e garantia da dignidade humana da pessoa com deficiência, da sua autonomia, independência e autodeterminação, da participação em todos os domínios da vida, da promoção da igualdade e não discriminação nas suas diversas dimensões, incluindo discriminações múltiplas e pelo respeito pela diferença e diversidade, assentando em oito eixos estratégicos, concretizada por 21 objetivos gerais e os respetivos objetivos específicos:

I. CIDADANIA, IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

- 1) Garantir a participação das pessoas com deficiência em condições de igualdade e equidade com as demais
- 2) Promover a inclusão, igualdade e a prevenção da violência nas organizações e na comunidade

II. PROMOÇÃO DE UM AMBIENTE INCLUSIVO

- 1) Promover ambientes físicos e de informação e comunicação acessíveis e resilientes
- 2) Promover sinergias entre domínios setoriais

III. EDUCAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

- 1) Reforçar os mecanismos de apoio à aprendizagem e à consolidação do atual sistema de educação inclusiva
- 2) Promover a qualificação de nível superior para pessoas com deficiência

IV. TRABALHO, EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 1) Dinamizar o sistema de apoio à inserção profissional das pessoas com deficiência.
- 2) Criar condições de contexto promotoras da empregabilidade das pessoas com deficiência
- 3) Desenvolver o empreendedorismo e o autoemprego das pessoas com deficiência

V. PROMOÇÃO DA AUTONOMIA E VIDA INDEPENDENTE

- 1) Criar condições junto de pessoas e famílias para a autonomização e vida independente de pessoas com deficiência
- 2) Capacitar instituições e comunidades para a autonomização e vida independente de pessoas com deficiência
- 3) Consolidar o Modelo de Apoio à Vida Independente para Pessoas com Deficiência ou Incapacidade e a política de não institucionalização em Portugal

VI. MEDIDAS, SERVIÇOS E APOIOS SOCIAIS

- 1) Promover, alargar e incrementar uma rede inovadora de serviços, equipamentos e apoios sociais, adequada às características dos territórios e ao perfil das necessidades das pessoas com deficiência e suas famílias
- 2) Inovação em atividades de contexto
- 3) Reforçar, modernizar e simplificar as prestações sociais de apoio às pessoas com deficiência

VII. CULTURA, DESPORTO, TURISMO E LAZER

- 1) Promover o acesso à cultura e a programas culturais inclusivos
- 2) Dinamizar a prática desportiva em todas as idades
- 3) Promover práticas de turismo e lazer inclusivas

VIII. CONHECIMENTO, INVESTIGAÇÃO, INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

- 1) Conhecer e caracterizar as pessoas com deficiência e os seus contextos
- 2) Aprofundar o conhecimento científico e tecnológico nos domínios da inclusão e da deficiência
- 3) Dinamizar a cooperação internacional e a partilha de experiências e promover a inclusão da pessoa com deficiência na política da Cooperação Portuguesa

A concretização e implementação da presente estratégia, deverá consubstanciar as seguintes linhas orientadoras:

- a) Territorialização das medidas e ações – A ENIPD 2021-2025 deverá ter em linha de conta as especificidades das populações, as suas necessidades, os recursos disponíveis e os agentes locais e regionais existentes;
- b) Transversalidade – As realidades complexas inerentes à promoção e garantia da inclusão não se esgotam em matérias estanques, antes pressupõem todas as áreas e dimensões da ação e dos contextos de vida;
- c) Interseccionalidade – A ENIPD 2021-2025 adota um modelo de intervenção que considera a multiplicidade de condições que concorrem para a desigualdade e discriminação das pessoas com deficiência, enquanto fenómeno complexo e dinâmico, que colocam em desvantagem acrescida a pessoa vítima de discriminação múltipla, nomeadamente, em razão do sexo, orientação sexual, nacionalidade, origem e idade;
- d) Sensibilização e capacitação de agentes e instituições – A insistência em políticas permanentes de sensibilização e capacitação, permitirá promover decisões, práticas e ações que concretizem o desígnio da inclusão das pessoas com deficiência, considerando as características específicas das mesmas e das comunidades e contextos onde estão inseridas;
- e) Cooperação – Apenas mediante uma estreita cooperação entre os organismos públicos, as administrações públicas e entre estas e as organizações não governamentais das pessoas com deficiência (ONGPD), as organizações do setor social, solidário e cooperativo, as empresas e demais entidades relevantes, se tornará possível criar sinergias que contribuam para a resolução de problemas, para a aprendizagem conjunta e para a dinamização de parcerias;
- f) Informação e avaliação - Disponibilização de informação atualizada e clara relativa ao avanço da implementação da ENIPD 2021-2025, bem como a mobilização dos recursos humanos, financeiros, tecnológicos e físicos necessários à efetivação do desígnio estratégico que é a promoção da inclusão das pessoas com deficiência em Portugal.

A **Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023 (ENIPSSA)** compreende três eixos de intervenção, que visam a promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação, o reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo, bem como a coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA 2017-2023.

O modelo de intervenção definido assenta numa premissa de rentabilização de recursos humanos e financeiros, bem como da necessidade de evitar a duplicação de respostas e qualificar a intervenção ao nível da prevenção das situações de sem-abrigo e do acompanhamento junto dos utentes, centrando-se no indivíduo, na família e na comunidade.

A implementação da ENIPSSA 2017-2023 realiza-se através de Planos de Ação bienais, que incluem os eixos, objetivos estratégicos e ações - aprovadas em sede da Resolução do Conselho de Ministros nº107/2017 de 25 de julho – executadas através de atividades, metas, indicadores, orçamento (direto e indireto), calendário e entidades (responsáveis e parceiras).

A ENIPSSA 2017-2023 assenta em três principais áreas estratégicas, configuradas em 3 eixos de intervenção que se operacionalizam através de vários objetivos estratégicos:

- 1) E1. CONHECIMENTO DO FENÓMENO (promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação)
- 2) E2. REFORÇO DA INTERVENÇÃO (reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo de forma a garantir a qualidade, eficácia e eficiência em duas vertentes fundamentais: 1 - A intervenção técnica, através da formação dos técnicos e dos dirigentes de respostas sociais e serviços de atendimento dos serviços públicos, com base na adoção de metodologias de intervenção integrada a partir de modelo específico. 2- O reconhecimento da qualidade das respostas dirigidas a esta população)
- 3) E3. COORDENAÇÃO (Coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA, visam colmatar a complexidade inerente à coordenação, monitorização, implementação e avaliação da Estratégia)

O Plano Nacional para a Redução dos Comportamentos Aditivos e Dependências (2021-2030) visa consolidar e aprofundar uma política pública integrada e eficaz no âmbito dos Comportamentos Aditivos e das Dependências, baseada na articulação intersectorial, visando ganhos sustentáveis em saúde e bem-estar social.

Os resultados globais até agora obtidos com as políticas e medidas implementadas indicam que a Estratégia seguida e os modelos utilizados constituem a base de uma política pública adequada, que carece de melhoria e de investimento.

A estratégia global de atuação no contexto deste Plano assenta numa ação coordenada, de forma a potenciar as sinergias entre os quadros estratégicos e orçamentais dos serviços e organizações com intervenção nestes domínios.

Os objetivos deste plano consubstanciam-se na:

1. Prevenção, dissuasão, redução e minimização dos problemas relacionados com o consumo de substâncias psicoativas, os comportamentos aditivos e as dependências
2. Redução da disponibilidade das drogas ilícitas e das novas substâncias psicoativas no mercado
3. Garantia da disponibilização, venda e consumo de substâncias psicoativas lícitas no mercado, seja feita de forma segura e não indutora de uso/consumo nocivo
4. Nas oportunidades de jogo legal e seguro, e não indutor de comportamento aditivo
5. Na qualidade dos serviços prestados aos cidadãos e a sustentabilidade das políticas e intervenções

Por fim, e não menos importante, de referir as Estratégias Locais de Habitação (ELH) instrumentos que definem a estratégia de intervenção em matéria de política de habitação.

A ELH deve ter por base um diagnóstico das carências existentes relativamente ao acesso à habitação, dos recursos e das dinâmicas de transformação das áreas a que se referem, de forma a definir as metas e os objetivos a atingir no período da sua vigência, especificar as soluções habitacionais a desenvolver e a sua priorização. Deve ainda articular os objetivos e as ações a desenvolver em matéria de política de habitação com as outras políticas setoriais, nomeadamente, as políticas urbanas, sociais, de emprego, educação, saúde, transportes, entre outras.

Por outro lado, deve assim fornecer um enquadramento estratégico e um modelo de intervenção, para a atuação em matéria de habitação, transparente, simples, pragmático e mensurável, que oriente e articule as políticas públicas de habitação e a atuação das entidades públicas e privadas no território em causa.

No âmbito da Nova Geração de Políticas de Habitação, as ELH são valorizadas como forma de promover não só a adequação dos instrumentos de política nacionais às especificidades locais e a adoção de uma abordagem integrada e estratégica na sua implementação, como de garantir que as soluções habitacionais a desenvolver com apoio público são conducentes à integração socioterritorial das comunidades menos favorecidas.

Com efeito, esta adequação e abordagem integrada é considerada particularmente crítica no caso dos instrumentos de apoio ao acesso à habitação por parte das famílias que vivem em situação de grave carência habitacional e que frequentemente enfrentam outros obstáculos mais profundos à sua inclusão e autonomia, como sejam a pobreza, o desemprego, a discriminação, a falta de qualificações, entre outros.

4.2. Quadro de Referência para o Financiamento das Medidas do PDS

A **Estratégia Portugal 2030** foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro, estando estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030:

- Agenda temática 1 — As pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade;
- Agenda temática 2 — Digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento;
- Agenda temática 3 — Transição climática e sustentabilidade dos recursos;
- Agenda temática 4 — Um país competitivo externamente e coeso internamente.

A agenda temática 1, mais diretamente relacionada com o desenvolvimento social, *“coloca as pessoas no centro das preocupações e pretende promover uma sociedade mais inclusiva e menos desigual, respondendo ainda aos desafios da transição demográfica e do envelhecimento”*, visa garantir a sustentabilidade demográfica e uma sociedade menos desigual e com elevados níveis de inclusão. Apresenta como objetivos *“mitigar a perda populacional atualmente projetada para 2030, prosseguindo a recuperação dos indicadores de natalidade e reforçando os saldos migratórios, reduzir a incidência de fenómenos de exclusão, incluindo do desemprego de longa duração e pobreza e os indicadores de desigualdade e de precariedade laboral nos adultos, e especialmente nos jovens, convergindo para os níveis médios da EU”*. Incorpora intervenções focadas em cinco domínios estratégicos:

1 - Sustentabilidade demográfica – intervenções que visam atenuar o declínio populacional e os efeitos do envelhecimento da população, promovendo a recuperação da natalidade e o aumento

do saldo migratório, para assegurar a sustentabilidade demográfica e os recursos necessários ao crescimento da economia.

As políticas públicas serão materializadas nos seguintes eixos de intervenção:

- Promover a natalidade e melhorar as condições para o exercício da parentalidade;
- Facilitar a conciliação da vida profissional, pessoal e familiar;
- Promover a empregabilidade e a qualidade do emprego, em particular de jovens, criando condições para o aumento da natalidade;
- Promover uma gestão ativa dos fluxos migratórios e promover a integração de imigrantes, de modo a contribuir para a sustentabilidade demográfica e territorial;
- Promover o envelhecimento ativo.

2 - Promoção da inclusão e luta contra a exclusão - intervenções que visam promover uma sociedade coesa e mitigar os riscos de exclusão, incidindo fundamentalmente sobre os grupos com maiores riscos de exclusão e com particular incidência nos mais vulneráveis.

As políticas públicas serão materializadas nos seguintes eixos de intervenção:

- Promover o emprego, a empregabilidade e a inclusão de todos, com uma especial atenção aos grupos mais vulneráveis;
- Promover a criação do próprio emprego, de empresas e o empreendedorismo social;
- Promover a inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidade (PDCI);
- Promover o combate à pobreza e exclusão social.

3 - Resiliência do sistema de saúde - intervenções que visam promover a prevenção de doenças e de estilos de vida saudáveis, bem como melhorar a resposta do SNS às necessidades dos cidadãos e torná-lo mais resiliente, conjugando respostas urgentes com o normal funcionamento do sistema, capaz de se adaptar às mudanças estruturais e resistir às pressões conjunturais.

As políticas públicas serão materializadas nos seguintes eixos de intervenção:

- Promover a prevenção de doenças e estilos de vida saudáveis;
- Garantir a universalidade do acesso e o aumento da resiliência e qualidade dos serviços de saúde.

4 - Garantia de habitação condigna e acessível - intervenções que visam garantir uma habitação condigna e acessível, no quadro de uma nova geração de políticas de habitação:

- Promover uma nova oferta de habitação pública (habitação social e habitação a custos acessíveis);
- Reabilitar o parque público de habitação existente.

5 - Combate às desigualdades e à discriminação - intervenções que visam promover uma redução sustentada das desigualdades, o combate a todas as formas de discriminação e a concretização de uma igualdade substantiva na economia e sociedade portuguesas.

As políticas públicas serão materializadas nos seguintes eixos de intervenção:

- Promover a igualdade entre mulheres e homens, como elemento nuclear de uma sociedade digna;
- Combater todas as formas de discriminação e promover a igualdade substantiva;
- Promover uma redução sustentada e sustentável das desigualdades na distribuição de rendimentos.

O **Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)**, aprovado pela Comissão Europeia em junho de 2021, constitui um programa de aplicação nacional, com um período de execução até 2026, que visa implementar um conjunto de reformas e investimentos destinados a repor o crescimento económico sustentado, após a pandemia, reforçando o objetivo de convergência com a Europa ao longo da próxima década. O PRR está enquadrado pela Estratégia Portugal 2030, enquanto referencial estratégico nacional. A análise das três componentes do PRR (Figura 3) mostra que a resiliência apresenta um maior investimento associado (11.125 M€), focando-se em três prioridades:

- a) Redução das vulnerabilidades sociais, direcionando a sua ação para as pessoas e para as suas competências;
- b) Reforço do potencial produtivo nacional, procurando garantir condições de sustentabilidade e competitividade ao tecido empresarial;
- c) Ambição de assegurar um território simultaneamente competitivo e coeso num contexto de adaptação às transições transição climática e digital em curso.

A redução das vulnerabilidades sociais relaciona-se mais diretamente com os investimentos e reformas relevantes nas áreas da Saúde, Habitação, Respostas sociais e Cultura, encontrando-se os investimentos previstos apresentados na Figura 4. Em especial na componente “Respostas sociais”, pretende-se “*reforçar, adaptar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade, do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção da autonomia e da conciliação entre atividade profissional e a vida pessoal e familiar e a coesão social e territorial. Pretende-se ainda promover uma intervenção integrada em comunidades desfavorecidas, com vista ao combate à pobreza*” (PRR, 2019: 101).



Nota: * Possibilidade de recurso adicional a empréstimos no valor até 2.300 M€ a solicitar à Comissão Europeia até 2022.

Figura 3. Componentes do PRR e os Investimentos Associados
(Fonte: PRR, 2019: 13)

Para tal, o PRR propõe um conjunto de reformas e investimentos, em que se destacam:

A - Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais (417 M€) – objetivos:

a) Requalificar a rede de equipamentos e respostas sociais existentes e o licenciamento de respostas em situação irregular, compreendendo intervenções ao nível do edificado e respetivos

equipamentos que visem a criação, a qualificação e o apetrechamento dos espaços de isolamento sanitário para situações de contingência, a melhoria das condições de trabalho dos profissionais destas estruturas, assegurando um nível elevado da qualidade dos cuidados prestados, a dotação com soluções de WiFi e material informático e capacitação digital de modo a facilitar a comunicação e a melhoria da eficiência energética dos edifícios;



RESILIÊNCIA Investimentos - 11 125 M€

REDUÇÃO DAS VULNERABILIDADES SOCIAIS

C1. Serviço Nacional de Saúde 1 383 M€

- Cuidados de Saúde Primários com mais respostas
- Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos
- Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências
- Equipamento dos Hospitais Seixal, Sintra, Lisboa
- Fortalecimento do Serviço Regional de Saúde da RAM
- Transição digital da Saúde
- Digitalização da Saúde na RAM
- Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores
- Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa

C2. Habitação 2 733 M€*

- Programa de apoio ao acesso à habitação
- Bolsa Nacional de Alojamento Urgente e Temporário
- Reforço da oferta de habitação apoiada na Região Autónoma da Madeira
- Aumentar as condições habitacionais do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores
- Parque público de habitação a custos acessíveis
- Alojamento Estudantil a custos acessíveis

C3. Respostas Sociais 833 M€

- Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais
- Acessibilidades 360°
- Fortalecimento das Respostas Sociais na Região Autónoma da Madeira (RAM)
- Implementar a Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social - Redes de Apoio Social (RAA)
- Plataforma + Acesso
- Operações Integradas em Comunidades Desfavorecidas nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto

C4. Cultura 243 M€

- Redes Culturais e Transição Digital
- Património Cultural



REFORÇO DO POTENCIAL PRODUTIVO

C5. Capitalização e Inovação Empresarial 2 914 M€*

- Agendas/Alanças mobilizadoras para a Inovação Empresarial
- Agendas/Alanças verdes para Inovação Empresarial
- Missão Interface - renovação da rede de suporte C&T e orientação para o tecido produtivo
- Agenda de investigação e inovação para a sustentabilidade da agricultura, alimentação e agroindústria
- Recapitalizar Sistema Empresarial dos Açores
- Relançamento Económico da Agricultura Açoriana
- Capitalização de empresas e resiliência financeira/Banco Português de Fomento

C6. Qualificações e Competências 1 324 M€

- Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional
- Compromisso Emprego Sustentável
- Incentivo Adultos
- Impulso Jovens STEAM
- Qualificação de adultos e aprendizagem ao longo da vida na RAA

TERRITÓRIO COMPETITIVO E COESO

C7. Infraestruturas 690 M€

- Alargamento da rede de carregamentos de veículos elétricos
- Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE)
- Missing links e aumento da capacidade da Rede
- Ligações transfronteiriças
- Áreas de Acolhimento Empresarial (AAE) - Acessibilidades Rodoviárias
- Circuitos logísticos - Rede Viária Regional dos Açores

C8. Florestas 615 M€

- Transformação da Paisagem dos Territórios de Floresta Vulneráveis
- Cadastro da Propriedade Rústica e Sistema de Monitorização da Ocupação do Solo
- Faixas gestão combustível - rede primária
- Meios de prevenção e combate a incêndios rurais
- Programa MAIS Floresta.

C9. Gestão Hídrica 390 M€

- Plano regional de eficiência hídrica do Algarve
- Aproveitamento hidráulico de fins múltiplos do Crato
- Plano de eficiência e reforço hídrico dos sistemas de abastecimento e regadio da RAM

Nota: * inclui o valor de empréstimos.

Figura 4. Investimentos para a componente Resiliência

(Fonte: PRR, 2019: 17)

b) Alargar a rede de equipamentos e respostas sociais ao nível da infância, pessoas idosas e pessoas com deficiência ou incapacidades;

c) Desenvolver uma nova geração do apoio domiciliário, que permita a evolução de um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) que, por agora, atenta à satisfação das necessidades básicas das pessoas idosas e das pessoas com deficiência ou incapacidade (como sejam a alimentação e a higiene), para um SAD inovador, flexível e multifacetado, e integrado (com informação partilhada entre o utente e os múltiplos cuidadores);

d) Criar equipas, para projeto piloto Radar Social, com o objetivo de testar, a nível nacional, um modelo próximo, proativo e inovador de apoio que permita cobrir todo o território de Portugal continental para apoio aos públicos mais vulneráveis, nos seus contextos de vida, incluindo pessoas com deficiência ou incapacidades nos seus processos de autonomização e inclusão;

e) Adquirir viaturas elétricas que possam responder ao desejado incremento do nível das respostas sociais de proximidade e que promovam o máximo de autonomia das pessoas, para que estas possam aceder aos apoios e serviços de que carecem sem que tenham de sair dos seus contextos naturais de vida, designadamente através de Modelos de Apoio ao Domicílio mais flexíveis e promotores dessa autonomia.

B - Acessibilidades 360° (45 M€) - Pretende-se reforçar o investimento na melhoria das acessibilidades físicas para pessoas com deficiência ou incapacidades em todo o território contribuindo para mitigar os fatores de isolamento das pessoas com deficiência. Abrange: intervenções na melhoria das acessibilidades nos espaços públicos de circulação e mobilidade, nos edifícios públicos que tenham atendimento ao público e em habitações.

C - Plataforma +Acesso (3 M€) - pretende-se congregar um conjunto de informações e ferramentas digitais, implementando novas soluções digitais úteis na área da inclusão das pessoas com deficiência ou incapacidades, nomeadamente recursos e medidas de apoio, bem como legislação temática em vigor. Objetivos:

a) Disponibilizar soluções de georreferenciação das condições de acessibilidade nas vias públicas e da localização de imóveis públicos e privados, acessíveis e utilizáveis por todos, com indicação de características de acessibilidade em espaços exteriores e interiores, bem como respetivos serviços existentes;

b) Infraestruturar os imóveis com equipamentos e software que permitam instalar sistemas de informação e posicionamento global (GPS) para espaços interiores de grandes dimensões – públicos e viabilizar a inclusão de privados, atualizados em tempo real;

c) Criar um sistema de georreferenciação nacional da rede de lugares de estacionamento para pessoas com mobilidade reduzida, com informação em tempo real sobre a ocupação dos mesmos;

d) Agregar, sistematizar e simplificar a informação relativa a recursos de apoio, legislação e medidas específicas para todos os tipos de deficiência ou incapacidades;

e) Facultar aos cidadãos surdos um call-center que garanta serviços de interpretação em Língua Gestual Portuguesa (LGP) em tempo real, em toda a administração pública.

D - Modernização da oferta e dos estabelecimentos de ensino e da formação profissional (710 M€) – Objetivos:

a) Reequipar e robustecer a infraestrutura tecnológica dos estabelecimentos educativos com oferta de ensino profissional através da aquisição de equipamentos, permitindo a modernização e/ou criação de 365 Centros Tecnológicos Especializados;

b) Dotar as oficinas das escolas e dos centros de formação profissional da rede do IEFP de equipamentos essenciais à prática educativa e formativa, nomeadamente os de grande intensidade tecnológica, incluindo os de suporte à formação à distância, no contexto dos centros de formação profissional;

c) Ajustar e requalificar os espaços físicos das escolas e centros de formação profissional da rede do IEFP às exigências dos diferentes cursos;

d) Criar, instalar e requalificar centros e polos da rede de formação setorial da rede do IEFP, de base protocolar, em setores estratégicos e emergentes e de gestão direta, para reforçar a cobertura e diminuir desequilíbrios e lacunas territoriais.

E - Agenda de promoção do trabalho digno (230 M€) – visa promover o incentivo à criação de emprego permanente de carácter excecional e que deverá vigorar durante um período limitado.

F - Incentivo Adultos (225 M€) – visa aumentar as qualificações escolares e profissionais da população adulta, desenvolver competências para a inovação e renovação industrial, ajustando a oferta à transformação dos mercados de trabalho e aos novos requisitos da empregabilidade, e promover a consciência da importância da literacia de adultos entre empregadores e trabalhadores. Serão dinamizados três instrumentos complementares no âmbito da promoção da aprendizagem ao longo da vida: o Plano Nacional de Literacia de Adultos, o Acelerador Qualifica e o Impulso Adultos.

G - Impulso Jovens STEAM (130 M€) – visa promover e apoiar iniciativas a desenvolver e implementar por parte das instituições de ensino superior em consórcio com empregadores,

orientadas para aumentar a graduação superior de jovens em áreas de ciências, tecnologias, engenharias, artes/humanidades e matemática (STEAM-Science, Technology, Engineering, Arts and Mathematics).

H - Cuidados de Saúde Primários com mais respostas (466 M€) – visa a Reforma dos cuidados de saúde primários, tendo como objetivos:

a) Melhorar o acesso, a qualidade e a eficiência dos cuidados prestados, completando a cobertura nacional dos programas de rastreio de base populacional, reforçando a capacidade de diagnóstico precoce assegurando a continuidade dos cuidados ao longo da vida dos cidadãos;

b) Rever a carteira de serviços dos agrupamentos de Centros de Saúde, alargando as suas áreas de intervenção, aumentando a capacidade resolutiva deste nível de cuidados e reforçando o trabalho especializado e em equipa nas suas unidades funcionais;

c) Qualificar as instalações e os equipamentos dos centros de saúde, assegurando condições de acessibilidade, qualidade, conforto e segurança para utentes e profissionais e adaptando-as aos novos modelos de prestação de cuidados de saúde;

d) Potenciar as respostas de proximidade, com enfoque no domicílio e na comunidade, intervindo nas populações de maior risco e vulnerabilidade e fomentando a desinstitucionalização e a ambulatorização dos cuidados.

I - Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados e Rede Nacional de Cuidados Paliativos (205 M€) – visa o desenvolvimento de uma nova geração de respostas de proteção social aos cidadãos mais idosos e/ou dependentes, baseada não só em estruturas residenciais, mas também em respostas na comunidade, tendo como principais objetivos:

a) Aumentar as respostas de internamento da RNCCI;

b) Criar unidades de promoção de autonomia para doentes que podem permanecer no domicílio, mas ter a continuidade de cuidados necessária à sua reabilitação;

c) Criar equipas domiciliárias de cuidados continuados integrados;

d) Alargar as respostas de cuidados continuados integrados de saúde mental;

e) Alargar as equipas de apoio domiciliário de saúde mental; construir ou alargar as unidades de internamento de cuidados paliativos;

f) Alargar as equipas comunitárias de cuidados paliativos.

J - Conclusão da Reforma da Saúde Mental e implementação da Estratégia para as Demências (88 M€) – visa apoiar a concretização da Reforma da saúde mental, tendo como objetivos:

- a) Criar respostas residenciais na comunidade que permitam a desinstitucionalização dos doentes residentes em hospitais psiquiátricos ou no setor social;
- b) Construir unidades de internamento em hospitais gerais, eliminando os internamentos de agudos em Hospitais Psiquiátricos;
- c) Criar Centros de Responsabilidade Integrados (CRI), com maior grau de autonomia e *accountability*;
- d) Requalificar as instalações dos SLSM já existentes;
- e) Criar equipas comunitárias com os rácios definidos no PNSM (1/200 mil habitantes na pessoa adulta, 1/100 na infância e adolescência);
- f) Alargar a RNCCI-SM;
- g) Qualificar os internamentos de psiquiatria forense e construir unidades forenses de transição para a comunidade;
- h) Implementar os Planos Regionais de Saúde para as Demências.

K - Sistema Universal de Apoio à Vida Ativa (10 M€) - visa contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para criar sociedades, sistemas, ambientes e pessoas ativas, tendo como objetivos:

- a) Implementar uma Campanha Nacional e Plataforma Tecnológica para promover a atividade física, visando o incentivo à adoção de um estilo de vida mais saudável;
- b) Alargar o Desporto Escolar à comunidade fomentando a mobilidade ativa e a prática desportiva em contexto familiar, como meio de promoção do sucesso dos alunos e de estilos de vida mais saudáveis;
- c) Incentivo à prática de atividade física através do contexto de laboral, fomentando a implementação de medidas que facilitem e estimulem a atividade física desenvolvendo programas e oportunidades para a prática da atividade física em contexto laboral.

Possuindo como enquadramento estratégico a Estratégia Portugal 2030, o **Portugal 2030** materializa o Acordo de Parceria assinado, em julho de 2022, entre o Governo português e a Comissão Europeia, fixando os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027. É implementado através

de 12 programas: quatro de âmbito temático – Demografia, qualificações e inclusão; Inovação e transição digital; Ação climática e sustentabilidade e Mar; cinco Regionais, correspondentes às NUTS II do Continente, dois das Regiões Autónomas e um de Assistência Técnica. A estes acrescem os Programas de Cooperação Territorial Europeia em que Portugal participa.

O Portugal 2030 mobiliza cinco Fundos, que se distribuem pelos 12 Programas: FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional), FSE+ (Fundo Social Europeu Mais), FC (Fundo de Coesão), FTJ (Fundo para uma Transição Justa), e FEAMPA (Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura). O Programa temático “Demografia, qualificações e inclusão”, mais particularmente associado com as questões sociais, apresenta uma das principais parcelas de financiamento.

Tabela 1. Distribuição dos fundos pelos 12 programas do Portugal 2030
 (Fonte: Portugal 2030)

Programas	FEDER	FSE+	FC	FTJ	FEAMPA	TOTAL (M€)	
Programas Temáticos	3 505	6 091	3 105		393	13 094	57%
Inovação e transição digital	3 505	400				3 905	
Ação climática e sustentabilidade			3 105			3 119	
Demografia, qualificações e inclusão		5 691				5 691	
Mar					393	379	
Programas Regionais do Continente	6 722	887		224		7 833	34%
Norte	2 973	362		60		3 395	
Centro	1 842	240		90		2 172	
Alentejo	901	130		74		1 104	
Lisboa	319	62				381	
Algarve	687	93				780	
Programas Regionais das Regiões Autónomas	1 150	750				1 899	8%
Açores	690	450				1 140	
Madeira	460	300				760	
Programa Assistência Técnica	120	49				169	1%
Total (M€)	11 497	7 777	3 105	224	393	22 995	100%

O Portugal 2030 é complementado por outros instrumentos europeus de apoio ao desenvolvimento económico e social de gestão centralizada na Comissão Europeia, encontrando-se, no Quadro seguinte, relacionados os Objetivos Estratégicos (OP) do Portugal 2030 com os vários financiamentos europeus disponíveis. A nível social, possuem especial relevância: Horizonte Europa, Programa Especial da EU, Single Market Program, Erasmus +, e Programa Saúde.

Acordo de Parceria 2021-2027	Outros financiamentos europeus relevantes												
	InvestEU	CEF	Horizonte Europa	Digital Europe	Programa Especial da UE	PARE/IAT	Single Market Program	Erasmus +	Programa Saúde	FAMI	Programa LIFE	PEPAC	IPCEI
OP1 Uma Europa mais inteligente	█		█										█
OP2 Uma Europa mais verde	█		█			█					█		
OP3 Uma Europa mais conectada	█						█						
OP4 Uma Europa mais social			█		█		█						
OP5 Uma Europa mais próxima													█

Quadro 2. Outros financiamentos europeus relevantes para o Portugal 2030

A **Estratégia Alto Minho (EAM) 2030** constitui uma estratégia integrada de desenvolvimento territorial que visa assegurar a coerência com as intervenções de cariz sub-regional ou local, bem como com as estratégias definidas a nível das NUTS II. A Estratégia e Plano Global de Ação Alto Minho 2020, aprovados em 2015, apresentavam um conjunto de metas assentando nos domínios da competitividade (coesão regional, atividade económica, importações/exportações), atratividade (demografia, emprego, turismo e cultura), conectividade (comunicação e transportes), e resiliência (educação, saúde, ação social, inovação e conhecimento, ocupação do território, saneamento básico, criminalidade e energia).

No processo de revisitação da Estratégia Alto Minho 2020, surge a estratégia Alto Minho 2030 que visa a continuidade das políticas assumidas no período anterior, assentando na seguinte visão:

- *Uma região que valoriza os seus recursos para se tornar mais competitiva;*
- *Uma região que organiza os produtos do seu território para se tornar mais atrativa;*
- *Uma região que garante conectividade e exige retorno da mobilidade de pessoas, bens e conhecimento;*
- *Uma região assumidamente resiliente, que formaliza a capacidade de responder à mudança.*

De acordo com a EAM 2030 (CIM Alto Minho, 2020: 63), “os cenários traçados colocam um desafio substancial à região com implicações na definição da estratégia regional. Neste sentido, importa garantir o planeamento da oferta de equipamentos e serviços do território à procura potencial. A evolução demográfica prospetivada coloca, desde logo, uma exigência ao nível da refuncionalização de alguns equipamentos que se encontram sobredimensionados para que sejam sustentáveis num contexto de decréscimo da população. Por outro lado, o aumento do peso da população idosa requer o desenvolvimento de respostas sociais adequadas às necessidades dessa franja da população, mais premente nas zonas de baixa densidade onde as pressões sobre a oferta de serviços de proximidade se farão sentir com maior intensidade”.

A estratégia Alto Minho 2030 apresenta os seguintes objetivos específicos, organizados por quatro eixos temáticos: (1) Competitividade; (2) Atratividade; (3) Conetividade; e (4) Resiliência.

No âmbito do desenvolvimento social, destacam-se os seguintes objetivos, no domínio da resiliência:

a) Sustentabilidade - Equilíbrio entre o ambiente e vida humana - garantindo as condições necessárias para o “usufruto”, numa lógica que privilegie a preservação e a incorporação de limites como meios para garantir a sustentabilidade do património natural.

b) Coesão - Integração dos centros urbanos com o mundo rural promovendo a concertação social e o estabelecimento de redes colaborativas que atuem num quadro de otimização de respostas às necessidades, garantindo a cobertura total do território e assegurando uma mais assertiva capacidade de garantir a coesão territorial.

c) Competitividade - Incentivo à flexibilidade e à capacidade para mudar, dos indivíduos e organizações, estimulando a reconversão profissional, o encontro de competências e a introdução de processos flexíveis de produção.

4.3. Instrumentos de Planeamento de Âmbito Municipal

O enquadramento estratégico inerente ao desenvolvimento social do Alto Minho envolve não apenas os documentos de âmbito nacional, regional e supramunicipal, mas também uma análise individual a cada território concelhio. Nesse sentido, procedeu-se à análise dos planos de desenvolvimento social existentes para os vários municípios do Alto Minho.

Como se verifica no quadro seguinte, a situação dos vários planos para os diferentes municípios é distinta, havendo alguns mais atualizados que outros. Esta situação causa alguns inconvenientes ao desenvolvimento das análises de base territorial, bem como à avaliação das necessidades e oportunidades. A análise dos vários documentos mostra que as temáticas consideradas mais relevantes pelos concelhos, apesar de distintas (devido à especificidade dos territórios), evidenciam bastantes similaridades.

Concelho	Diagnóstico Social	Plano de Desenvolvimento Social	Plano de Ação	Carta Social
Arcos de Valdevez	2013	2013-2016		
Caminha	2013	2013-2016		
Melgaço	2013	2014 - 2016		
Monção	2018	2013	2021	
Paredes de Coura	2015	2013-2016	2019	
Ponte da Barca	2013	2013		
Ponte de Lima	2013	2014 - 2017	2016	
Valença	2020	2021-2025		2021
Viana do Castelo	2013	2013-2016		
Vila Nova de Cerveira	2018	2019 - 2020	2021	

Quadro 3. Ponto de situação da elaboração dos documentos relativos ao desenvolvimento social nos municípios do Alto Minho

No caso dos Diagnósticos Sociais, verifica-se que os problemas e necessidades identificados pelos municípios do Alto Minho incidiram particularmente em nove temáticas (Quadro 4), denotando-se a maior relevância de três temas: “Educação, emprego e formação profissional”; “Equipamentos e respostas sociais”; e “Família e comunidade”. No que se refere aos planos de desenvolvimento social, apesar de datas de elaboração díspares, verifica-se que a sua estrutura é bastante similar,

encontrando-se, em geral, organizados em Eixos, Objetivos estratégicos, e Objetivos específicos (Quadro 5).

Concelho	Temáticas consideradas nos diagnósticos sociais de âmbito municipal								
	FC	SA	EEF	EI	HA	GHEV	ERS	ACT	S
Arcos de Valdevez	x	x	x						
Caminha	x		x	x	x	x	x		
Melgaço			x	x	x		x		
Monção		x	x		x		x	x	
Paredes de Coura	x		x	x		x	x		
Ponte da Barca	x	x	x		x		x		
Ponte de Lima	x		x	x			x		
Valença	x	x		x	x	x	x		
Viana do Castelo	x	x	x	x	x	x	x		x
Vila Nova de Cerveira	x	x	x	x	x		x	x	
Total de referências	8	6	9	7	7	4	9	2	1

Quadro 4. Temáticas dos problemas e necessidades consideradas mais relevantes nos diagnósticos sociais de âmbito municipal nos concelhos do Alto Minho

FC - Família e comunidade; – Saúde; EEF - Educação, emprego e formação profissional; EI – Envelhecimento e isolamento; HA - Habitação e acessibilidades; GHEV - Grupos humanos especialmente vulneráveis; ERS - Equipamentos e respostas sociais; ACT - Ambiente, Cultura e turismo; Se – Segurança.

Concelho	Temáticas consideradas nos planos de desenvolvimento social de âmbito municipal							
	FC	SA	EEF	EI	HA	GHEV	ERS	ACT
Arcos de Valdevez	x	x	x					
Caminha	x		x	x	x	x	x	
Melgaço	x		x				x	
Monção		x	x		x		x	x
Paredes de Coura	x		x					
Ponte da Barca	x	x	x	x				
Ponte de Lima	x		x	x			x	
Valença	x	x		x	x		x	
Viana do Castelo	x	x	x					
Vila Nova de Cerveira	x		x				x	
Total de referências	9	5	9	4	3	1	6	1

Quadro 5. Temáticas consideradas mais relevantes nos planos de desenvolvimento social de âmbito municipal nos concelhos do Alto Minho

FC - Família e comunidade; SA – Saúde; EEF - Educação, emprego e formação profissional; EI – Envelhecimento e isolamento; HA - Habitação e acessibilidades; GHEV - Grupos humanos especialmente vulneráveis; ERS - Equipamentos e respostas sociais; ACT - Ambiente, Cultura e turismo.

As temáticas identificadas na fase de diagnóstico continuam a vigorar para a definição dos eixos temáticos em que se organizam os objetivos, embora alguns municípios mostrem uma reestruturação dos eixos, encontrando-se algumas temáticas agrupadas ou distribuídas por vários eixos. Verifica-se que a “Família e Comunidade” e a “Educação, emprego e formação profissional” continuam a assumir um papel bastante relevante, sendo as bases para a resolução/mitigação de grande parte dos problemas sociais observados. Seguem-se as medidas relacionadas com os “Equipamentos e respostas sociais” e a “Saúde”, sendo que esta última inclui a saúde mental.

5. ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

A conceção da estratégia para o desenvolvimento social do Alto Minho tem por base uma metodologia abrangente, que contou não apenas com a análise e caracterização do território e da realidade socioeconómica subjacente, como também com um processo de participativo que culminou no planeamento conjunto de ações e projetos a implementar no terreno.

Neste processo, foram identificados os problemas e lacunas verificados no contexto social, as principais dificuldades sentidas pelos vários atores, mas também as oportunidades e possibilidades de intervenção social. De um modo geral, as problemáticas sociais consideradas mais urgentes, a nível supramunicipal, são a saúde mental, sendo referidas pelas entidades como as respostas sociais mais insuficientes, aquelas destinadas às pessoas idosas, às pessoas com problemas de saúde mental, às pessoas com deficiência, às crianças e jovens, e às crianças e jovens em situação de perigo.

No quadro seguinte, elencam-se os principais problemas/necessidades com que se defronta o território do Alto Minho, no domínio do desenvolvimento social, bem como as principais valências e oportunidades e recursos que caracterizam o funcionamento da rede social a este nível territorial.

FRAQUEZAS	FORÇAS
Insuficiência/ desajuste na resposta para alguns grupos-alvo (ex: primeira infância, idosos, deficiência), com reduzido número de instituições e vagas	Representatividade de população em idade ativa
Escassas respostas de integração temporária e de apoio à emergência social	Melhoria progressiva da qualificação da população
Inexistência do aconselhamento parental	Existência de um conjunto de serviços e equipamentos
Reduzida resposta no aumento das competências e qualificação da população	Aumento da esperança de vida à nascença
Parcos recursos das famílias (financeiros, informação)	Aumento dos edifícios de habitação social
Pouca diversidade dos serviços de apoio	Decréscimo da criminalidade
Centralização das respostas nas áreas urbanas	Decréscimo do número de utentes em tratamento com comportamentos aditivos e dependências
Falta de respostas e acompanhamento para reintegração na sociedade	
Rede de referência inadequada/ insuficiente	
Necessidade de equipas de intervenção/ acompanhamento local	Clara tendência positiva na igualdade de género

FRAQUEZAS	FORÇAS
Incipiente coordenação das intervenções e multidisciplinaridade das equipas	
Sobrecarga física e psicológica dos cuidados informais	
Proporção de pessoas com muita dificuldade ou incapacitada em realizar determinadas ações	
Dispersão e assimetria territorial	
AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
Falta de políticas nacionais e locais de incentivo à criação de novas alternativas	Incentivar a responsabilidade social das empresas
Decrescente valorização da área social	Possibilidade de trabalho em rede – cooperação entre as entidades
Constrangimentos regulamentares	Possibilidade de partilha de recursos (conhecimento, instalações, equipamentos, ...)
Perda populacional e envelhecimento da população	Boas práticas já implementadas no terreno, com possibilidade de disseminação e Parcerias já estabelecidas
Isolamento social de certos grupos populacionais (população idosa, minorias étnicas, etc.)	Existência de edifícios / equipamentos disponíveis que podem ser convertidos
	Recursos humanos com experiência e capacidade técnica instalada

Quadro 6. Análise SWOT com a identificação das principais fraquezas, forças, ameaças e oportunidade no Alto Minho, no âmbito da ação social

Todos estes fatores contribuíram para a identificação dos desafios que se impõem no futuro para o Alto Minho e que podem ser organizados em domínios de intervenção.

Estes domínios ajudam a estruturar os objetivos estratégicos, a forma como estes se articulam, bem como as ações e projetos que contribuirão para a sua materialização.

5.1. Domínios Estratégicos

O PDS AM estrutura-se em torno de um conjunto de domínios estratégicos de intervenção, os quais refletem os problemas e prioridades identificadas no âmbito do Diagnóstico Social realizado na etapa anterior dos trabalhos (resultado da caracterização e avaliação de vários indicadores sociais), bem como a análise e mapeamento da atual rede de serviços e equipamentos sociais existentes. Estes domínios foram ainda validados pelas entidades parceiras, no âmbito das sessões participativas levadas a cabo neste processo, tendo sofrido as devidas adaptações e ajustes introduzidos pela equipa técnica.

Os domínios estratégicos em que se estrutura o PDS AM, e que seguidamente são apresentados em maior detalhe, apresentam-se resumidos na figura seguinte.



Figura 5. Domínios estratégicos do PDS AM

5.1.1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal

A governação constitui um fator essencial à organização das redes, na medida em que define quem são os vários atores, quais as suas funções e como se poderá processar a sua articulação. As redes são organismos vivos das comunidades que geram valor acrescentado, marcador fundamental para perceber o progresso e o grau de compromisso dos vários intervenientes. A governação concebe e estimula a animação da parceria focada no bem comum, numa perspetiva de longo alcance e a pensar num ecossistema organizado de direitos e atos de cidadania de, para e com todos.

A capacitação é essencial para a apreensão das técnicas e competências sociais que permitem um melhor desempenho, mas também para incentivar a adoção de melhores práticas e técnicas de trabalho. A organização ajuda a definir o modo de estruturação dos sistemas, as suas hierarquias e a articulação entre os vários elementos.

Em geral, e no que se refere ao funcionamento da Rede de Serviços e Equipamentos Sociais (RSES), as entidades envolvidas na intervenção social no Alto Minho consideram como principais limitações: (i) os recursos humanos, ii) o financiamento e recursos materiais, iii) as dificuldades na articulação de respostas sociais, iv) e a necessidade de ajustar as estratégias integradas a longo prazo.

Por fim é necessária a formulação e implementação de uma estratégia conjunta que permita a compatibilização de recursos e a conjugação de soluções, desafio que se pretende alcançar com esta abordagem ao plano

Pretende-se neste quadro desenvolver uma governação multinível e em quadrupla hélice conforme é possível visualizar na figura seguinte.



Figura 6 - Hélice quádrupla: o ecossistema do intraempreendedor social (Fonte: Adaptado de Arnkil et al. (2010))

5.1.2. Emprego, Formação Profissional e Educação

A qualificação da população contribui para a aperfeiçoamento e potenciação do capital humano, com repercussões no quotidiano das pessoas e das empresas, espelhadas na qualidade de vida, na independência financeira e o acesso aos bens e serviços. No Alto Minho, e por forma a corrigir as situações de desemprego e desemprego jovem, importa continuar a investir na qualificação da população, criando perfis profissionais com correspondência às reais e potenciais necessidades da região ou as tendências do mercado laboral.

Nos últimos 20 anos, o Alto Minho tem evidenciado um progresso na formação/qualificação, observável, em larga medida, nos vários indicadores de escolarização da população, em geral para os vários níveis de escolaridade. O Programa Nacional de Promoção do Sucesso escolar (PNPSE), criado em 2016, facilitou o enriquecimento de recursos pedagógicos, a dinamização da rede educativa e o desenvolvimento de atividades mais experimentais, oficiais e criativas, contribuindo para a redução da taxa de abandono escolar e da taxa de insucesso escolar, atualmente com valores residuais, colocando o distrito numa posição muito confortável, quando comparada com os demais na região norte. Quer a

equidade como a inclusão são a pedra de toque que compromete a rede educativa do Alto Minho, garantindo desta forma os direitos e a igualdade de oportunidades

Independentemente de podermos analisar indicadores mais positivos, a vigilância deve ser exigente e permanente, antecipando sinais de mudança e/ou constrangimentos que não foram estimados à partida. No domínio da educação tanto a rede familiar como comunitária são determinantes na construção de percursos académicos bem-sucedidos.

A compreensão objetivo dos números de desempregados registados no território exige uma contextualização para se entenderem oscilações mais abruptas, como foi o período da pandemia, a sazonalidade de alguns contratos de trabalho, ou por outro lado, a empregabilidade de população migrante. No domínio do desemprego e desemprego jovem, o principal problema reflete-se na adaptação à realidade e necessidades atuais do mercado de trabalho e pouca adaptabilidade das empresas, simultaneamente com o reajuste da formação com a realidade da região, o que origina a falta de mão-de-obra qualificada em setores chave e a desmotivação dos que procuram emprego, mas não possuem a formação adequada.

Quanto às desigualdades salariais, considera-se que este é um problema que afeta um território mais amplo que o Alto Minho, embora se tenham vindo a verificar significativas melhorias nos últimos tempos. Esta problemática encontra-se, ainda, muito associada a âncoras culturais que cristalizaram prejuízos e preconceitos em torno do lugar e do papel da mulher.

Neste âmbito destaca-se o projeto GEMCAT (Criação de Emprego de Qualidade Transfronteiriço) desenvolvido em parceria com entidades portuguesas e galegas com o objetivo de implementar medidas orientadas para a criação de um mercado laboral transfronteiriço de qualidade, abrangendo nomeadamente as seguintes atividades: i) Criação de um grupo de trabalho para o desenho de políticas públicas e de novos instrumentos normativos a favor da criação de emprego de qualidade; ii) Elaboração de uma Agenda de Responsabilidade Social nas Empresas (SER) Transfronteiriças; iii) Criação de um programa para a inclusão de RSE nas PMES do espaço transfronteiriço; e iv) Dinamização de iniciativas transfronteiriças tendo em vista premiar as empresas que incorporam políticas de conciliação e igualdade.

Neste domínio, os problemas/ desafios identificados no âmbito do Diagnóstico Social relacionam-se com:

a) Desemprego e Desemprego Jovem (reduzida oferta de emprego para jovens; ainda incipiente valorização do ensino profissional; trabalho progressivo ao nível da adaptação do perfil de competências à realidade do mercado laboral (referir a metodologia SANQ e a descentralização de competências; reduzida mão de obra qualificada); - Importância dos CTI – CITIN e da oferta de CTESP do IPVC e o projeto STEAM.

b) Nível de qualificação da população (falta de valorização social da educação/formação profissional; programas de educação/formação profissional desalinhados das necessidades do território);

c) Desigualdades relevantes, ente homens e mulheres, em termos de taxa de atividade e remuneração.

5.1.3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social

Este domínio encontra-se relacionado com a privação material e social e a incapacidade de acesso aos bens e serviços que constituem fatores relacionados com problemas económicos (baixos recursos financeiros), mas também sociais (exclusão social). Em 2020, cerca de 5% da população portuguesa encontrava-se em situação de privação material e social severa, estimando-se que a pandemia e crise económica tenham vindo a agravar esta situação. Os grupos sociais mais vulneráveis à pobreza ou exclusão social são as mulheres, crianças, os idosos, as famílias numerosas e monoparentais, e os desempregados.

No Alto Minho, as entidades parceiras consideram que esta problemática se encontra associada, sobretudo, com os baixos rendimentos e aumento do custo de vida, bem como a falta de respostas de acolhimento e proximidade, de base comunitária, assim como a implementação de uma abordagem global e integrada na resposta aos problemas sociais.

Neste domínio, os problemas/desafios identificados no âmbito do Diagnóstico relacionam-se com:

- a) Processos de exclusão social muito marcados, ao nível sub-regional, pelo envelhecimento e isolamento populacional, com diferenças entre os concelhos litorais e os concelhos de baixa densidade;
- b) Aumento do número de famílias monoparentais;
- c) Rendimento médio das famílias abaixo dos valores de referência de nível regional e nacional;
- d) Tendência de redução das famílias beneficiárias de RSI;

- e) Necessidade de reforçar as respostas sociais de proximidade dirigidas a problemas genéricos de exclusão social associada à privação material das famílias;
- f) Necessidade de uma abordagem global e integrada a este tipo de problemas de exclusão social;
- g) Aumento do custo de vida e perda de poder de compra das famílias.

5.1.4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços

Apesar de, a nível geral, não se verificarem muitos problemas no número e estado de conservação dos edifícios residenciais no Alto Minho, a habitação constitui um problema de fundo, que será agravado com as condições económicas que hoje em dia vivenciamos, em especial dado ao aumento do esforço das famílias para suportar os encargos habitacionais (considerando os valores das rendas e prestações bancárias e o custo dos imóveis agravados pela especulação imobiliária), na manutenção dos imóveis, bem como os custos mensais associados à habitação (eletricidade, gás, água, etc.).

No tocante à habitação social, embora tenha havido um aumento no número de fogos, nos últimos anos, fruto das políticas locais de habitação e dos apoios governamentais, o território ainda reclama mais medidas de apoio e reforço nos investimentos públicos, com o objetivo de garantir uma habitação condigna para todos.

Considerando a população em situação de sem-abrigo (sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário; ou sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito), verifica-se que as causas se devem sobretudo à insuficiência financeira, desemprego ou precaridade no trabalho, e dependência de álcool ou de substâncias psicoativas.

O acesso aos serviços constitui uma outra problemática deste território, ampliada pela dispersão territorial, que dificulta a movimentação das pessoas, bem como pela centralização de muitos serviços. Neste sentido, a rede de transportes públicos foi considerada insuficiente, carecendo de incentivo à sua utilização, situação que, numa área tão dispersa é difícil de contornar, tanto a nível técnico como financeiro, mas podendo ser resolvida através de soluções inovadoras e específicas (novas formas de provisão de serviços).

Por outro lado, importa dar continuidade ao trabalho de promoção da acessibilidade e mobilidade urbana, seja ao nível do acesso seja ao nível da descarbonização. Neste âmbito, destacar a necessidade

de estudar soluções de transporte flexível ou de transporte a pedido em particular para a população mais idosa e com. Por fim, importa também promover a integração de informação e de bilhética para que o transporte público rodoviário se difunda e se ajuste aos principais movimentos urbanos e interurbanos do território.

Neste domínio, os problemas/desafios identificados no âmbito do Diagnóstico Social relacionam-se com:

- a) Aumento da taxa de esforço das famílias com os encargos habitacionais;
- b) Dificuldades de acesso a oferta de habitação para arrendamento acessível;
- c) Subsistência de situações de carência habitacional;
- d) Reduzida disponibilidade de habitação social;
- e) Reduzido n.º de respostas habitacionais para situações urgentes e temporárias (por exemplo, famílias insolventes, vítimas de catástrofes, refugiados, vítimas de violência doméstica);
- f) Necessidade de articular a rede de transportes públicos ao nível rodo e ferroviário, bem como desenvolver projetos piloto de mobilidade sustentável e em serviços flexíveis ou a pedido para fazer face à elevada dispersão territorial;
- g) Necessidade de apostar na adaptação dos serviços públicos a situações de mobilidade reduzida²

5.1.5. Infância e Juventude

As crianças e jovens constituem um dos grupos em que as instituições do Alto Minho consideram existirem maiores necessidades, em especial no que se refere as respostas para a primeira infância e acolhimento de jovens para ocupação de tempos livres.

No Alto Minho, a população das crianças (com idades compreendidas entre 0 e 14 anos) e a população jovem (15 – 19 anos) é ligeiramente inferior às médias nacional e regional, tendo decrescido nos últimos anos. Este facto deve-se, em parte, à ausência de políticas de incentivo à natalidade, juntamente com a dificuldade de captação e fixação da população jovem. Destacar a megatendência

² Alto Minho Inclusivo – descrever o projeto e enfatizar a necessidade de dar continuidade, adensando a rede de Equipamentos culturais e eventos do Alto Minho incluídos na plataforma TUR4all.

associada à transição digital e do mercado global associada também ao teletrabalho reforçando as dificuldades de atração de talentos (disrupção do trabalho e da forma de o prestar).

O apoio à parentalidade constitui outra questão de elevada importância, sendo essencial para formar as novas gerações, bem como para auxiliar as famílias na articulação da vida pessoal com a vida profissional.

No tocante às crianças e jovens em situação de perigo, verifica-se um reduzido número de centros de acolhimento, escassas respostas de integração temporária, inexistência de aconselhamento parental, bem como problemas de comunicação intrafamiliar e défices de competências parentais.

Neste domínio, os problemas/desafios identificados no âmbito do Diagnóstico Social relacionam-se com:

- a) Reduzida oferta de acolhimento e Centro de Atividades de Tempos Livres (CATL);
- b) Baixo nível de responsabilidade social e desafios ao nível da formação e cultura das famílias;
- c) Manter e reforçar os programas de atividades extraescolares;
- d) Persistência de situações de casos de crianças e jovens em situação de perigo;
- e) Elevado número de casos de crianças e jovens em situação de perigo comunicados às entidades, mas não diagnosticados (insuficiente acompanhamento dos casos sinalizados);
- f) Reforço no acompanhamento e aconselhamento parental.

5.1.6. Envelhecimento Ativo

O envelhecimento da população constitui uma das problemáticas mais relevantes no Alto Minho, tendo os idosos sido identificados pelas instituições como o grupo-alvo para o qual as respostas sociais são consideradas mais insuficientes, devido ao reduzido número de instituições e vagas, capacidade das famílias, assim como a necessidade de diversificar os serviços de apoio.

Este facto deve-se ao aumento da esperança média de vida, ao mesmo tempo que se verifica o decréscimo da população jovem. No Alto Minho, a população idosa tem vindo a aumentar, em especial nos territórios mais interiores, sendo que em 2021, representava quase um terço da população total e, tal como à semelhança da situação a nível nacional, com tendência para subir nos próximos anos.

Com o envelhecimento da população, geram-se problemas de inclusão, de saúde, económicos, mas também de segurança, devido ao isolamento. Existe, assim, necessidade de garantir a qualidade de vida desta franja da população, através de um envelhecimento saudável e ativo, condição que constitui um dos pontos-chave das políticas de desenvolvimento social, e o qual é influenciado pelas condições económicas, sociais, físicas, ambientais, de saúde e sociedade, mas também pessoais e comportamentais.

Neste domínio, os problemas/desafios relacionam-se com:

- a) Aumento do envelhecimento da população e do respetivo índice de dependência;
- b) Aumento da esperança média de vida (saudável e não saudável);
- c) Isolamento (físico e social) da população idosa;
- d) Baixos recursos económicos (rendimentos do trabalho, pensões e prestações sociais) da população idosa;
- e) Deficiente cobertura territorial de alguns equipamentos sociais dirigidos às pessoas idosas, que promovam e reforcem a autonomia;
- f) Taxa de cobertura das ERPI acima dos valores de referência regional ou nacional;
- g) Elevada taxa de ocupação das ERPI e dos serviços de apoio domiciliário (indicia reduzida capacidade de absorção de novos utentes);
- h) Reduzido número de vagas e limitações/constrangimentos nos acessos.

5.1.7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental

No âmbito da saúde, foram registados, como principais problemáticas no Alto Minho, a falta de profissionais de saúde especializados e a centralização dos serviços e equipamentos.

A deficiência constitui uma das problemáticas sociais que encontra menor número de respostas neste território, no entanto as respostas surgem de forma integrada (APPCDM) e com serviços de qualidade na maioria dos concelhos do Alto Minho, carecendo de reforços ao nível de equipamentos e serviços, bem como o apoio às famílias, mas também na forma de integração deste setor da população na sociedade, através de vida ativa.

A saúde mental constitui uma problemática cada vez mais relevante para o desenvolvimento económico e social, sendo apontada pelas várias entidades do Alto Minho como uma das principais prioridades de intervenção a nível supramunicipal, dada a necessidade de criar respostas e serviços especializados no campo da saúde mental, situação agravada pela desestruturação de alguns agregados familiares, ausência de retaguardas capacitadas, contextos menos dignos e/ou eventuais privações.

A dependência e comportamentos aditivos, no Alto Minho, devem-se, em parte, à perceção cultural e aceitação social do consumo, no caso particular do álcool. Por outro lado, são manifestas as debilidades ao nível dos programas de prevenção integrados e ao nível do acompanhamento dos casos registados, no processo de inserção e integração social.

Neste âmbito, e no campo da saúde mental, apela-se a uma intervenção mais concertada e alargada dos cuidados continuados e na prestação de cuidados formais e informais. Sublinha-se a importância da capacitação dos cuidadores formais e informação e qualificação da rede de respostas e serviços.

Neste domínio, os problemas/desafios relacionam-se com:

- a) Elevada taxa de ocupação das unidades de longa duração e manutenção existentes;
- b) Déficit de entidades/serviços ligados à saúde mental;
- c) Situações de desestruturação familiar e social, associadas à doença mental;
- d) Respostas insuficientes e diagnósticos tardios da doença mental;
- e) Necessidade de reforço no apoio aos cuidadores informais;
- f) Carências da rede de serviços/equipamentos dirigidos às pessoas adultas com deficiência (nomeadamente de estruturas residenciais).

5.1.8. Segurança, Violência doméstica e Igualdade de género

No âmbito da segurança e por referência à criminalidade no geral o número de crimes detetados pelas autoridades policiais ou levados ao seu conhecimento por meio de denúncia ou queixa, por cada 1.000 habitantes possui um valor equiparado ao verificado na região Norte e inferior ao registado no continente. Porquanto, há a destacar as situações de violência doméstica e de género, associadas

muitas vezes a quadros pobreza e/ou exclusão social, lidas em consumos, privações de várias natureza e transtornos mentais e/ou psicológicos.

Os crimes de violência doméstica contra o cônjuge ou pessoas análogas evidenciam uma maior incidência no Alto Minho, face ao verificado na região Norte, mas inferior quando comparado com o continente nacional. Ainda com ligeiras oscilações ao longo dos anos, verifica-se que o número de ocorrências de violência doméstica participadas às forças de segurança no Alto Minho demonstra uma larga subida nos últimos anos.

Neste domínio, os problemas/desafios relacionam-se com:

- a) Sinalização tardia dos casos de violência doméstica e de género;
- b) Reduzidas respostas sociais, serviços e equipamentos especializados para a problemática, bem como a sua abrangência territorial;
- c) Ausência de respostas que garantam a segurança da vítima no seu ambiente.

5.2. Visão

Tendo em consideração os domínios estratégicos, os problemas detetados e os desafios impostos, traça-se, neste capítulo uma visão para o território do Alto Minho, decomposta nos oito domínios estratégicos definidos.

Tal como referido anteriormente, assumindo a importância de enquadrar a estratégia do PDS AM com a estratégia global da CIM, revisitou-se este documento (Estratégia Alto Minho 2030), que apresenta a seguinte visão:

- *Uma região que valoriza os seus recursos para se tornar mais competitiva;*
- *Uma região que organiza os produtos do seu território para se tornar mais atrativa;*
- *Uma região que garante conectividade e exige retorno da mobilidade de pessoas, bens e conhecimento;*
- *Uma região assumidamente resiliente, que forma liza a capacidade de responder à mudança.*

A competitividade, a atratividade, a conectividade e a resiliência surgem como pontos-chave da estratégia intermunicipal, aspetos que se podem resgatar para a estratégia inerente ao PDS AM, nomeadamente com o fomento da competitividade do território e qualificação da população, proporcionar uma maior qualidade de vida às pessoas e promover a conectividade e acesso aos bens e serviços. Neste sentido, a resiliência torna-se fundamental, de modo que as opções aqui trazidas pelo PDS AM possam, no futuro, ser adaptadas a novas situações e vicissitudes que possam ocorrer.

Neste alinhamento, a visão para o PDS AM projeta o território e o bem-estar social desejado, corporizada nas opções estratégicas vertidas nos eixos temáticos prioritários de intervenção.

Visão:

Um território inclusivo, que fomente a equidade, partilha, integração e valorização de toda a comunidade, capaz de sinalizar precocemente os problemas sociais e dar resposta rápida, eficaz, sustentável e inovadora as várias situações detetadas, em prol de uma sociedade mais justa, equitativa e integradora.

<p>1 - Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal</p>	<p><i>Um território com políticas inovadoras de inclusão social, em que as entidades funcionem de forma articulada e integrada, através de uma gestão mais eficaz e eficiente dos recursos (técnicos, financeiros e materiais)</i></p>
<p>2 - Emprego, Formação Profissional e Educação</p>	<p><i>Um território que investe na formação e qualificação da população, com vista ao seu desenvolvimento social e económico, incentivando a adequação da formação e emprego à realidade regional</i></p>
<p>3 – Pobreza, Privação Material e Exclusão Social</p>	<p><i>Um território solidário e inclusivo equitativo que potencia uma rede integrada e integrativa, de base colaborativa, promotora de políticas sociais ativas, capaz de sinalizar precocemente os problemas de pobreza e privação material, apresentando soluções duradouras, eficazes e sustentáveis de inclusão social</i></p>
<p>4 – Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços</p>	<p><i>Um território em que todos têm acesso a habitação, equipamentos e aos serviços básicos, bem como forma de aceder física ou digitalmente aos serviços e equipamentos públicos</i></p>
<p>5 - Infância e Juventude</p>	<p><i>Um território que valorize as crianças, criando condições de educação, formação cívica, recreio, e incentivo na vida familiar, sinalizando e mitigando as situações de risco e perigo</i></p>
<p>6 – Envelhecimento Ativo</p>	<p><i>Um território que valorize a população idosa pelo seu saber e experiência, como capital ativo na comunidade que dispõe de respostas inovadoras e diferenciadas, subscritoras de aumento de qualidade de vida</i></p>
<p>7 – Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental</p>	<p><i>Um território que dê respostas às necessidades de saúde da população, em especial em contexto de proximidade e contexto familiar, com mais apoio para as famílias e cuidadores informais</i></p>
<p>8 – Segurança, Violência Doméstica e Igualdade de Género</p>	<p><i>Um território de igualdade e solidariedade, capaz de prevenir e mitigar as situações de violência doméstica e de género, fomentando uma cultura de segurança e de cidadania, promotora de direitos, liberdades e garantias.</i></p>

Figura 7. Visão do PDS AM por domínio estratégico

5.3. Objetivos Estratégicos

O PDS AM baseia-se em domínios estratégicos de intervenção, que refletem os problemas e as prioridades identificadas, bem como a visão traçada, tanto a nível global, como para cada uma das temáticas consideradas prioritárias (domínios estratégicos).

Os objetivos estratégicos efetuam a ligação entre os desafios que caracterizam cada um dos domínios estratégicos e as ações, projetos e medidas que são propostas no capítulo seguinte de modo a alcançar os objetivos e metas traçados. No quadro seguinte, apresentam-se os objetivos específicos para o PDS AM, organizados por domínio estratégico.

DOMÍNIO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal	1.1. Formalização de um novo modelo de governação da intervenção social ao nível intermunicipal decorrente da transferência de competências para os municípios e comunidades intermunicipais 1.2. Capacitação dos atores da intervenção social 1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais 1.5. Aperfeiçoamento do sistema de monitorização e avaliação
2. Emprego, Formação Profissional e Educação	2.1. Reforço das redes institucionais de promoção da empregabilidade 2.2. Valorização e ajustamento do perfil de competências profissionais da população ao contexto territorial 2.3. Implementação de programas para promover a inserção profissional de grupos específicos (desempregados de longa duração, mulheres, jovens e pessoas com deficiência) 2.4. Reforço das competências pessoais e sociais das pessoas à procura de emprego, valorizando as aprendizagens ao longo da vida, em contextos formais, informais e não formais
3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social	3.1. Sinalização, monitorização e acompanhamento das situações de exclusão social associadas à privação material e social 3.2. Promoção de respostas sociais assentes na inovação social e na experimentação 3.3. Reforço das respostas sociais dirigidas à família e comunidade em geral 3.4. Promoção do acompanhamento de proximidade e integração de respostas adaptadas 3.5. Promoção da cultura, desporto e lazer e de bem-estar como fatores de inclusão social
4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços	4.1. Capacitação e envolvimento das entidades da rede social na sinalização e monitorização de problemas de grave carência habitacional 4.2. Reforço da oferta de habitação social dirigida à resolução de problemas de carência habitacional 4.3. Reforço da articulação e concertação das medidas de promoção de habitação acessível. 4.4. Acompanhamento das dinâmicas habitacionais

DOMÍNIO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS
	<p>4.5. Monitorizar a população em situação de sem abrigo e otimizar a intervenção a nível local</p> <p>4.6. Adoção de soluções de transporte público mais ajustadas à realidade socioeconómica e territorial do Alto Minho</p> <p>4.7. Promoção da acessibilidade universal aos serviços e equipamentos públicos</p>
<p>5. Infância e Juventude</p>	<p>5.1. Garantia de níveis adequados de cobertura territorial/populacional dos equipamentos socioeducativos dirigidos às crianças e jovens – creches, estabelecimentos de educação pré-escolar e centros de atividades de tempos livres</p> <p>5.2. Consolidação de um modelo de intervenção integrada no acompanhamento de casos de crianças e jovens em situação de perigo</p> <p>5.3. Promoção de respostas sociais em contextos não formais, nomeadamente no âmbito de atividades desportivas, culturais e de lazer</p> <p>5.4. Reforço da intervenção de caráter preventivo (sensibilização e capacitação), junto da comunidade e das famílias</p>
<p>6. Envelhecimento ativo</p>	<p>6.1. Promoção do envelhecimento ativo em contexto laboral e/ou comunitário</p> <p>6.2. Prevenção e monitorização das situações de isolamento social das pessoas idosas</p> <p>6.3. Reforço da quantidade, qualidade e integração das respostas sociais de proximidade dirigidas às pessoas idosas, procurando assegurar as condições para a manutenção das mesmas no seu habitat (casa e comunidade)</p> <p>6.4. Promoção de uma cobertura equitativa, eficaz e sustentável dos equipamentos dirigidos ao acolhimento residencial de pessoas idosas</p>
<p>7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental</p>	<p>7.1. Coordenação institucional (nomeadamente com os serviços de saúde) tendo em vista a sinalização e acompanhamento dos casos de deficiência, dependência, demência e doenças neurodegenerativas</p> <p>7.2. Combate às dinâmicas de exclusão (e discriminação) social das pessoas com deficiência</p> <p>7.3. Promoção da autonomia e vida independente das pessoas deficientes</p> <p>7.4. Aumentar, diversificar e articular (entre entidades) as respostas sociais no domínio da deficiência e doença mental</p> <p>7.5. Promoção de respostas sociais para as dependências, de maior proximidade e adaptadas ao território</p> <p>7.6. Diversificação das respostas e a articulação das políticas setoriais</p> <p>7.7. Capacitação e acompanhamento dos cuidadores informais</p>
<p>8. Segurança e Violência Doméstica e de Género</p>	<p>8.1. Coordenação institucional no sentido de sinalizar, diagnosticar e prevenir os casos de violência doméstica</p> <p>8.2. Apoio às vítimas de violência doméstica, garantindo uma cobertura equitativa das respostas, serviços e equipamentos</p> <p>8.3. Capacitar os agentes que operam no âmbito da violência doméstica</p> <p>8.4. Coerência institucional na resposta à violência de género</p> <p>8.5. Orientação para a cidadania plena das vítimas de violência doméstica e de género</p>

Quadro 7. Objetivos estratégicos do PDS AM

6. PLANO DE AÇÃO

Neste capítulo, apresenta-se o Plano de Ação, o qual constitui a componente operativa do PDS AM e se encontra estruturado pelos domínios estratégicos definidos e validados no âmbito do processo participativo.

Nas várias sessões participativas promovidas no âmbito dos trabalhos de elaboração do PDS do Alto Minho, foi solicitada aos parceiros a validação dos domínios e objetivos estratégicos, bem como pedida a sugestão de medidas e ações (implementadas nos municípios do Alto Minho, implementadas noutra área territorial, ou propostas para implementação futura), e que permitissem dar repostas às necessidades e desafios identificados para o Alto Minho.

Ao longo do trabalho, foi também efetuada uma pesquisa de boas práticas de ações implementadas a nível social (*benchmarking*), tendo sido selecionadas as que apresentaram maior sucesso e poderiam ser aplicadas ao Alto Minho. Deste modo, identificou-se um conjunto de boas práticas, que foram apresentadas no âmbito das sessões participadas, como forma de inspirar os parceiros da rede social intermunicipal para a promoção de novas abordagens no domínio da intervenção em desenvolvimento social.

Estas sessões, que decorreram sob a forma de dois workshops temáticos, realizados online, tiveram como objetivos a divulgação de boas práticas e a discussão de medidas de carácter inovador para integração no PDS AM. Realizados nos dias 4 e 6 de outubro de 2022, os workshops ocorreram sob a forma de mesas temáticas (relacionados com os domínios estratégicos do PDS AM), tendo contado com a participação de oradores convidados que vieram apresentar boas práticas de sucesso no domínio social, bem como inspirar o trabalho futuro das entidades do Alto Minho.

Nessas sessões de trabalho participado, para além das abordagens e casos de boas práticas em matéria de inovação social, foram discutidas as diversas propostas apresentadas pelos parceiros para operacionalização dos objetivos estratégicos do PDS AM. A discussão, ponderação e consequente programação destas medidas foi orientada por critérios de abrangência temática, relevância estratégica dos problemas/desafios endereçados e dimensão (estratégica e territorial). No Anexo I, elencam-se as ideias e sugestões originadas nestas sessões de trabalho participado, sendo indicada a forma de integração no Plano de Ação do PDS AM.

O Plano de Ação do PDS AM conta com um total de 18 medidas propostas que apresentam dimensão estratégica ao nível supramunicipal, tendo em consideração a tipologia, abrangência e amplitude dos problemas/desafios que se pretende endereçar.

	DOMÍNIO ESTRATÉGICO							
	1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social	2. Emprego, Formação Profissional e Educação	3. Pobreza e Privação Material e Exclusão Social	4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços	5. Infância e Juventude	6. Envelhecimento ativo	7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental	8. Segurança e Violência Doméstica e Género
GOVERNAÇÃO								
1 – Plataforma PDS Alto Minho	X							
2 - Criação do prémio de inovação social	X							
CAPACITAÇÃO								
3 – Programa Intermunicipal de formação e capacitação social	X	X	X	X	X	X	X	X
4 – Programa de incentivo à formação e qualificação profissional de grupos humanos vulneráveis	X	X	X		X			
5 – Programa de valorização dos cuidadores informais	X	X	X			X	X	
MONITORIZAÇÃO								
6 – Programa de monitorização da pobreza e da exclusão social no Alto Minho	X	X	X	X	X	X	X	X
INOVAÇÃO SOCIAL								
7 – Bolsa de projetos locais de inovação social	X	X	X	X	X	X	X	X
8 – Programa de participação ativa dos jovens na sociedade		X	X		X			
9 – Programa de apoio à família e parentalidade			X	X	X		X	
10 – Criação de equipas técnicas multidisciplinares para acompanhamento de proximidade	X	X	X	X	X	X	X	X
11 – Promoção da conectividade territorial e do acesso aos serviços e equipamentos públicos			X	X				
CRIAÇÃO/QUALIFICAÇÃO DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS								
12 – Criação de soluções de alojamento urgente			X	X	X			X
13 – Criação de respostas sociais para a 1.ª infância		X	X		X			

	DOMÍNIO ESTRATÉGICO							
	1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social	2. Emprego, Formação Profissional e Educação	3. Pobreza e Privação Material e Exclusão Social	4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços	5. Infância e Juventude	6. Envelhecimento ativo	7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental	8. Segurança e Violência Doméstica e de Género
14 – Criação de respostas sociais para apoio a vítimas de violência doméstica			X	X				X
15 – Criação e qualificação das respostas sociais para apoio à população idosa			X			X		
16 – Criação e qualificação de respostas sociais e outras soluções no domínio da saúde mental			X				X	
17 – Criação de soluções de apoio nos cuidados paliativos			X	X			X	
18 – Criação de respostas sociais para apoio às pessoas com deficiência e respetivas famílias			X	X			X	

Quadro 8. Medidas propostas e relação com os domínios estratégicos do PDS AM

As medidas do Plano de Ação agregam-se em cinco tipologias:

a) **Medidas de governação** – destinam-se predominantemente à organização da rede de entidades e às suas formas articulação;

b) **Medidas de capacitação** – destinam-se a promover a formação e a capacitação das entidades ligadas da Rede Social, e de outras organizações que trabalham no desenvolvimento social, bem como dos grupos-alvo;

c) **Medidas de monitorização** – destinam-se a monitorizar, avaliar e efetuar o acompanhamento da Rede Social e das situações de exclusão social;

d) **Medidas de inovação social** – destinam-se a promover um contexto favorável à experimentação e à implementação de projetos de inovação social, os quais poderão ser aplicados primeiramente como projetos-piloto e depois disseminados por todo o território;

e) **Medidas de criação/requalificação de serviços e equipamentos sociais** – destinam-se a reforçar e ampliar a RSES de âmbito supramunicipal, bem como promover a requalificação e ampliação dos serviços e equipamentos existentes, proporcionando uma maior capacidade de resposta.

As medidas aqui apresentadas enquadram-se, ainda, em duas categorias de prioridade, podendo ser estruturantes (quando as medidas apresentam elevada relevância para a estratégia definida) ou complementares (quando se trata de medidas que complementam os anteriores). No quadro seguinte, apresentam-se as prioridades de cada projeto proposto.

PROJETO	PRIORIDADE	
	ESTRUTURANTE	COMPLEMENTAR
1 – Plataforma PDS Alto Minho	X	
2 - Criação do prémio de inovação social		X
3 – Programa intermunicipal de formação e capacitação social	X	
4 – Programa de incentivo à formação e qualificação profissional de grupos humanos vulneráveis	X	
5 – Programa de valorização dos cuidadores informais		X
6 – Programa de monitorização da pobreza e da exclusão social no Alto Minho	X	
7 – Bolsa de projetos locais de inovação social	X	
8 – Programa de participação ativa dos jovens na sociedade		X
9 – Programa de apoio à família e parentalidade	X	
10 – Criação de equipas técnicas multidisciplinares para acompanhamento de proximidade		X
11 – Promoção da conectividade territorial e do acesso aos serviços e equipamentos públicos		X
12 – Criação de soluções de alojamento urgente	X	
13 – Criação de respostas sociais para a 1.ª infância	X	
14 – Criação de respostas sociais para apoio a vítimas de violência doméstica	X	

PROJETO	PRIORIDADE	
	ESTRUTURANTE	COMPLEMENTAR
15 – Criação e qualificação das respostas sociais para apoio à população idosa	X	
16 – Criação e qualificação de respostas sociais e outras soluções no domínio da saúde mental	X	
17 – Criação de soluções de apoio nos cuidados paliativos		X
18 – Criação de respostas sociais para apoio às pessoas com deficiência e respetivas famílias	X	

Quadro 9. Nível de prioridade das medidas do Plano de Ação

Seguidamente, são apresentadas as fichas que sumarizam a programação das medidas de desenvolvimento social com dimensão estratégica, ao nível supramunicipal, organizadas de acordo com as tipologias supramencionadas. Em cada uma das fichas, são apresentados os seguintes parâmetros:





- Domínios estratégicos – conjunto de domínios estratégicos impactados pela medida;
- Objetivos estratégicos – conjunto de objetivos estratégicos a que a medida pretende dar resposta;
- Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) - prioridades e aspirações do desenvolvimento sustentável global para 2030, definidos no âmbito da Agenda 2030, para os quais o projeto contribui;
- Âmbito territorial – nível territorial de referência para a implementação da medida, podendo ser supramunicipal ou supramunicipal/municipal;
- Grupo-alvo – grupo sociodemográfico que irá beneficiar da implementação da medida e para o qual estas são especificamente dirigidos;
- Entidade promotora – entidade que será a principal responsável pela implementação da medida, bem como pela sua coordenação e gestão das outras entidades envolvidas;
- Entidades envolvidas – entidades que irão cooperar na implementação da medida;
- Descrição – descrição da medida, incluindo breve descrição do contexto de implementação, objetivos específicos e ações a executar
- Resultados esperados – resultados esperados com a implementação do projeto;
- Indicadores de avaliação – conjunto de métricas que permitem avaliar os resultados da implementação da medida, bem como o seu contributo para os objetivos traçados;

- Prioridade – grau de prioridade da implementação da medida, podendo assumir-se como estruturantes (quando os projetos apresentam elevada relevância para a estratégia definida) ou complementares (quando se trata de projetos que complementam os anteriores);
- Programação temporal – horizonte temporal previsto para a implementação da medida, distinguindo curto prazo (2023-2025) e médio/longo prazo (2025-2028);
- Linhas de financiamento disponíveis – possíveis fontes de financiamento considerando a natureza, âmbito e objetivos da medida.

6.1. Medidas de governação

1 – PLATAFORMA PDS ALTO MINHO	
Domínios estratégicos	1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal
Objetivos estratégicos	1.1. Formalização de um novo modelo de governação da intervenção social ao nível intermunicipal decorrente da transferência de competências para os municípios e comunidades intermunicipais 1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	   
Âmbito territorial	Supramunicipal
Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade População sénior Pessoas com deficiência ou incapacidade Pessoas com comportamentos aditivos e dependências Imigrantes e minorias étnicas Pessoas em situação de sem-abrigo Vítimas de violência doméstica e de género
Entidade promotora	CIM AM
Entidades envolvidas	Entidades da Plataforma Supraconcelhia Outras entidades da Rede Social
Descrição	<p>Consiste na criação de uma plataforma de articulação institucional (complementar da Plataforma Supraconcelhia) que visa a articulação e partilha de recursos, conhecimento e boas práticas entre as várias entidades da Rede Social, em tempo real, de forma a promover respostas sociais mais ágeis, eficazes e concertadas.</p> <p>Esta plataforma de informação e comunicação, entre outros aspetos, deve incluir os seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Divulgação de oferta/procura de emprego entre instituições; ▪ Identificação dos diferentes serviços e respostas sociais, com a capacidade, listas de espera e vagas disponíveis; ▪ Divulgação da oferta e partilha de voluntariado; ▪ Divulgação de atividades, projetos e ações a decorrer ou propostas (Ver projeto 03);

	<ul style="list-style-type: none"> - Divulgação de recursos técnicos ou materiais disponíveis ou necessários (material informático, veículos, especialistas, ...) <p>Inclui-se, ainda, nesta medida, a realização de reuniões de coordenação ou temáticas (tendo em consideração as áreas de intervenção), para partilha de experiências e conhecimento e gestão de recursos entre as entidades da Rede Social.</p> <p>Propõe-se, igualmente, a realização de uma conferência anual, para divulgação de boas praticas com oradores especialistas, com trabalho feito no Alto Minho ou noutros territórios, de forma a partilhar conhecimentos e projetos de sucesso, bem como perspetivar tendências futuras. Pode ainda incluir encontros e visitas a projetos e organizações.</p>
Resultados esperados	Facilitar a comunicação entre as entidades Facilitar a intervenção local, diminuir burocracias e criar soluções mais céleres Partilha de recursos, com benefícios a nível social e financeiro
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de entidades envolvidas ▪ Número de contactos estabelecidos ▪ Número de situações de urgência resolvidas
Prioridade	Estruturante
Programação temporal	Curto prazo
Linhas de financiamento disponíveis	-

2 – CRIAÇÃO DO PRÉMIO DE INOVAÇÃO SOCIAL	
Domínios estratégicos	1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal
Objetivos estratégicos	1.2. Capacitação dos atores da intervenção social 1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais 3.2. Promoção de respostas sociais assentes na inovação social e na experimentação
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	    
Âmbito territorial	Supramunicipal
Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade População sénior Pessoas com deficiência ou incapacidade Pessoas com comportamentos aditivos e dependências Imigrantes e minorias étnicas Pessoas em situação de sem-abrigo Vítimas de violência doméstica e de género
Entidade promotora	CIM AM

Entidades envolvidas	Entidades da Rede Social
Descrição	Este projeto consiste na criação de um prémio de inovação social, no seio das instituições da Rede Social do Alto Minho, de modo a premiar as boas práticas e valorizar o trabalho realizados pelos técnicos e entidades. Pretende-se, assim, incentivar a implementação das boas práticas, bem como a experimentação de técnicas de inovação social, com eficácia para a resolução das necessidades existentes.
Resultados esperados	Partilha de experiências Valorizar os projetos de inovação social e as pessoas envolvidas Sensibilizar para a adoção de práticas inovadoras
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de projetos candidatados ▪ Número de prémios atribuídos
Prioridade	Complementar
Programação temporal	Médio/Longo Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Pessoas 2030 / Norte 2030

6.2. Medidas de capacitação


3 – PROGRAMA INTERMUNICIPAL DE FORMAÇÃO, E CAPACITAÇÃO SOCIAL	
Domínios estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal 2. Emprego, Formação Profissional e Educação 3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços 5. Infância e Juventude 6. Envelhecimento ativo 7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental 8. Segurança e Violência Doméstica e de Género
Objetivos estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1.2. Capacitação dos atores da intervenção social 1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais 3.3. Reforço das respostas sociais dirigidas à família e comunidade em geral 4.1. Capacitação e envolvimento das entidades da rede social na sinalização e monitorização de problemas de grave carência habitacional
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	
Âmbito territorial	Supramunicipal
Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade População sénior Pessoas com deficiência ou incapacidade Pessoas com comportamentos aditivos e dependências Imigrantes e minorias étnicas Pessoas em situação de sem-abrigo Vítimas de violência doméstica e de género
Entidade promotora	CIM AM Segurança Social, I.P. ARS-Norte
Entidades envolvidas	Entidades da Rede Social
Descrição	<p>Este projeto pretende a organização de formações periódicas para os vários atores de intervenção social, incluindo capacitação na gestão, assim como nas várias componentes técnicas especializadas associadas aos distintos domínios de intervenção e grupos alvo.</p> <p>Exemplos de formações:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação específica para técnicos e beneficiários em ações para a acessibilidade e inclusão digital; ▪ Formação para intervir junto de públicos específicos (alcoolismo, geriatria, doença mental, etc.); ▪ Formação para a intervenção na violência doméstica; ▪ Formação para lidar com utentes institucionalizados em situação de demência; ▪ Formação de atores sociais (familiares, voluntariado, profissionais) para atuar no domínio da intervenção em situações de demência; ▪ Formação de profissionais na área da geriatria; ▪ Formação das entidades e empresas de forma a fomentar a acessibilidade (física e digital); ▪ Criação de programa de prevenção com sessões "primeiros socorros" para a saúde mental.

Resultados esperados	Ter técnicos mais especializados e com formação específica nas várias temáticas de âmbito social; Maior capacidade técnica de atuação das entidades
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de formações realizadas ▪ Número de formandos certificados
Prioridade	Estruturante
Programação temporal	Curto Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Pessoas 2030 / Norte 2030

4 – PROGRAMA DE INCENTIVOS À FORMAÇÃO ESPECÍFICA E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE GRUPOS HUMANOS VULNERÁVEIS	
Domínios estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal 2. Emprego, Formação Profissional e Educação 3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 5. Infância e Juventude
Objetivos estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais 2.1. Reforço das redes institucionais de promoção da empregabilidade 2.2. Valorizar e ajustar o perfil de competências profissionais da população ao contexto territorial 2.3. Implementação de programas para promover a inserção profissional de grupos específicos (desempregados de longa duração, mulheres, jovens e pessoas com deficiência) 2.4. Reforço das competências pessoais e sociais das pessoas à procura de emprego 6.1. Promoção do envelhecimento ativo em contexto laboral e/ou comunitário 7.2. Combate às dinâmicas de exclusão (e discriminação) social das pessoas deficientes 7.3. Promoção da autonomia e vida independente das pessoas deficientes
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	
Âmbito territorial	Supramunicipal
Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade População sénior Pessoas com deficiência ou incapacidade Imigrantes e minorias étnicas Pessoas em situação de sem-abrigo
Entidade promotora	CIM AM IEFP, I.P.
Entidades envolvidas	Entidades da Rede Social com intervenção ao nível das pessoas com deficiência, vítimas de violência doméstica e dependências Entidades privadas de formação profissional

Descrição	<p>Este projeto pretende a criação de programas específicos de formação profissional de grupos humanos específicos (desempregados de longa duração, pessoas com deficiência, imigrantes, mulheres e outros), ajustados às necessidades das empresas, numa aposta na formação profissional, de índole mais prática, e de forma a desenvolver percursos de qualificação à medida das necessidades das empresas</p> <p>Numa primeira fase, será efetuado um diagnóstico distrital de necessidades de qualificação profissional, com base em inquéritos às empresas e instituições. As formações a realizar deverão reconhecer competências adquiridas ao longo da vida e reforçar competências sociais de desempregados.</p> <p>Esta medida pretende ainda combater o abandono escolar e investir nos percursos regulares e profissionalizantes.</p> <p>De forma a promover este projeto, deverão ser realizadas campanhas criativas e estimulantes para formações de jovens e adultos, bem como microestágios (de 1-2 dias para jovens em percurso escolar), promovendo dinâmicas de informação e orientação vocacional.</p>
Resultados esperados	<p>Maior qualificação da população, articulada com as necessidades das empresas e tendências do mercado de trabalho;</p> <p>Mais emprego e maiores salários, tornando a região mais competitiva;</p> <p>Maior inclusão social</p>
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de formações realizadas ▪ Número de estágios realizados ▪ Número de empregos criados decorrentes das formações realizadas
Prioridade	Estruturante
Programação temporal	Médio/Longo Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Pessoas 2030 / Norte 2030

5 – PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DOS CUIDADORES INFORMAIS	
Domínios estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal 2. Emprego, Formação Profissional e Educação 3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 6. Envelhecimento ativo 7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental
Objetivos estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1.2. Capacitação dos atores da intervenção social 1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais 3.2. Promoção de respostas sociais assentes na inovação social e na experimentação 3.3. Reforço das respostas sociais dirigidas à família e comunidade em geral 3.4. Promoção do acompanhamento de proximidade e integração de respostas adaptadas

	<p>5.4. Reforço da intervenção de carácter preventivo (sensibilização e capacitação), junto da comunidade e das famílias</p> <p>6.1. Promoção do envelhecimento ativo em contexto laboral e/ou comunitário</p> <p>6.2. Prevenção e monitorização das situações de isolamento social das pessoas idosas</p> <p>6.3. Reforço da quantidade, qualidade e integração das respostas sociais de proximidade dirigidas às pessoas idosas, procurando assegurar as condições para a manutenção das mesmas no seu habitat (casa e comunidade)</p> <p>7.2. Combate às dinâmicas de exclusão (e discriminação) social das pessoas deficientes</p> <p>7.3. Promoção da autonomia e vida independente das pessoas deficientes</p> <p>7.4. Aumentar, diversificar e articular (entre entidades) as respostas sociais no domínio da deficiência e doença mental</p> <p>7.6. Diversificação das respostas e promover a articulação das políticas</p> <p>7.7. Capacitação e acompanhamento dos cuidadores informais</p>
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	
Âmbito territorial	Supramunicipal
Grupo-alvo	População sénior Pessoas com deficiência ou incapacidade Cuidadores informais
Entidade promotora	CIM AM Segurança Social, I.P.
Entidades envolvidas	Entidades da Rede Social com respostas sociais ao nível das pessoas com deficiência e pessoas em situação de dependência (incluindo Unidades de Cuidados Continuados Integrados)
Descrição	Este projeto visa conferir capacitação e apoio dos cuidadores informais, através da criação de uma rede de apoio que: confira formação específica e especializada; forneça entreeajuda na realização das tarefas e assegurando o descanso; que permita o acolhimento temporário; e que permita desenvolver estratégias para responder a emergências e situações de crise para atender pessoas com deficiências e necessidades específicas.
Resultados esperados	Capacitação e apoio aos cuidadores informais Valorização da atividade dos cuidadores informais e do seu papel na sociedade
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> Número de cuidadores apoiados
Prioridade	Complementar
Programação temporal	Curto Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Pessoas 2030 / Norte 2030

6.3. Medidas de monitorização

6 – PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO DA POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL NO ALTO MINHO	
Domínios estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal 2. Emprego, Formação Profissional e Educação 3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços 5. Infância e Juventude 6. Envelhecimento ativo 7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental 8. Segurança e Violência Doméstica e de Género
Objetivos estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 1.5. Implementação de mecanismos de monitorização da exclusão social ao nível intermunicipal 3.1. Sinalização, monitorização e acompanhamento das situações de exclusão social associadas à privação material e social 4.5. Monitorizar a população em situação de sem abrigo e otimizar a intervenção a nível local 5.2. Consolidação de um modelo de intervenção integrada, do ponto de vista institucional, no acompanhamento de casos de crianças e jovens em situação de perigo 5.4. Reforço da intervenção de carácter preventivo (sensibilização e capacitação), junto da comunidade e das famílias 6.2. Prevenção e monitorização das situações de isolamento social das pessoas idosas 7.1. Coordenação institucional (nomeadamente com os serviços de saúde) tendo em vista a sinalização e acompanhamento dos casos de dependências, demência e doenças neurodegenerativas 7.2. Combate às dinâmicas de exclusão (e discriminação) social das pessoas deficientes 8.1. Coordenação institucional no sentido de sinalizar, diagnosticar e prevenir os casos de violência doméstica 8.2. Apoio às vítimas de violência doméstica, garantindo uma cobertura equitativa das respostas, serviços e equipamentos 8.4. Coerência institucional na resposta à violência de género 8.5. Orientação para a cidadania plena das vítimas
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	
Âmbito territorial	Supramunicipal
Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade População sénior Pessoas com deficiência ou incapacidade Pessoas com comportamentos aditivos e dependências Imigrantes e minorias étnicas Pessoas em situação de sem-abrigo Vítimas de violência doméstica e de género Famílias e comunidade em geral
Entidade promotora	CIM AM Segurança Social, I.P.

Entidades envolvidas	Entidades da Rede Social
Descrição	<p>Este projeto pretende estabelecer uma plataforma interoperável de dados e informação estatística relativa a situações de exclusão social (privação material e social), na sub-região do Alto Minho Alto Minho. Visa ter uma análise em tempo real da dimensão, característica e incidência territorial da exclusão social, permitindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Tratamento mais célere dos casos (em especial das situações urgentes); ▪ Realizar um levantamento diagnóstico das necessidades e da oferta de serviços, parceiros e instituições; ▪ Sinalizar e acompanhar casos de exclusão social; ▪ Realizar um acompanhamento de proximidade e monitorização da população sem-abrigo; ▪ Facilitar a sinalização antecipada e a intervenção precoce; ▪ Maior eficiência na identificação e avaliação das situações de perigo; ▪ Realizar levantamento das necessidades específicas para respostas presenciais e à distância (por parceiros); ▪ Implementar programas de monitorização e identificação à distância de problemas de saúde.
Resultados esperados	<p>Facilitar a sinalização e monitorização de situações de exclusão social Efetuar o seu acompanhamento de forma Célere e eficaz Avaliar a eficácia das respostas aplicadas</p>
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de situações referenciadas e resolvidas ▪ Número de situações identificadas precocemente
Prioridade	Estruturante
Programação temporal	Médio/Longo Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Pessoas 2030 / Norte 2030

6.4. Medidas de inovação social






7 – BOLSA DE PROJETOS LOCAIS DE INOVAÇÃO SOCIAL	
Domínios estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal 2. Emprego, Formação Profissional e Educação 3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços 5. Infância e Juventude 6. Envelhecimento ativo 7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental 8. Segurança e Violência Doméstica e de Género
Objetivos estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais 3.2. Promoção de respostas sociais assentes na inovação social e na experimentação 3.3. Reforço das respostas sociais dirigidas à família e comunidade em geral 3.4. Promoção do acompanhamento de proximidade e integração de respostas adaptadas 5.3. Promoção de respostas sociais em contextos não formais, nomeadamente no âmbito de atividades desportivas, culturais e de lazer 6.1. Promoção do envelhecimento ativo em contexto laboral e/ou comunitário 7.3. Promoção da autonomia e vida independente das pessoas deficientes 7.4. Aumentar, diversificar e articular (entre entidades) as respostas sociais no domínio da deficiência e doença mental 7.6. Diversificação das respostas e promover a articulação das políticas
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	
Âmbito territorial	Supramunicipal
Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade População sénior Pessoas com deficiência ou incapacidade Pessoas com comportamentos aditivos e dependências Imigrantes e minorias étnicas Pessoas em situação de sem-abrigo Vítimas de violência doméstica e de género
Entidade promotora	CIM AM Entidades da Plataforma Supraconcelhia
Entidades envolvidas	Entidades da Rede Social
Descrição	<p>Este projeto visa a criação de uma bolsa de projetos locais de inovação social, sugeridos ou promovidos por qualquer entidade, e a sua concretização, em cooperação com qualquer entidade que queira colaborar, podendo pertencer a rede social, empresários, instituições de ensino e formação, etc.</p> <p>Para tal, será criada uma plataforma online onde a entidade proponente poderá “anunciar” a sua proposta de projeto, bem como encontrar possíveis parceiros colaborativos para a sua implementação ou replicação.</p> <p>Este projeto apresenta como principais objetivos:</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover o trabalho em rede de proximidade e vizinhança; ▪ Promover a partilha de conhecimento e de recursos entre as instituições; ▪ Melhorar a comunicação entre as entidades da Rede Social e/ou outros parceiros interessados; ▪ Promover respostas integradas e transversais para os diversos grupos-alvo; ▪ Desenvolver respostas especializadas que as instituições não conseguem apoiar; ▪ Experimentação de respostas atípicas que vão para além das que já estão instituídas. <p><u>Exemplos de projetos:</u> Oficinas do Lazer como projeto de partilha de atividades entre as IPSS Ginástica Geriátrica" de Ponte da Barca Campanha de comunicação e sensibilização dirigida a jovens para prevenção da doença mental Reflexão sobre abordagem à demência Cooperação com Segurança Social em busca de novas respostas (protocolos) Projetos de interação intergeracional articulados Projetos nos setores dos transportes, desporto, saúde, cultura, lazer, etc. Promoção do envelhecimento ativo com encontro de seniores de diferentes concelhos (ex. Olimpíadas) Apoio específico aos idosos que exercem atividade agrícola Dinamização de atividades para seniores (emprego, lazer, voluntariado) Certificação de famílias de acolhimento privado Oficinas de competências socio emocionais Cartão do Cuidador (acesso privilegiado a serviços) Projeto "Cuidar de Quem Cuida"</p>
Resultados esperados	Facilitar a integração entre as entidades; Promover a implementação e experimentação articulada de projetos e ações no terreno.
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de entidades envolvidas ▪ Número de projetos implementados
Prioridade	Estruturante
Programação temporal	Curto Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Pessoas 2030 / Norte 2030

8 – PROGRAMA DE PARTICIPAÇÃO ATIVA DOS JOVENS NA SOCIEDADE	
Domínios estratégicos	2. Emprego, Formação Profissional e Educação 3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 5. Infância e Juventude
Objetivos estratégicos	1.2. Capacitação dos atores da intervenção social 1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais 2.2. Valorizar e ajustar o perfil de competências profissionais da população ao contexto territorial 3.2. Promoção de respostas sociais assentes na inovação social e na experimentação 3.3. Reforço das respostas sociais dirigidas à família e comunidade em geral

	<p>3.4. Promoção do acompanhamento de proximidade e integração de respostas adaptadas</p> <p>3.5. Promoção da cultura, desporto e lazer como fatores de inclusão social</p> <p>5.1. Garantia de níveis adequados de cobertura territorial/populacional dos equipamentos socioeducativos dirigidos às crianças e jovens – creches, estabelecimentos de educação pré-escolar e centros de atividades de tempos livres</p> <p>5.2. Consolidação de um modelo de intervenção integrada, do ponto de vista institucional, no acompanhamento de casos de crianças e jovens em situação de perigo</p> <p>5.3. Promoção de respostas sociais em contextos não formais, nomeadamente no âmbito de atividades desportivas, culturais e de lazer</p> <p>5.4. Reforço da intervenção de caráter preventivo (sensibilização e capacitação), junto da comunidade e das famílias</p>
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	    
Âmbito territorial	Supramunicipal Municipal
Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade
Entidade promotora	CIM AM
Entidades envolvidas	Municípios Escolas Entidades com respostas sociais para as crianças e jovens
Descrição	<p>Este projeto visa criar um programa de incentivo a participação ativa de jovens na sociedade, como forma de combater o abandono escolar, incentivar novas atividades e tomar um papel ativo na sociedade.</p> <p>Dedica-se em especial aos jovens em contexto escolar, funcionando de forma complementar com os CATL, face a necessidade de oferta em termos ocupacionais para crianças e jovens (e famílias) nos períodos não letivos, bem como a insuficiência de respostas e horários desajustados aos horários do mercado de trabalho.</p> <p>Pretende-se ainda a criação da figura de “tutor/ mentor/conselheiro” para apoiar alunos em risco de abandono escolar e promover o sucesso educativo.</p> <p>Através da programação de um conjunto de atividades (que poderão funcionar nas escolas, CATL, ou outros espaços), serão dinamizadas atividades de âmbito recreativo, artístico, desportivo, lúdico, cultural e formativo, assim como dinâmicas de informação e orientação vocacional, e mesmo atividades de voluntariado de índole social. Pretende-se ainda que os jovens passem a ser valorizados e seja incentivado o seu papel proactivo na criação de uma sociedade mais justa e inclusiva.</p>
Resultados esperados	<p>Incentivar os jovens a ter um papel ativo na sociedade;</p> <p>Criar uma cultura de inclusão desde os estratos mais jovens da população;</p> <p>Reforço das respostas para família e comunidade, que permitam articular a vida familiar com a profissional;</p> <p>Direcionar os jovens para percursos formativos específicos.</p>
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de atividades desenvolvidas ▪ Número de jovens envolvidos
Prioridade	Estruturante

Programação temporal	Médio/Longo Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Pessoas 2030 / Norte 2030

9 – PROGRAMA DE APOIO À FAMÍLIA E PARENTALIDADE	
Domínios estratégicos	3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços 5. Infância e Juventude 7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental
Objetivos estratégicos	1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais 3.1. Sinalização, monitorização e acompanhamento das situações de exclusão social associadas à privação material e social 3.2. Promoção de respostas sociais assentes na inovação social e na experimentação 3.3. Reforço das respostas sociais dirigidas à família e comunidade em geral 3.4. Promoção do acompanhamento de proximidade e integração de respostas adaptadas 3.5. Promoção da cultura, desporto e lazer como fatores de inclusão social 5.2. Consolidação de um modelo de intervenção integrada, do ponto de vista institucional, no acompanhamento de casos de crianças e jovens em situação de perigo 5.3. Promoção de respostas sociais em contextos não formais, nomeadamente no âmbito de atividades desportivas, culturais e de lazer 5.4. Reforço da intervenção de carácter preventivo (sensibilização e capacitação), junto da comunidade e das famílias
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	    
Âmbito territorial	Supramunicipal Municipal
Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade Pessoas com deficiência ou incapacidade Família e comunidade em geral
Entidade promotora	CIM AM Municípios
Entidades envolvidas	Entidades da Rede Social
Descrição	Este projeto visa aumentar o apoio a famílias e pessoas carenciadas, promovendo a sua inclusão, através de atividades e dinâmicas sociais, tais como: <ul style="list-style-type: none"> ▪ Atividades de cultura, desporto e o lazer; ▪ Ações de capacitação em parentalidade; ▪ Dinâmicas familiares (jogos, formas de arte e atividades recreativas conjuntas); ▪ Atividades específicas com crianças e jovens com deficiência; ▪ Apoio entre famílias, de modo a criar uma rede de suporte para crianças que não têm apoio familiar.






Resultados esperados	Trabalhar a cultura, o desporto e o lazer para a inclusão social; Reforço das respostas para família e comunidade; Criação de respostas sociais em contextos não formais.
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de famílias participantes ▪ Número de atividades/ ações promovidas
Prioridade	Estruturante
Programação temporal	Médio/Longo Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	-

10 – CRIAÇÃO DE EQUIPAS TÉCNICAS MULTIDISCIPLINARES PARA ACOMPANHAMENTO DE PROXIMIDADE

Domínios estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal 2. Emprego, Formação Profissional e Educação 3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços 5. Infância e Juventude 6. Envelhecimento ativo 7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental 8. Segurança e Violência Doméstica e de Género
Objetivos estratégicos	<ol style="list-style-type: none"> 1.2. Capacitação dos atores da intervenção social 1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais 1.5. Implementação de mecanismos de monitorização da exclusão social ao nível intermunicipal 3.1. Sinalização, monitorização e acompanhamento das situações de exclusão social associadas à privação material e social 3.2. Promoção de respostas sociais assentes na inovação social e na experimentação 3.4. Promoção do acompanhamento de proximidade e integração de respostas adaptadas 5.3. Promoção de respostas sociais em contextos não formais, nomeadamente no âmbito de atividades desportivas, culturais e de lazer 5.4. Reforço da intervenção de carácter preventivo (sensibilização e capacitação), junto da comunidade e das famílias 6.1. Promoção do envelhecimento ativo em contexto laboral e/ou comunitário 6.2. Prevenção e monitorização das situações de isolamento social das pessoas idosas 6.3. Reforço da quantidade, qualidade e integração das respostas sociais de proximidade dirigidas às pessoas idosas, procurando assegurar as condições para a manutenção das mesmas no seu habitat (casa e comunidade) 7.3. Promoção da autonomia e vida independente das pessoas deficientes

	<p>7.4. Aumentar, diversificar e articular (entre entidades) as respostas sociais no domínio da deficiência e doença mental</p> <p>7.5. Promoção de respostas sociais para as dependências, de maior proximidade e adaptadas ao território</p> <p>7.6. Diversificação das respostas e promover a articulação das políticas</p> <p>7.7. Capacitação e acompanhamento dos cuidadores informais</p> <p>8.1. Coordenação institucional no sentido de sinalizar, diagnosticar e prevenir os casos de violência doméstica</p>
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	
Âmbito territorial	Supramunicipal Municipal
Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade População sénior Pessoas com deficiência ou incapacidade Pessoas com comportamentos aditivos e dependências Imigrantes e minorias étnicas Pessoas em situação de sem-abrigo Vítimas de violência doméstica e de género
Entidade promotora	CIM AM Segurança Social, I.P. Entidades da Plataforma Supraconcelhia
Entidades envolvidas	ARS – Norte Entidades da Rede Social
Descrição	<p>Este projeto visa a criação de uma (ou mais) equipas de acompanhamento de proximidade, de caráter multidisciplinar (ex: assistentes sociais, médicos, enfermeiros, psicólogos, fisioterapeutas, ...), que tenham uma ação privilegiada no terreno, podendo envolver mais que um município, de modo a rentabilizar recursos humanos e materiais.</p> <p>Esta equipa terá um contacto mais próximo com a comunidade, o que permite ter uma ação mais rápida e direcionada. Permite ainda uma sinalização atempada das situações de carência e exclusão social, permitindo efetuar acompanhamento em horários distintos (ex: durante as horas de refeições e medicação; acompanhamento noturno).</p> <p>Entre as várias atribuições, estas equipas irão desenvolver ações como:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Acompanhamento de proximidade e monitorização da população em situação de sem-abrigo; ▪ Sinalização e mitigação dos casos de violência doméstica; ▪ Atendimento e apoio domiciliário; ▪ Sinalização e acompanhamento dos casos de demência; ▪ Descentralização das consultas de especialidades (psiquiatria; dependências); ▪ Sinalização e acompanhamento de casos de saúde mental; ▪ Melhoria das respostas de intervenção ao alcoolismo e toxicod dependências e acompanhamento de proximidade de forma a evitar a reincidência; ▪ Ampliação do apoio domiciliário para idosos autónomos.
Resultados esperados	<p>Aumentar o acompanhamento de proximidade;</p> <p>Sinalizar atempadamente as situações de exclusão social;</p> <p>Atuar mais rapidamente na resolução das situações identificadas;</p>

	Promover o acompanhamento em ambiente familiar.
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de equipas criadas ▪ Número de situações sinalizadas e apoiadas
Prioridade	Complementar
Programação temporal	Médio/Longo Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	-






11 – PROMOÇÃO DA CONECTIVIDADE TERRITORIAL E ACESSO AOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS PÚBLICOS	
Domínios estratégicos	3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços
Objetivos estratégicos	1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais 3.2. Promoção de respostas sociais assentes na inovação social e na experimentação 3.3. Reforço das respostas sociais dirigidas à família e comunidade em geral 4.6. Adoção de soluções de transporte público mais ajustadas à realidade física e social do território (por exemplo, o transporte a pedido) 4.7. Promoção da acessibilidade universal aos serviços e equipamentos públicos
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	    
Âmbito territorial	Supramunicipal
Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade População sénior Pessoas com deficiência ou incapacidade Família e comunidade em geral
Entidade promotora	CIM AM Municípios
Entidades envolvidas	Entidades da Rede Social Operadores de transportes públicos Outras entidades públicas
Descrição	Este projeto consiste na adoção de soluções de transporte público mais ajustadas à realidade física e social do território, através da celebração de protocolos com empresas e entidades prestadoras de serviços públicos de transporte de passageiros (por exemplo, autocarro para áreas empresariais, transporte a pedido, etc.).
Resultados esperados	Melhorar rede de transporte a nível supramunicipal; Promover o acesso e transporte aos equipamentos e serviços públicos.
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de rotas providenciadas ▪ Número de pessoas transportadas

Prioridade	Complementar
Programação temporal	Médio/Longo Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (FEEI) – Norte 2030


6.5. Medidas de criação/requalificação de equipamentos e serviços sociais

12 – CRIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE SOLUÇÕES DE ALOJAMENTO URGENTE	
Domínios estratégicos	3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços 5. Infância e Juventude 8. Segurança e Violência Doméstica e de Género
Objetivos estratégicos	1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 3.1. Sinalização, monitorização e acompanhamento das situações de exclusão social associadas à privação material e social 4.2. Reforço da oferta de habitação social dirigida à resolução de problemas de grave carência habitacional 4.3. Promoção de uma estratégia de promoção da habitação acessível concertada ao nível supramunicipal 4.4. Coordenação ao nível intermunicipal das respostas habitacionais para situações urgentes e temporárias 4.5. Monitorizar a população em situação de sem abrigo e otimizar a intervenção a nível local 7.3. Promoção da autonomia e vida independente das pessoas deficientes 7.4. Aumentar, diversificar e articular (entre entidades) as respostas sociais no domínio da deficiência e doença mental 7.5. Promoção de respostas sociais para as dependências, de maior proximidade e adaptadas ao território 7.6. Diversificação das respostas e promover a articulação das políticas 8.2. Apoio às vítimas de violência doméstica, garantindo uma cobertura equitativa das respostas, serviços e equipamentos 8.5. Orientação para a cidadania plena das vítimas
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	     
Âmbito territorial	Supramunicipal Municipal
Grupo-alvo	População sénior Pessoas com deficiência ou incapacidade Pessoas com comportamentos aditivos e dependências Imigrantes e minorias étnicas Pessoas em situação de sem-abrigo Vítimas de violência doméstica e de género
Entidade promotora	Municípios
Entidades envolvidas	Entidades da Rede Social Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU)
Descrição	Este projeto visa a criação de soluções habitacionais para dar resposta a situações urgentes e temporárias de alojamento, articuladas a nível supramunicipal, atuando em especial junto à população imigrante e refugiados, população em situação de sem-abrigo, vítimas de violência doméstica, pessoas desalojadas afetadas por calamidades (incêndios, inundações, etc.), etc. Pretende-se, não apenas, prover soluções de habitação, como também providenciar um acompanhamento de proximidade, direto e completo, na solução do problema social.

Resultados esperados	Fomentar a cooperação entre as entidades e municípios; Promover o alojamento urgente e/ou temporário. Facilitar a solução do problema social, através de um acompanhamento de proximidade
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de pessoas/famílias apoiadas ▪ Número de alojamentos criados
Prioridade	Estruturante
Programação temporal	Curto Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) / Programa 1.º Direito

13 – CRIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE RESPOSTAS SOCIAIS PARA A 1.ª INFÂNCIA	
Domínios estratégicos	2. Emprego, Formação Profissional e Educação 3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 5. Infância e Juventude
Objetivos estratégicos	1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais 3.3. Reforço das respostas sociais dirigidas à família e comunidade em geral 3.4. Promoção do acompanhamento de proximidade e integração de respostas adaptadas 5.1. Garantia de níveis adequados de cobertura territorial/populacional dos equipamentos socioeducativos dirigidos às crianças e jovens – creches, estabelecimentos de educação pré-escolar e centros de atividades de tempos livres 5.2. Consolidação de um modelo de intervenção integrada, do ponto de vista institucional, no acompanhamento de casos de crianças e jovens em situação de perigo 5.3. Promoção de respostas sociais em contextos não formais, nomeadamente no âmbito de atividades desportivas, culturais e de lazer 5.4. Reforço da intervenção de carácter preventivo (sensibilização e capacitação), junto da comunidade e das famílias
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	    
Âmbito territorial	Supramunicipal Municipal
Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade
Entidade promotora	Municípios Segurança Social, I.P. Entidades da Rede Social – Infância e Juventude
Entidades envolvidas	Outras entidades da Rede Social
Descrição	Este projeto visa a criação de soluções articuladas e integradas para apoio na 1.ª infância, com a criação de novos equipamentos, aumento do número de vagas, bem






	como criando protocolos com entidades da rede solidária e privada para a acompanhamento das crianças. Estes novos equipamentos podem estar articulados com outras respostas sociais.
Resultados esperados	Fomentar a cooperação entre as entidades e municípios; Apoio as famílias, auxiliando a conciliação entre a vida familiar e profissional.
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de pessoas/famílias apoiadas ▪ Número de equipamentos construídos/ requalificados ▪ Número de vagas criadas
Prioridade	Estruturante
Programação temporal	Médio/Longo Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	PRR / Norte 2030 / Programa PARES

14 – CRIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE RESPOSTAS SOCIAIS PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Domínios estratégicos	3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços 8. Segurança e Violência Doméstica e de Género
Objetivos estratégicos	1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 3.1. Sinalização, monitorização e acompanhamento das situações de exclusão social associadas à privação material e social 3.2. Promoção de respostas sociais assentes na inovação social e na experimentação 4.4. Coordenação ao nível intermunicipal das respostas habitacionais para situações urgentes e temporárias 8.1. Coordenação institucional no sentido de sinalizar, diagnosticar e prevenir os casos de violência doméstica 8.2. Apoio às vítimas de violência doméstica, garantindo uma cobertura equitativa das respostas, serviços e equipamentos 8.3. Capacitar o conjunto de atores que operam no âmbito da violência doméstica 8.4. Coerência institucional na resposta à violência de género 8.5. Orientação para a cidadania plena das vítimas
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	
Âmbito territorial	Supramunicipal
Grupo-alvo	Vítimas de violência doméstica e de género
Entidade promotora	Municípios Segurança Social, I.P. Entidades da Rede Social promotoras de respostas sociais dirigidas a pessoas vítimas de violência doméstica
Entidades envolvidas	Outras entidades da Rede Social






Descrição	Este projeto visa a criação de soluções articuladas e integradas para apoio a vítimas de violência doméstica, com a criação de mais alojamentos/ vagas, que deverão proporcionar condições de conforto, promotoras de uma vida digna de cidadania. Nestes alojamentos, devera ser prestado um apoio de proximidade por parte de equipas técnicas multidisciplinares (profissionais de saúde, assistentes sociais, psicólogos, advogados, etc.), garantindo um acompanhamento contínuo, especializado e abrangente, promovendo uma integração plena de vítimas de violência doméstica.
Resultados esperados	Fomentar a cooperação entre as entidades e municípios; Apoio integrado as vítimas de violência doméstica.
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de pessoas/famílias apoiadas ▪ Número de equipamentos construídos/ requalificados ▪ Número de vagas criadas
Prioridade	Estruturante
Programação temporal	Curto Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	PRR / Norte 2030 / Programa PARES

15 – CRIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DAS RESPOSTAS SOCIAIS PARA APOIO À POPULAÇÃO IDOSA	
Domínios estratégicos	3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 6. Envelhecimento ativo
Objetivos estratégicos	1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 6.1. Promoção do envelhecimento ativo em contexto laboral e/ou comunitário 6.2. Prevenção e monitorização das situações de isolamento social das pessoas idosas 6.3. Reforço da quantidade, qualidade e integração das respostas sociais de proximidade dirigidas às pessoas idosas, procurando assegurar as condições para a manutenção das mesmas no seu habitat (casa e comunidade) 6.4. Promoção de uma cobertura equitativa, eficaz e sustentável dos equipamentos dirigidos ao acolhimento residencial de pessoas idosas 7.1. Coordenação institucional (nomeadamente com os serviços de saúde) tendo em vista a sinalização e acompanhamento dos casos de dependências, demência e doenças neurodegenerativas
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	    
Âmbito territorial	Supramunicipal Municipal
Grupo-alvo	População sénior






Entidade promotora	Segurança Social, I.P. Entidades da Rede Social promotoras de respostas sociais dirigidas a pessoas idosas
Entidades envolvidas	Outras entidades da Rede Social
Descrição	Este projeto visa a criação de soluções articuladas e integradas para apoio para a população idosa, com a criação de novos equipamentos, aumento do número de vagas, bem como criando protocolos com entidades da rede solidária e privada para a acompanhamento da população idosa. Estes novos equipamentos podem estar articulados com outras respostas sociais.
Resultados esperados	Fomentar a cooperação entre as entidades e municípios; Apoio à população idosa e famílias
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de pessoas apoiadas ▪ Número de equipamentos construídos/ requalificados ▪ Número de vagas criadas
Prioridade	Estruturante
Programação temporal	Curto Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	PRR / Norte 2030 / Programa PARES

16 – CRIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE RESPOSTAS SOCIAIS E OUTRAS SOLUÇÕES DE APOIO NO DOMÍNIO DA SAÚDE MENTAL	
Domínios estratégicos	3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental
Objetivos estratégicos	1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 3.1. Sinalização, monitorização e acompanhamento das situações de exclusão social associadas à privação material e social 3.3. Reforço das respostas sociais dirigidas à família e comunidade em geral 3.4. Promoção do acompanhamento de proximidade e integração de respostas adaptadas 7.1. Coordenação institucional (nomeadamente com os serviços de saúde) tendo em vista a sinalização e acompanhamento dos casos de dependências, demência e doenças neurodegenerativas 7.2. Combate às dinâmicas de exclusão (e discriminação) social das pessoas deficientes 7.3. Promoção da autonomia e vida independente das pessoas deficientes 7.4. Aumentar, diversificar e articular (entre entidades) as respostas sociais no domínio da deficiência e doença mental
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	    
Âmbito territorial	Supramunicipal

Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade População sénior Pessoas com deficiência ou incapacidade Pessoas com comportamentos aditivos e dependências Vítimas de violência doméstica e de género
Entidade promotora	Segurança Social, I.P. ARS-Norte / Unidade Local de Saúde Entidades com respostas sociais para pessoas em situação de dependência (incluindo Unidades de Cuidados Continuados Integrados)
Entidades envolvidas	Outras entidades da Rede Social
Descrição	Este projeto visa a criação de soluções articuladas e integradas para apoio na saúde mental, com a criação de novos equipamentos, aumento do número de vagas, efetuando um acompanhamento de proximidade às situações detetadas.
Resultados esperados	Apoio nas situações associadas a problemas de saúde mental.
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de pessoas apoiadas ▪ Número de equipamentos construídos/ requalificados ▪ Número de vagas criadas
Prioridade	Estruturante
Programação temporal	Médio/Longo Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	PRR / Norte 2030 / Programa PARES

17 – CRIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE SOLUÇÕES DE APOIO NOS CUIDADOS PALIATIVOS	
Domínios estratégicos	3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços 7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental
Objetivos estratégicos	1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 3.3. Reforço das respostas sociais dirigidas à família e comunidade em geral 3.4. Promoção do acompanhamento de proximidade e integração de respostas adaptadas 5.4. Reforço da intervenção de carácter preventivo (sensibilização e capacitação), junto da comunidade e das famílias 7.1. Coordenação institucional (nomeadamente com os serviços de saúde) tendo em vista a sinalização e acompanhamento dos casos de dependências, demência e doenças neurodegenerativas 7.5. Promoção de respostas sociais para as dependências, de maior proximidade e adaptadas ao território 7.6. Diversificação das respostas e promover a articulação das políticas
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	    
Âmbito territorial	Supramunicipal

Grupo-alvo	Crianças e jovens em situação de vulnerabilidade População sénior Pessoas com deficiência ou incapacidade Pessoas com comportamentos aditivos e dependências Vítimas de violência doméstica e de género
Entidade promotora	Segurança Social, I.P. ARS-Norte / Unidade Local de Saúde Entidades com respostas sociais para pessoas em situação de dependência (incluindo Unidades de Cuidados Continuados Integrados)
Entidades envolvidas	Outras entidades da Rede Social
Descrição	Este projeto visa a criação de soluções articuladas e integradas para apoio nos cuidados paliativos, com a criação de novos equipamentos e o aumento do número de vagas.
Resultados esperados	Apoio as famílias e acompanhamento nos cuidados paliativos.
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de pessoas apoiadas ▪ Número de equipamentos construídos/ requalificados ▪ Número de vagas criadas
Prioridade	Complementar
Programação temporal	Médio/Longo Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	PRR / Norte 2030 / Programa PARES

18 – CRIAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DE RESPOSTAS SOCIAIS PARA APOIO ÀS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E RESPECTIVAS FAMÍLIAS	
Domínios estratégicos	3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social 4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços 7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental
Objetivos estratégicos	1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo 3.3. Reforço das respostas sociais dirigidas à família e comunidade em geral 3.4. Promoção do acompanhamento de proximidade e integração de respostas adaptadas 7.1. Coordenação institucional (nomeadamente com os serviços de saúde) tendo em vista a sinalização e acompanhamento dos casos de dependências, demência e doenças neurodegenerativas 7.2. Combate às dinâmicas de exclusão (e discriminação) social das pessoas deficientes 7.3. Promoção da autonomia e vida independente das pessoas deficientes 7.4. Aumentar, diversificar e articular (entre entidades) as respostas sociais no domínio da deficiência e doença mental
Objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)	    
Âmbito territorial	Supramunicipal
Grupo-alvo	Pessoas com deficiência ou incapacidade

Entidade promotora	Segurança Social, I.P. ARS-Norte / Unidade Local de Saúde Entidades com respostas sociais para pessoas adultas com deficiência
Entidades envolvidas	Outras entidades da Rede Social
Descrição	<p>Este projeto visa a criação de soluções articuladas e integradas para apoio na deficiência, com a criação de novos serviço/equipamentos, aumento do número de vagas, bem como criando protocolos com entidades da rede solidária e privada para a acompanhamento das pessoas com deficiência, incapacidades e dependência.</p> <p>Estes novos equipamentos podem estar articulados com outras respostas sociais.</p>
Resultados esperados	Apoio as famílias e utentes.
Indicadores de avaliação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Número de pessoas/famílias apoiadas ▪ Número de equipamentos construídos/ requalificados ▪ Número de vagas criadas
Prioridade	Estruturante
Programação temporal	Curto Prazo
Linhas de financiamento disponíveis	PRR / Norte 2030 / Programa PARES

7. MODELO DE GOVERNAÇÃO

A implementação do PDS AM dirigido à escala supraconcelhia, a qual envolve vários territórios, cada um detendo as suas próprias especificidades, gestão e estratégias de desenvolvimento, impõe a definição de um modelo de governação, que reflita o modo de organização da rede, os intervenientes e as suas atribuições, assente na concertação estratégica entre os vários parceiros.

Só assim se pode conseguir a sinergia pretendida, com uma articulação de entidades e partilha de recursos materiais, humanos e financeiros, que permitam o desenvolvimento social deste território supraconcelhio como um todo. As ações coordenadas e o planeamento de estratégias conjuntas permitem a definição de um rumo integrado, que fomente a cooperação e torne este território mais forte e resiliente a nível social, o que terá implicações também para outros domínios da sustentabilidade e qualidade de vida.

Esta organização é também fundamental para a implementação do Plano, com a concretização eficiente de ações, projetos, instrumentos e recursos, garantindo que todas as dimensões de governação possam interagir e funcionar de forma complementar e articulada.

O modelo de governação proposto segue uma hierarquia organizacional que segue desde o nível de coordenação estratégica (que ocorre a nível supramunicipal) e se dirige até ao nível da comunidade, funcionando numa abordagem *top-down* e *bottom-up*. Numa perspetiva *top-down*, pretende-se que a componente estratégica e de decisão executiva estejam centradas num patamar superior, de forma que as várias opções operativas estejam coordenadas e articuladas num sistema de planeamento conjunto e coerente. Por outro lado, a implementação dos projetos e a sua monitorização são importantes para verificar se a estratégia está a decorrer da forma planeada. Assim, é fundamental auscultar e envolver todos os níveis de implementação do Plano no sentido de assegurar um melhor acompanhamento e a concretização dos indicadores de benefício. O desenvolvimento social constitui um processo dinâmico, sendo essencial uma implementação e monitorização constante, nos vários níveis, de modo a garantir que todos trabalham em conjunto, em soluções adequadas e ajustadas à realidade, garantindo um sistema eficaz e eficiente.

Na Figura seguinte, apresenta-se, de forma esquemática, o modelo de governação do PDS AM.

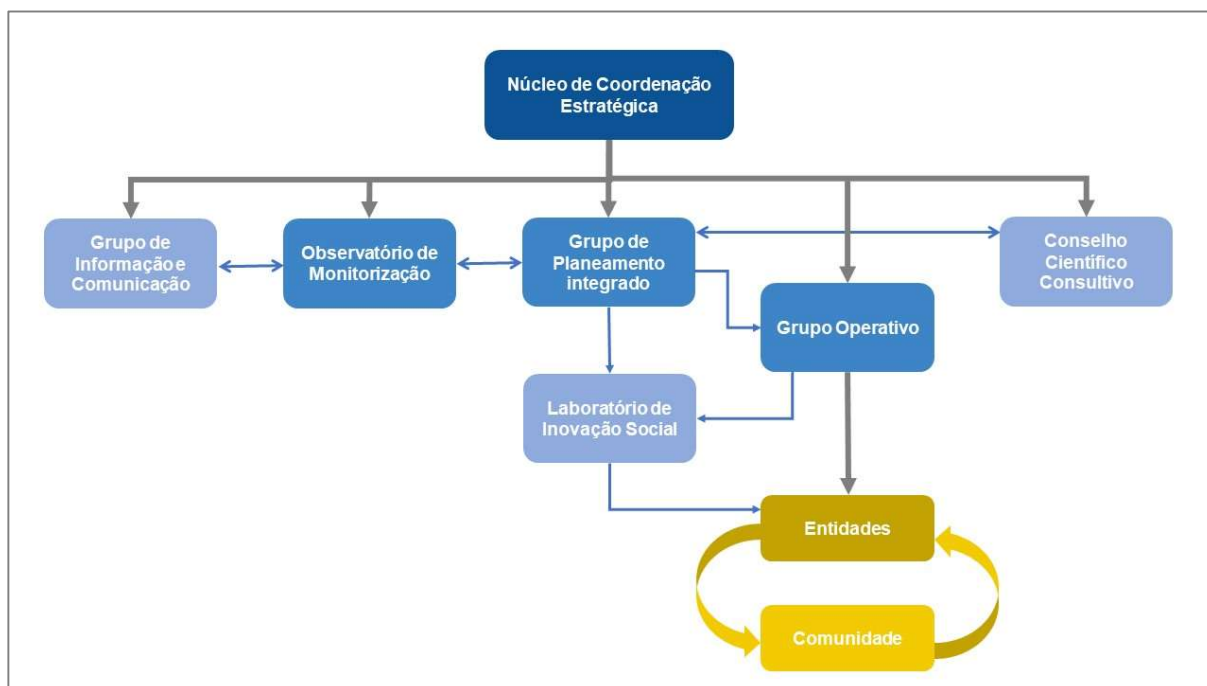


Figura 8. Modelo de governação do PDS AM

O **Núcleo de Coordenação Estratégica** assume uma posição de topo na organização da rede e na definição da sua estratégia de funcionamento e implementação de ações e projetos. Deverá ser composto por:

- a) Representante da CIM Alto Minho;
- b) Diretor do Instituto da Segurança Social, I.P – Centro Distrital de Viana do Castelo;
- c) Presidentes dos CLAS da NUT III Alto Minho;
- d) Representantes da Saúde, Educação, Emprego, IPSS e Empresas / Grupo de trabalho restrito (GTR).

Deverá assumir como funções:

- a) Criar uma parceria de cooperação entre as entidades, estável e de continuidade, promovendo o seu compromisso e vinculação institucional;
- b) Acompanhar e monitorizar a implementação do PDS AM;
- c) Articular as medidas de política sectorial com os projetos e ações a implementar no âmbito do PDS AM;

- d) 4 Validar os planos de ação supramunicipais, garantindo a integração na componente estratégica;
- e) Promover e apoiar as candidaturas a diferentes fontes de financiamento e de recursos públicos e privados;
- f) Promover a negociação e concertação da implementação local de projetos dos diversos setores, fomentando a relação entre as entidades da Rede Social e outros parceiros.

O **Grupo de Planeamento Integrado** terá como atribuição principal o planeamento setorial, definindo as orientações para projetos e ações coordenadas no território. Deverá ser composto por representantes dos domínios estratégicos considerados no PDS AM (áreas temáticas), a ser eleitos anualmente entre as várias instituições ligadas a estes setores no Alto Minho.

Deverá assumir como funções:

- a) Elaborar e implementar estratégias partilhadas e colaborativas nos diversos domínios setoriais e áreas respetivas;
- b) Coordenar e uniformizar procedimentos e metodologias institucionais, bem como definir regras, atribuições e princípios partilhados de colaboração entre os serviços, fornecendo bases de trabalho para as entidades;
- c) Acompanhar a implementação do PDS AM, nomeadamente com a verificação da execução dos projetos, garantindo a sua continua adequação as necessidades do território;
- d) Analisar as tendências socioeconómicas e efetuar análises prospetivas, procedendo a ajustes estratégicos necessários à garantia de alcançar os objetivos traçados;
- e) Pesquisar estratégias e projetos desenvolvidos a nível social, produzindo conhecimento especializado de forma a incrementar a inovação e eficiência dos serviços, projetos e intervenções;
- f) Criar procedimentos para a cobertura homogénea do território pelas redes de respostas e serviços;
- g) Qualificar e elaborar candidaturas nas áreas temáticas;
- h) Promover a partilha de informação, através da integração do sistema de comunicação, e a divulgação de resultados.

O **Grupo Operativo** constitui o elemento que garante a ligação entre a componente estratégica e a componente operativa da implementação do PDS. Surge também como o elo de ligação entre os grupos de trabalho intersectoriais e as várias entidades (a nível individual ou coordenado), efetuando a coordenação com os técnicos locais da Rede Social. Efetua o acompanhamento próximo do desenvolvimento e da execução dos projetos e ações no terreno, com a gestão dos recursos técnicos alocados à implementação do PDS AM. Deverá ser composto por:

- a) Representante técnico da CIM Alto Minho;
- b) Representante do Instituto da Segurança Social, I.P – Centro Distrital de Viana do Castelo;
- c) Representantes dos Municípios da NUT III Alto Minho.

Deverá assumir como funções:

- a) Ativar a implementação do PDS AM;
- b) Acionar os níveis de planeamento do PDS AM e articular territorialmente as intervenções, gerindo articulação entre as entidades e efetuando a comunicação direta com estas;
- c) Monitorizar e acompanhar a implementação dos projetos e execução de ações no terreno;
- d) Gerir as plataformas de governação, articulação de entidades e contato com a comunidade;
- e) Gerir a partilha de recursos entre as entidades;
- f) Elaborar, preparar e articular candidaturas de apoio à implementação do PDS AM.

O **Grupo de Informação e Comunicação** tem como principal atribuição a vertente informativa do PDS AM, garantindo a divulgação e o fluxo de informação. Deverá assumir como funções:

- a) Divulgar notícias sobre a implementação do PDS AM, o ponto de situação do decorrer dos vários projetos, e os resultados atingidos;
- b) Divulgar outros factos pertinentes relativos ao PDS, tal como o envolvimento e mobilização das entidades parceiras ou informação externa relacionada;
- c) Divulgar relatórios de acompanhamento, monitorização e avaliação do PDS AM;
- d) Criar e gerir fóruns e outros elementos participativos;
- e) Elaborar e partilhar elementos de comunicação com as entidades e a comunidade (ex: panfletos, manuais de boas práticas; cartazes; vídeos, etc.).

O **repositório de informação de apoio ao processo de Monitorização** visa disponibilizar as baterias de indicadores necessárias para efetuar a monitorização do Plano, analisando a concretização e a eficácia das ações e projetos propostos. Para tal, será necessário criar um pequeno grupo de trabalho de apoio no sentido de:

1. Conceber o sistema de avaliação e monitorização do PDS AM, incluindo a definição dos indicadores de avaliação;
2. Proceder à recolha de dados e/ou produção de informação de avaliação do PDS AM;
3. Elaborar relatórios periódicos de acompanhamento, monitorização e avaliação do PDS AM;
4. Efetuar uma reflexão em torno da informação recolhida, procedendo ao ajuste dos indicadores caso necessário.

O **Conselho Consultivo** constitui um grupo de consultoria composto por peritos e especialistas, entre outras personalidades do setor público e privado que estarão presentes de forma permanente ou pontual, de modo a proporcionar um conhecimento mais especializado de intervenção. Deverá assumir como funções:

1. Analisar informação estratégica na implementação do PDS AM e no território do Alto Minho, incluindo a integração das políticas de desenvolvimento social e documentos estratégicos nos vários setores temáticos, na estratégia do PDS AM;
2. Validar, de forma crítica e isenta, as propostas de intervenção e opções de planeamento estratégico;
3. Dar pareceres de avaliação crítica das propostas de candidaturas dos projetos e ações;
4. Efetuar uma avaliação externa do PDS AM.

O **Grupo de trabalho de Inovação Social** constitui um subgrupo com elementos do Grupo de Planeamento Integrado e Grupo Operativo, com atribuições específicas na inovação social, quer propondo, coordenado e gerindo a implementação de novas ações as entidades, mas também acolhendo as propostas individuais das entidades, fomentando a sua implementação em conjunto. Funcionará como um espaço de experimentação de ações e intervenções inovadoras, as quais serão monitorizadas e avaliadas, e caso seja oportuno e adequado, deverá promover a sua disseminação.

As **entidades da Rede Social** têm uma ação em especial na implementação das ações e projetos no terreno e contacto direto com a comunidade, assegurando-se da sua adequada implementação e promovendo o sucesso dos seus resultados.

A **Comunidade**, como principal beneficiária da implementação do PDS AM, deverá trabalhar em parceria com as entidades, tendo uma ação mais ativa (por exemplo, intervindo nas ações ou como voluntário) ou passiva (beneficiando dos projetos implementados). Deverá ter voz ativa, dando o seu contributo acerca do modo de funcionamento e apresentando sugestões de melhoria.

8. MONITORIZAÇÃO, ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

Uma das componentes fundamentais do PDS AM é a monitorização, acompanhamento e avaliação da implementação do Plano, permitindo que se analise o seu modo de execução, as dificuldades sentidas e permita efetuar ajustes nas ações ou na forma de organização dos meios técnicos e intervenientes. Desta forma, a avaliação permite a reflexão, correção e revisão, bem como uma aprendizagem contínua, de modo a conferir maior eficácia a aplicação do Plano.

A **monitorização** consiste na análise regular da implementação do Plano, visando aferir se este está a decorrer da forma prevista e planeada, o que estará, pelo menos em parte, relacionado com a execução do Plano de Ação.

O **acompanhamento** constitui um processo contínuo de análise das metodologias e procedimentos que sustentam o Plano (estratégia), bem como os processos através dos quais este é colocado em prática (operacionalidade), sob a forma de projetos, medidas e ações concretas.

A **avaliação** refere-se a um processo cíclico de análise de concretização do Plano ou projetos propostos, bem como o nível de concretização dos objetivos traçados e, conseqüentemente, a eficácia da sua implementação. Para tal, deve identificar o conjunto de objetivos que se pretende alcançar (gerais e específicos, de realização e de resultado), bem como os meios e processos inerentes a esta avaliação.

Os processos de monitorização, de acompanhamentos e de avaliação são, na sua essência, distintos, mas deverão ser articulados num modelo conjunto, gerido no âmbito do Modelo de Governação e os seus intervenientes. Assim, a monitorização, acompanhamento e avaliação do PDS AM deverão ser efetuados no âmbito do Observatório de monitorização, envolvendo os atores responsáveis pela sua implementação, cujas atribuições principais são explanadas no capítulo 6 “Modelo de Governação”.

Para proceder a uma adequada monitorização e avaliação do Plano, torna-se necessário recorrer a indicadores que podem estar relacionados com características demográficas e socioeconómicas do território, mas também analisar o impacto dos projetos desenvolvidos no âmbito do PDS AM, podendo, neste caso calcular-se os indicadores propostos nas fichas de projeto, e que permitem analisar se os respóstados estão a evoluir da forma esperada, contribuindo para os objetivos do PDS

AM. É também salutar realizar uma autoavaliação, o que permite gerar mais conhecimento sobre a implementação do Plano e como este está a contribuir para o desenvolvimento social do Alto Minho.

O modelo de avaliação deverá identificar o conjunto de indicadores (de realização e de resultado), os quais deverão encontrar-se organizados por domínio estratégico. Para cada indicador deverá estar definido, desde o início, a metodologia de cálculo, as unidades de medida, e a fonte de informação. Se possível, deverá existir um valor inicial (prévio à implementação do PDS AM), que permita analisar, de forma eficaz, a evolução da situação.

O PDS AM deverá ser avaliado periodicamente, sugerindo-se que este processo decorra de forma anual ou semestral, com a seguinte avaliação divulgada pelas várias entidades intervenientes, sob a forma de relatórios, para que também eles possam analisar a sua atuação individual e contributo para o Plano na sua globalidade. Os destinatários dos processos de avaliação serão: as entidades envolvidas no processo de implementação do PDS AM; os municípios do Alto Minho; os técnicos e outros profissionais envolvidos na execução do PDS AM; e a comunidade em geral.

No processo de avaliação, é essencial considerar as seguintes questões:

- Está o PDS AM a intervir nos domínios estratégicos e nas áreas temáticas prioritárias para o desenvolvimento social do Alto Minho?
- Os recursos afetos à implementação do PDS AM estão a ser usados de forma eficiente, equitativa e sustentável?
- Os parceiros estão a ser devidamente mobilizados para a implementação do PDS AM e os beneficiários estão a ser ativamente envolvidos neste processo?
- Os objetivos estratégicos definidos estão a ser alcançados?

A operacionalização e verificação da execução do Plano concretiza-se através da definição da situação de referência (partida), por projeto proposto (com base nos indicadores) e para as metas a alcançar no final do plano, consubstancia na avaliação qualitativa e quantitativa, que engloba três momentos:

- a) Avaliação ex-ante, de acordo com os princípios gerais da avaliação estratégica (adequação dos objetivos estratégicos, objetivos específicos e correspondente dotação de recursos), e a sistematização de indicadores no contexto de partida;

- b) Avaliação on-going processual e desempenho a realizar em 2025/2026, que incidirá na análise da eficácia e eficiência do plano, quer física e financeira (tendo por referência as metas e indicadores estabelecidos);
- c) Avaliação ex-post, de modo a monitorizar os indicadores de impacto e o respetivo contributo para a Estratégia Alto Minho 2030 .

BIBLIOGRAFIA

- ACM – Alto Comissariado para as Emigrações (2015). *Plano Estratégico para as Migrações*.
- CIM Alto Minho (2020). *Estratégia “Alto Minho 2030”. Atualização estratégica*. Documento preliminar Síntese Pré-COVID 19. CIM Alto Minho.
- CIM Alto Minho (2020). *Estratégia Alto Minho 2030*.
- CLAS de Caminha (2013). *Plano de Desenvolvimento Social de Caminha 2013-2016*. Município de Caminha.
- CLAS de Melgaço (2014). *Plano de Desenvolvimento Social 2014-2016*. Município de Melgaço.
- CLAS de Monção (2013). *Plano de Desenvolvimento Social 2013-2015*. Município de Monção.
- CLAS de Monção - Núcleo Executivo do Conselho Local de Ação Social de Monção (2018). *Diagnóstico Social de Monção 2018*. Município de Monção.
- CLAS de Paredes de Coura (2013). *Plano de Desenvolvimento Social 2013-2016*. Município de Paredes de Coura.
- CLAS de Paredes de Coura (2019). *Plano de Ação 2019*. Município de Paredes de Coura.
- CLAS de Ponte da Barca (2013). *Diagnóstico Social*. Município de Ponte da Barca.
- CLAS de Ponte da Barca (2013). *Plano de Desenvolvimento Social 2013 – 2016*. Município de Ponte da Barca.
- CLAS Ponte de Lima (2013). *Diagnóstico Social*. Município de Ponte de Lima.
- CLAS Ponte de Lima (2014). *Plano de Desenvolvimento Social de Ponte de Lima 2014 – 2017*. Município de Ponte de Lima.
- CLAS Ponte de Lima (2016). *Plano de Ação*. Município de Ponte de Lima.
- CLAS Vila Nova de Cerveira (2018). *Diagnóstico Social de Vila Nova de Cerveira*. Município de Vila Nova de Cerveira
- CLAS Vila Nova de Cerveira (2021). *Plano de Ação 2021*. Município de Vila Nova de Cerveira
- CLAS Vila Nova de Cerveira (2019). *Plano de Desenvolvimento Social 2019-2021*. Município de Vila Nova de Cerveira.
- CM Arcos de Valdevez (Sd). *Estratégia Local de Habitação de Arcos de Valdevez*. CM Arcos de Valdevez
- CM Vila Nova de Cerveira (2020). *Estratégia Local de Habitação*. Município de Vila Nova de Cerveira
- CM Paredes de Coura (2013). *Diagnóstico Social de Paredes de Coura*. Município de Paredes de Coura.

- CM Paredes de Coura (2020). *Estratégia Local de Habitação do Município de Paredes de Coura*. Município de Paredes de Coura.
- CM Valença (2021). *Carta Social do Concelho de Valença 2021*. Município de Valença.
- CM Valença (2020). *Diagnóstico Social do Concelho de Valença 2020*. Município de Valença.
- CM Valença (2020). *Estratégia Local de Habitação do Município de Valença*. Município de Valença.
- CM Valença (2021). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valença 2021-2025*. Município de Valença.
- CNPDPJ (2016). *Avaliação da atividade das Comissões de Proteção das Crianças e Jovens. Relatório anual 2015*. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- CNPDPJ (2017). *Relatório de Avaliação da Atividade 2016*. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- CNPDPJ (2018). *Relatório de Avaliação da Atividade 2017*. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- CNPDPJ (2019). *Relatório de Avaliação da Atividade 2018*. Comissões de Proteção de Crianças e Jovens. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- CNPDPJ (2020). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2019*. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- CNPDPJ (2021). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2020*. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- CNPDPJ (2021). *Relatório Anual de Avaliação da Atividade das CPCJ 2020*. Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens.
- Cunha, G. (Coord.) (2005). *Carta Educativa Intermunicipal da Valimar ComUrb*. VALIMAR, ComUrb.
- Direção-Geral da Saúde (2017). *Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável 2017-2025*. Proposta do Grupo de Trabalho Interministerial (Despacho n.º 12427/2016)
- Estratégia Nacional para a Habitação para o período de 2015-2031*. Resolução do Conselho de Ministros n.º 48/2015, de 15 de julho.
- Estratégia Nacional Para a Integração das Comunidades Ciganas 2013 – 2020* - Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013, de 17 de Abril.

- Fernandes, P. (Coord.) (2009). *Plano Estratégico de Intervenção Social da Plataforma Supraconcelhia do Minho-Lima*. Plataforma Supraconcelhia do Minho-Lima.
- Fumega, S. M. G. (2013). *Trajetos de Participação de Atores Sociais em Processos de Planeamento Estratégico: o caso do Programa Rede Social no Concelho de Sintra*. Tese de Mestrado. ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.
- GEP - Gabinete de Estratégia e Planeamento (2021). *Carta Social - Rede de serviços e equipamentos - Relatório 2020*. GEP/MTSSS.
- Grupo de Trabalho para a Monitorização e Avaliação da ENIPSSA (2021). *Inquérito Caracterização das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo - 31 de dezembro 2020*.
- IDS - Instituto para o Desenvolvimento Social (2002). *Plano de Desenvolvimento Social*. IDS - Instituto para o Desenvolvimento Social.
- INE (2022). *Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC)*. Estado de saúde Rendimento e Condições De Vida 2021.
- Instituto Europeu para a Igualdade de Género (2020). *Índice de Igualdade de Género 2020 Portugal*.
- IESE – Instituto de Estudos Sociais e Económicos (2015). *Referencial de Coesão Social 2014*. Instituto da Segurança Social, I.P.
- Marques, T.S. e Maia, C. (Coord.) (2022). *Alto Minho – Desafio 2030. Dashboard sub-regional*. JPQ Consultores
- Meireles, R.P. (S.d.) *Monitorização da Carta Educativa de Ponte de Lima*.
- Meireles, R.P (2017). *Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Vila Nova de Cerveira*.
- Mendes, M.; Magano, O.; e Candeias, P. (2014). *Estudo nacional sobre as comunidades ciganas*. Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP).
- Mota, J. C. B. (2013). *Planeamento do Território: Metodologias, Actores e Participação*. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais. Universidade de Aveiro. <http://ria.ua.pt/handle/10773/13666>.
- Município de Caminha (2013). *Diagnóstico Social de Caminha*. Município de Caminha.
- Município de Caminha (2014). *Proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Caminha*. Município de Caminha.
- Município de Caminha (2016). *Plano de Ação de Regeneração Urbana (PARU)*. Município de Caminha.
- Município de Melgaço (2013). *Diagnóstico Social 2013*. Município de Melgaço.

Município de Melgaço (2021). *Estratégia Local de Habitação de Melgaço*. Município de Melgaço.

Município de Melgaço (2021). *Monitorização da Carta Educativa do Concelho de Melgaço. Relatório*. Julho 2021.
Município de Melgaço.

Município de Monção (2020). *Carta Educativa 2020-2030*. Município de Monção.

Município de Monção (2021). *Estratégia Local de Habitação*. Município de Monção.

Município de Valença (2021). *Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Valença 2021-2025*. Município de Valença.

Município de Valença (2021). *Proposta de reformulação da Carta Educativa*. Município de Valença.

Município de Ponte da Barca (2020). *Estratégia Local de Habitação para o Município de Ponte da Barca*.
Município de Ponte da Barca.

Nações Unidas (1989). *Convenção sobre os Direitos da Criança*.

Observatório nacional Luta contra a pobreza (2021). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Relatório 2021*.

Oliveira, C.R. (2021). *Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal. Relatório Estatístico do Asilo 2021*. Coleção Imigração em Números do Observatório das Migrações, Lisboa: ACM.

ONLCP - Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza (2021). *Pobreza e Exclusão Social em Portugal. Relatório 2021*. Observatório Nacional de Luta Contra a Pobreza.

Planum (2021). *Estratégia Local de Habitação de Ponte de Lima*. Município de Ponte de Lima.

Quaternaire (2006). *Cartas Educativas para os Concelhos do Vale do Minho*. Paredes de Coura.

Rede Social de Monção (2021). *Plano de Ação Social 2021/2022*. Município de Monção.

Smart Value (Sd). *Plano de Dinamização Estratégica do Concelho de Arcos de Valdevez*. CM Arcos de Valdevez.

Pinto, P.C. & Neca, P. 2020. *Pessoas com Deficiência em Portugal: Indicadores de Direitos Humanos 2020*. O Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH)/ ISCSP – Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

SEF/GEPF (2021). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020*. Serviço de Estrangeiros e Fronteiras.

SICAD (2021). *Relatório Anual 2020. A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências*. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

SICAD (2021b). *Relatório Anual 2020. A Situação do País em Matéria de Álcool*. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

SICAD (2020). *Relatório Anual 2019. A Situação do País em Matéria de Álcool*. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

SICAD (2019). *Relatório Anual 2018. A Situação do País em Matéria de Álcool*. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

SICAD (2018). *Relatório Anual 2017. A Situação do País em Matéria de Álcool*. Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências.

Sistema de Segurança Interna (2021). *Relatório Anual de Segurança Interna*.

UNICEF (2022). *Protecting child rights in a time of crises. Annual report 2021*.

Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE (2016). *Plano Estratégico 2016*.

World Health Organization (2002). *Active ageing: a policy framework*. Geneva. WHO.

Anexos

Anexo I. Análise das medidas propostas no âmbito do Processo Participativo

DOMÍNIO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS PROPOSTAS	INTEGRAÇÃO NO PDS
1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal	1.1. Formalização de um novo modelo de governação da intervenção social ao nível intermunicipal decorrente da transferência de competências para os municípios e comunidades intermunicipais	Definir políticas transversais ao território nas várias áreas de atuação - definição de estratégias supraconcelhias	X
		Criar rede de grupos de trabalho temáticos com representantes de diversas entidades concelhias	X
		Fortalecer a rede social supraconcelhia através de contacto permanente entre os seus coordenadores	X
		Promover o trabalho em rede de proximidade e vizinhança	X
		Promover a partilha de conhecimento entre as instituições	X
		Promover a partilha de recursos (otimização de recursos) entre as instituições	X
		Apoiar respostas coordenadas na gestão burocrática e financeira das instituições	X
		Melhorar a comunicação entre as entidades da Rede Social	X
		Promover e valorizar o trabalho social através de: - Implementação de benefícios - Criação de equipas multidisciplinares	X
		Fortalecer a rede de economia local: - Valorizar o trabalho dos agricultores através do escoamento dos produtos para as cantinas"	-
	1.2. Capacitação dos atores da intervenção social	Formar, por área e tema de intervenção, de acordo com objetivos dos PDS	X
		Formar técnicos e beneficiários(as) em ações específicas para a acessibilidade e inclusão digital	X
		Formar entidades para intervir junto de públicos específicos (alcooolismo, doença mental, etc.)	X
		Criar apoio intermunicipal a candidaturas a financiamentos europeus	X

DOMÍNIO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS PROPOSTAS	INTEGRAÇÃO NO PDS	
	1.3. Melhoria da coordenação intermunicipal das respostas sociais por grupo-alvo	Apoiar organizações da rede social na procura de financiamento	X	
		Organizar e executar respostas a nível supramunicipal	X	
		Desenvolver coordenação supramunicipal dos diferentes setores	X	
		Estabelecer figura do "gestor das iniciativas", para as áreas específicas	-	
		Promover momentos de discussão setoriais focados em áreas específicas	X	
	1.4. Promoção da inovação social, replicando as boas práticas e diversificando o tipo de respostas sociais	Divulgar trabalho no terreno / boas práticas e projetos como forma de capacitação e formação de entidades / CM	X	
		Organizar encontros e visitas a projetos e organizações	X	
		Experimentar respostas atípicas que vão para além das que já estão instituídas	X	
	1.5. Implementação de mecanismos de monitorização da exclusão social ao nível intermunicipal	Realizar um levantamento diagnóstico das necessidades e da oferta de serviços, parceiros e instituições	X	
		Criar plataforma de informação e comunicação que:	X	
		- Permita a interação entre instituições; - Integre oferta/procura de emprego entre instituições envolvendo IAFP; - Divulgue os diferentes serviços e respostas sociais; - Oriente os encaminhamentos; - Organize a oferta e partilha de voluntariado.		
	2. Emprego, Formação Profissional e Educação	2.1. Reforço das redes institucionais de promoção da empregabilidade	Negociar (a partir da CIM) programas de estágios com entidades e empresas	-
			Melhorar qualidade do emprego e salários	-
			Criar iniciativas/mecanismos que permitam a compatibilização do trabalho com a vida familiar	-
			Promover dinâmicas de informação e orientação vocacional	X
2.2. Valorizar e ajustar o perfil de competências profissionais da população ao contexto territorial		Realizar diagnóstico distrital de necessidades de qualificação do território	-	
		Incluir o ensino regular no diagnóstico	-	

DOMÍNIO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS PROPOSTAS	INTEGRAÇÃO NO PDS
		Desenvolver percursos de qualificação à medida das necessidades das empresas	x
		Adequar rede de oferta formativa conforme diagnóstico e níveis de qualificação	x
		Priorizar jovens do 3º ciclo do ensino básico (saídas profissionais) + secundário	x
		Combater o abandono escolar	X
		Investir nos percursos regulares e profissionalizantes	X
		Cruzar PDS com Carta Educativa	-
	2.3. Implementação de programas para promover a inserção profissional de grupos específicos (desempregados de longa duração, mulheres, jovens e pessoas com deficiência) Inclusão na educação e emprego	Investir na inserção profissional de públicos-alvo específicos (mulheres, jovens, desempregados de longa duração, pessoas com deficiência)	X
		Sensibilizar entidades empregadoras / associações empresariais para a integração de públicos-alvo específicos (mulheres, jovens, desempregados longa duração, pessoas com deficiência)	X
		Sensibilizar quem legisla a nível macro (articulação através da CIM) com relação aos públicos-alvo específicos (mulheres, jovens, desempregados longa duração, pessoas com deficiência)	-
		Desenvolver formas de minimizar estigma da doença mental no acesso à formação profissional e ao emprego	X
	2.4. Reforço das competências pessoais e sociais das pessoas à procura de emprego	Reconhecer competências adquiridas ao longo da vida	X
		Reforçar competências sociais de desempregados	x
		Apostar no ensino profissional	X
		Realizar campanhas criativas e estimulantes para formações de jovens e adultos	X
3. Pobreza, Privação Material e Exclusão Social	3.1. Sinalização, monitorização e acompanhamento das situações de exclusão social associadas à privação material e social		

DOMÍNIO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS PROPOSTAS	INTEGRAÇÃO NO PDS	
	3.2. Promoção de respostas sociais assentes na inovação social e na experimentação			
	3.3. Reforço das respostas sociais dirigidas à família e comunidade em geral			
	3.4. Promoção do acompanhamento de proximidade e integração de respostas adaptadas	Pensar nas respostas em conjunto - em particular vagas de emergência social (debater com a Segurança Social)		
		Promover o acesso a serviços essenciais		
	3.5. Promoção da cultura, desporto e lazer como fatores de inclusão social	Sinalizar e acompanhar casos de exclusão social		X
		Trabalhar a cultura, o desporto e o lazer para a inclusão social		X
		Reforçar respostas para família e comunidade		X
Aumentar acompanhamento de proximidade			X	
	Experimentar respostas inovadoras		X	
4. Habitação, Acessibilidade e Acesso aos Serviços	4.1. Capacitação e envolvimento das entidades da rede social na sinalização e monitorização de problemas de grave carência habitacional	Sinalizar e monitorizar carência habitacional	X	
	4.2. Reforço da oferta de habitação social dirigida à resolução de problemas de grave carência habitacional	Reforçar habitação social	-	
	4.3. Promoção de uma estratégia de promoção da habitação acessível concertada ao nível supramunicipal	Implementar programas (mais específicos locais) de apoio ao arrendamento e compra de habitação		-
		Promover o acesso a habitação a valores controlados para a fixação de jovens		-
		Incentivar a criação de habitação		-
		Propor solução para a falta de habitação para a população migrante		X
4.4. Coordenação ao nível intermunicipal das respostas habitacionais para situações urgentes e temporárias	Coordenar a nível supraconcelhio habitação para situações urgentes e temporárias		X	

DOMÍNIO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS PROPOSTAS	INTEGRAÇÃO NO PDS
	4.5. Monitorizar a população em situação de sem abrigo e otimizar a intervenção a nível local	Monitorizar para intervir junto da população sem-abrigo	X
	4.6. Adoção de soluções de transporte público mais ajustadas à realidade física e social do território (por exemplo, o transporte a pedido)	Melhorar rede de transporte a nível supramunicipal - transversal	x
		Aumentar investimento por parte da CIM/ municípios à transportes públicos subsidiados	-
		Criar redes de transporte internas: - Organizar serviços existentes - Criar transporte para idosos e pessoas com mobilidade reduzida - Criar transporte específico para acesso a serviços de saúde - Criar rotas que permitam a ligação entre concelhos para toda a rede escolar	x
4.7. Promoção da acessibilidade universal aos serviços e equipamentos públicos	Melhorar acessibilidade nos edifícios públicos	x	
5. Infância e Juventude	5.1. Garantia de níveis adequados de cobertura territorial/ populacional dos equipamentos socioeducativos dirigidos às crianças e jovens	Criar rede de suporte para crianças que não têm apoio familiar	X
		Criar bolsa de estudantes universitários para dar resposta aos tempos livres das crianças e jovens - para que as crianças estejam acompanhadas enquanto os familiares estão a trabalhar	x
		Ampliar vagas para integração temporária (acolhimento de emergência) de crianças e jovens	X
		Investir em formação profissional e empregos na área de atendimento e cuidado	x
	5.2. Consolidação de um modelo de intervenção integrada, do ponto de vista institucional, no acompanhamento de casos de crianças e jovens em situação de perigo	Articular respostas a nível distrital	
		Criar equipas multidisciplinares para intervenção precoce e acompanhamento contínuo no percurso de crianças e jovens	
		Criar programa de prevenção com sessões "primeiros socorros" para a saúde mental	
		Aumentar vagas de acolhimento temporário para jovens	
		Ter em atenção as respostas preventivas quanto à toxicodependência	

DOMÍNIO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS PROPOSTAS	INTEGRAÇÃO NO PDS
		Reforçar comissões e equipas locais de intervenção para atuar na intervenção precoce	
	5.3. Promoção de respostas sociais em contextos não formais, nomeadamente no âmbito de atividades desportivas, culturais e de lazer	Desenvolver programa de voluntariado para jovens de forma a combater a dependência da tecnologia	x
		Fiscalizar certificação de famílias de acolhimento privado	x
		Aumentar vagas e criar outras respostas para 1ª infância	X
	5.4. Reforço da intervenção de caráter preventivo (sensibilização e capacitação), junto da comunidade e das famílias	Mobilizar escolas para capacitação parental (p. ex. à noite nos equipamentos escolares, pode haver outra atividade para filhos/as ao mesmo tempo)	X
		Garantir formas de conciliação familiar e profissional	x
		Realizar ações de capacitação e educação parental	X
6. Envelhecimento ativo	6.1. Promoção do envelhecimento ativo em contexto laboral e/ou comunitário	Criar projetos de interação intergeracional articulados a nível municipal e supramunicipal	x
		Criar projetos em outros domínios / setores - transportes, desporto, saúde, cultura, lazer, etc.	-
		Promover envelhecimento ativo com encontro de grupos de diferentes concelhos de idosos/as	x
		Criar apoios e estruturas adequadas para colmatar a falta de autonomia dos utentes	X
		Formar técnicos para dar apoio específico aos idosos que exercem atividade agrícola	-
	6.2. Prevenção e monitorização das situações de isolamento social das pessoas idosas	Realizar levantamento das necessidades específicas para respostas presenciais e à distância (por parceiros)	x
		Implementar programas de monitorização e identificação à distância de problemas de saúde	X
	6.3. Reforço da quantidade, qualidade e integração das respostas sociais de proximidade dirigidas às pessoas idosas, procurando assegurar as condições para a	Realizar ações de capacitação de cuidadores informais	X
		Criar apoio e acompanhamento à saúde e descanso dos cuidadores	X
		Repensar modelo - p. ex. banco de horas de cuidadores ajustado (estimulação física e cognitiva)	-

DOMÍNIO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS PROPOSTAS	INTEGRAÇÃO NO PDS
	manutenção das mesmas no seu habitat (casa e comunidade)	Ampliar formação e capacitação de profissionais na área da geriatria	X
		Promover reflexão sobre abordagem à demência e desenvolver cooperação com Segurança Social (para alteração protocolos) em busca de novas respostas	-
	6.4. Promoção de uma cobertura equitativa, eficaz e sustentável dos equipamentos dirigidos ao acolhimento residencial de pessoas idosas	ERPI - Criar lista de espera única para gestão de necessidades	x
		Reestruturar os serviços de apoio domiciliário - acompanhamento noturno/jantar/medicação	x
		Ampliar e articular a cobertura de serviços: lares, centros de dia, centros de noite	x
		Ampliar apoio domiciliário para idosos/as autónomos	x
		Reforçar respostas de proximidade (domicílio e comunidade)	x
Criar uma unidade de cuidados paliativos no Alto Minho	X		
7. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental	7.1. Coordenação institucional tendo em vista a sinalização e acompanhamento dos casos de dependências, demência e doenças neurodegenerativas		
	7.2. Combate às dinâmicas de exclusão (e discriminação) social das pessoas deficientes		
	7.3. Promoção da autonomia e vida independente das pessoas deficientes	Criar uma plataforma de gestão e partilha de lista de espera	X
		Realizar campanhas de sensibilização junto das empresas para acolhimento a pessoas com deficiência	x
		Promover respostas integradas e transversais para idosos com autonomia e idosos dependentes	X
		Aumentar as respostas de atendimento e apoio domiciliário	x
		Criar e dinamizar redes de vizinhança e voluntariado	X
		Aumentar o número de vagas em ERPI	X
		Adequar rede de transporte às diferentes necessidades	-
	Criar um programa supramunicipal de prevenção e deteção precoce da doença mental para escolas e empresas	X	

DOMÍNIO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS PROPOSTAS	INTEGRAÇÃO NO PDS
	7.4. Aumentar, diversificar e articular (entre entidades) as respostas sociais no domínio da deficiência e doença mental	Realizar uma campanha de comunicação e sensibilização dirigida a jovens, para prevenir a doença mental	x
		Formar equipas multidisciplinares de acompanhamento de proximidade de pessoas com problemas de saúde mental no terreno, para atuar em instituições e em ambiente familiar	X
		Desenvolver respostas especializadas a pessoas em situações graves que as instituições não conseguem apoiar	x
		Ampliar o número de espaços de acolhimento	X
		Investir nas respostas de atendimento e apoio domiciliário	X
		Descentralizar as consultas de especialidades, promovendo a deslocação regular de técnicos e profissionais aos centros de saúde e constituindo equipas multidisciplinares que deem apoio no terreno (atendimento domiciliário)	x
		Criar respostas de acompanhamento de base comunitária	X
		Realizar ações de capacitação dirigidas a profissionais (recursos humanos) para lidar com utentes institucionalizados em situação de demência	X
		Formar atores sociais (familiares, voluntariado, profissionais) para atuar no domínio da intervenção em situações de demência	X
		Sinalizar e acompanhar casos de demência	X
	7.5. Promoção de respostas sociais para as dependências, de maior proximidade e adaptadas ao território	Melhorar respostas de intervenção e acompanhamento de forma a evitar a reincidência	X
	7.6. Diversificação das respostas e promover a articulação das políticas	Partilhar conhecimentos e projetos de sucesso	X
		Criar Oficinas do Lazer como projeto de partilha de atividades entre as IPSS e replicar distritalmente	x
		Divulgar projeto "Ginástica Geriátrica" de Ponte da Barca, para replicação em outros locais	x

DOMÍNIO ESTRATÉGICO	OBJETIVOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS PROPOSTAS	INTEGRAÇÃO NO PDS
	7.7. Capacitação e acompanhamento dos cuidadores informais	Criar rede que permita acolhimento temporário para descanso de cuidadores (que cuidem de pessoas com problemas de saúde mental, deficiência, ou de idosos)	X
		Criar grupos de partilha para cuidadores informais	X
		Desenvolver estratégias para responder a emergências e situações de crise para atender pessoas com deficiências (descanso do cuidador)	x
8. Segurança e Violência Doméstica e de Género	8.1. Coordenação institucional no sentido de sinalizar, diagnosticar e prevenir os casos de violência doméstica	Desenvolver políticas e programas de prevenção da violência através da promoção da igualdade de género	x
	8.2. Apoio às vítimas de violência doméstica, garantindo uma cobertura equitativa das respostas, serviços e equipamentos	Melhorar cobertura de respostas para vítimas de violência doméstica	X
	8.3. Capacitar o conjunto de atores que operam no âmbito da violência doméstica	Capacitar atores sociais e institucionais para a intervenção na violência doméstica	X
	8.4. Coerência institucional na resposta à violência de género		
	8.5. Orientação para a cidadania plena das vítimas	Promover integração plena de vítimas de violência doméstica	x

EIXOS ESTRATÉGICOS	MEDIDAS	INTEGRAÇÃO NO PDS
1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal	Grupo de trabalho de capacitação multinível	Sim, integrado nos projetos 1, 5, 6, 7 e 10
	Definição de modelo de governança da Rede Social Supramunicipal	Sim, integrado nos projetos 2, 3 e 10
2. Emprego, Formação Profissional e Educação	Programa integrado de conhecimento do mundo laboral	Sim, integrado nos projetos 6, 7 e 11
	Rede supramunicipal de sinalização apoio a jovens que não completam o percurso educativo normal (15-24) - equipa especializada de acompanhamento	
3. Pobreza e Privação Material e Habitação e Acesso aos Serviços Públicos	Modelo de habitação partilhada para pessoas/famílias com dificuldades em conseguir habitação	Sim, parcialmente integrado nos projetos 12 e 17
	SEGURANÇA ALIMENTAR - Redesenhar a rede de apoio existente	
	MELHORAR rede de TRANSPORTES intermunicipal	Sim, integrado no projeto 15
4. Intervenção dirigida a Crianças e Jovens	Programas para educação não formal	Sim, integrado nos projetos 2, 4, 11, 12 e 13
5. Intervenção dirigida a Pessoas Idosas	Fórum de articulação de projetos, ideias e infraestruturas	Sim, parcialmente integrado nos projetos 2, 10, 12, 14, 16 e 20
	Táxi social	Sim, integrado no projeto 15
6. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental	Modelo de acolhimento residencial para pessoas com problemas de doença mental, deficiências e dependências	Sim, integrado nos projetos 2, 3, 10, 17, 21 e 23
	Modelo Housing First (destinado a pessoas em situação de sem-abrigo, mas também outros utentes com outras problemáticas)	Sim, parcialmente integrado no projeto 17
	Rede de referência intermunicipal mais eficiente, com articulação com a rede de recursos/respostas já existentes (para qualquer tipo de deficiência ou incapacidade)	Sim, parcialmente integrado no projeto 9
	Cartão do Cuidador (acesso privilegiado a serviços - p. ex: marcar consultas; supermercado)	Sim, parcialmente integrado nos projetos 8 e 10
	Implementar noutros concelhos o projeto "Cuidar de Quem Cuida"	Sim, parcialmente integrado nos projetos 8 e 10
7. Segurança e Violência Doméstica e de Género	Plano estruturado de formação supramunicipal	Sim, integrado nos projetos 5, 9, 10 e 19

MEDIDAS PROPOSTAS	DESCRIÇÃO	PROMOTORES	PARCEIROS	RECURSOS	IMPACTOS PREVISTOS
1. Governação, Capacitação e Organização da Rede Social Supramunicipal					
Grupo de trabalho de capacitação multinível	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver uma comunidade de aprendizagem que conecte o mundo empresarial, político e comunitário, além dos técnicos que estão na linha da frente; - Trabalhar em microgrupos de trabalho para os eixos temáticos, cruzando as áreas de intervenção sempre que possível; - Desenvolver uma estrutura que facilite a participação das entidades; - Capacitar os parceiros sociais para desenhar intervenções diferenciadas; - Capacitar equipas para o acompanhamento das pessoas em processo de autonomização; - Trabalhar processos retroativos para aumentar a qualidade de intervenção social. 	<ul style="list-style-type: none"> - CIM Alto Minho - Sistema de rotação, em que no primeiro momento as entidades locais seriam parceiras, e depois passariam a promotoras, assumindo como prioritária esta tarefa nos seus planos de ação 	<ul style="list-style-type: none"> - Academia; - Empresas; - Entidades internacionais (Realizar um diagnóstico de parceiros) 	<ul style="list-style-type: none"> - Empresas que possam assumir cofinanciamento; - Linhas de financiamento comunitário (2030 inovação social); - Sistema de partilha de recursos internos entre as entidades, que potencie o trabalho coletivo; - Bolsa de investidores, que possam apadrinhar projetos; - Utilizar mecanismos económicos que ajudam a manter respostas sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior capacidade de agregação, com a possibilidade de criar consórcios para candidaturas mais alargadas, atingindo mais públicos-alvo; - Processos de aperfeiçoamento constante através de uma estrutura que permita a continuidade dos projetos; - Abertura para o lançamento de novos objetivos e maior capacidade para acompanhar novos desafios; - Gestão de recursos mais eficiente; - Maior incentivo ao empreendedorismo dentro do setor social, permitindo a sustentabilidade dos projetos e os seus impactos.
Definição de modelo de governança da Rede Social Supramunicipal	<ul style="list-style-type: none"> - Desenvolver diagnóstico de toda a intervenção social no território através de uma plataforma de recolha de 				

MEDIDAS PROPOSTAS	DESCRIÇÃO	PROMOTORES	PARCEIROS	RECURSOS	IMPACTOS PREVISTOS
	<p>informação (n.º de instituições, públicos-alvo, valências etc.);</p> <ul style="list-style-type: none"> - Dinamizar grupos de trabalho por problema social ao nível supramunicipal para partilha de informação; - Assegurar a sustentabilidade - planeamento de projetos de continuidade e abordagem integrada; - Desenvolver diagnósticos de necessidades; - Desenvolver processos de motivação da participação e envolvimento; - Desenvolver modelos de inovação (processos organizacionais e desenho de serviços). 				
2. Emprego, Formação Profissional e Educação					
Programa integrado de conhecimento do mundo laboral	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto de formações integradas com as atividades escolares - jovens que ainda não terminaram o percurso educativo; - Inclui experiência 1-2 dias em empresa - jovens que ainda não terminaram o percurso educativo; - Capacitar mentores/as locais (de empresas e 	<ul style="list-style-type: none"> - CIM Alto Minho - Gabinete específico educação/emprego - Rede de atores do setor da educação (escolas básicas, secundárias e profissionais, centros Qualifica e empresas). 	<ul style="list-style-type: none"> - IEF; - Juntas de freguesia; - Escolas profissionais e Escolas de 2º e 3º ciclos; - Empresas. 	<ul style="list-style-type: none"> - Trabalho em rede para a partilha de recursos; - Redes de contactos em empresas; - Captação de financiamento para equipa especializada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Realização pessoal e profissional; - Maior integração social; - Diminuição do desemprego; - Maior oferta de mão-de-obra qualificada; - Empresas mais produtivas.

MEDIDAS PROPOSTAS	DESCRIÇÃO	PROMOTORES	PARCEIROS	RECURSOS	IMPACTOS PREVISTOS
	<p>organizações) para fazer mentoria destes jovens;</p> <p>Realizar eventos de promoção do emprego voltados a setores específicos (ex. geriatria, indústria automóvel) de acordo com necessidades locais - adultos desempregados;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Realizar mais iniciativas para dar a conhecer ofertas de emprego na tecnologia - jovens que ainda não terminaram o percurso educativo + adultos desempregados. 				
3. Pobreza e Privação Material e Habitação e Acesso aos Serviços Públicos					
Modelo de habitação partilhada para pessoas/famílias com dificuldades em conseguir habitação	<ul style="list-style-type: none"> - Criar uma rede supramunicipal, constituída por núcleos de atendimento e sinalização de casos para intervenção; - Dispor de arrendamento acessível para públicos com mais necessidades; - Criar grupos de trabalho para produção de um diagnóstico mais amplo sobre o tema; 	- Rede de autarquias	<ul style="list-style-type: none"> - Imobiliárias; - Proprietários; - Associações; - Entidades da Rede Social 	<ul style="list-style-type: none"> - Casas abandonadas arrendadas pelas autarquias para restauro; - Recursos já existentes (humanos e materiais); - Financiamentos alternativos. 	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de inserção social (sem-abrigos, migrantes, famílias de baixa renda); - Melhorar a qualidade de vidas das pessoas; - Potenciar os recursos que já temos.

MEDIDAS PROPOSTAS	DESCRIÇÃO	PROMOTORES	PARCEIROS	RECURSOS	IMPACTOS PREVISTOS
	- Desenvolver processos participativos (Conselhos de cidadãos).				
4. Intervenção dirigida a Crianças e Jovens					
Programas para educação não formal	<ul style="list-style-type: none"> - Dinamizar oficinas de competências socioemocionais (educação não formal); - Abranger todas as crianças com carências socioeconómicas e crianças institucionalizadas; - Produzir mapeamento da oferta existente no território; - Criar plataforma digital que facilite a comunicação e a articulação em rede das atividades existentes; - Desenvolver proposta em articulação com as escolas e com as famílias (treinos de competências parentais/ parentalidade positiva). 	<ul style="list-style-type: none"> - CIM Alto Minho; - Associações distritais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Municípios (com a função de articulação entre os parceiros); - Instituições de Ensino Superior, Escolas, Associações, Clubes; - Comunidade. (monitorização partilhada) 	<ul style="list-style-type: none"> - Partilha de recursos entre entidades - Articulação nos transportes existentes - Fundos europeus - CIM Alto Minho 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor integração social de crianças e jovens; - Desenvolvimento mais holístico, no desenvolvimento de outras capacidades para além do sucesso escolar; - Crianças e jovens mais capacitadas para a cidadania ativa; - Valorização da opinião das crianças e jovens; - Maior oferta de ocupação saudável dos tempos livres das crianças e jovens; - Maior envolvimento das famílias e comunidade em geral no desenvolvimento das crianças e jovens.
5. Intervenção dirigida a Pessoas Idosas					
Fórum de articulação de projetos, ideias e infraestruturas	<ul style="list-style-type: none"> - Ouvir as pessoas idosas para a criação de estratégias (gestão de expectativas); - Gerar conhecimento para o envelhecimento; 	<ul style="list-style-type: none"> - CIM Alto Minho 	<ul style="list-style-type: none"> - Organizações da sociedade civil; - IPSS - Juntas de freguesias; - Igreja; 	<ul style="list-style-type: none"> - Criar redes de vizinhança para doação de tempo e recursos (canais de envolvimento e divulgação); 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da capacidade das organizações para responder às necessidades afetivas;

MEDIDAS PROPOSTAS	DESCRIÇÃO	PROMOTORES	PARCEIROS	RECURSOS	IMPACTOS PREVISTOS
	<ul style="list-style-type: none"> - Plataforma para identificação de voluntários e recursos (sinergias); - Desenvolver um conjunto de medidas de apoio à criação de novos serviços e reconhecimento de boas práticas; - Desenvolver indicadores de avaliação 		<ul style="list-style-type: none"> - Academia; - USF (sinalização de situações) - Empresas (responsabilidade social) 	<ul style="list-style-type: none"> - Bolsas de recursos (materiais e humanos). 	<ul style="list-style-type: none"> - Melhor qualidade de vida dos idosos (aumento da longevidade); - Maior capacidade da comunidade em responder às necessidades do território; - Dar voz às pessoas idosas
6. Saúde, Deficiência, Dependências e Saúde Mental					
Modelo de acolhimento residencial para pessoas com problemas de doença mental, deficiências e dependências	<ul style="list-style-type: none"> - Criar "Casas SOS" para situações de emergência, provisórias e para colmatar respostas diurnas; - Desenvolver alternativa de habitação colaborativa; - Desenvolver trabalho de proximidade e de continuidade com os utentes; - Criar programas para ajudar os utentes a estruturar projetos de vida; - Criar plataforma digital para partilha de boas práticas direcionadas ao tema 	- Municípios	<ul style="list-style-type: none"> - IPSS; - Segurança Social; - UCC; - Agrupamentos de escolas; - Atores locais; - Empresas de tecnologia (responsabilidade social) 	<ul style="list-style-type: none"> - Recursos humanos (partilha de experiências/ pessoas no terreno); - Casas para implementação do modelo; - Fundos comunitários 	<ul style="list-style-type: none"> - Diminuição de pessoas em situação de sem abrigo; - Melhoria da saúde dos utentes (mais qualidade de vida); - Maior otimização da capacidade de resposta já instalada
7. Segurança e Violência Doméstica e de Género					
Plano estruturado de formação supramunicipal	<ul style="list-style-type: none"> - Criar grupos de trabalho para trabalhar a prevenção à violência e desenvolver 	- CIM Alto Minho	<ul style="list-style-type: none"> - Municípios (função de articulação com os parceiros); 	<ul style="list-style-type: none"> - Formalização de um protocolo oficial com as entidades parceiras para 	<ul style="list-style-type: none"> - Maior padronização dos procedimentos;

MEDIDAS PROPOSTAS	DESCRIÇÃO	PROMOTORES	PARCEIROS	RECURSOS	IMPACTOS PREVISTOS
	<p>programas de formação na área para as entidades;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar um amplo plano de formação em parceria com os técnicos especialistas; - Oferecer formação para as vítimas com o objetivo de preparar para a parte processual; - Promover igualdade de género nas escolas (prevenção); - Promover ações de formação e sensibilização para a sociedade civil (prevenção) 		<ul style="list-style-type: none"> - Entidades da Saúde, Educação, IPSS, PSP, GNR, CIG, IEFP, Ministério Público 	<p>disponibilizar técnicos e recursos para o desenvolvimento do plano;</p> <ul style="list-style-type: none"> - Campanha de incentivo para o envolvimento das entidades parceiras durante todo o processo de implementação; - Obrigatoriedade de inclusão do projeto no plano de ação das entidades parceiras; - Aumento das equipas para a concretização do plano (mais financiamento); - Aproveitamento dos recursos existentes 	<ul style="list-style-type: none"> - Intervenção mais precoce; - Mudança de mentalidade através de maior conscientização sobre o problema; - Maior empoderamento dos técnicos; - Maior dinamização da rede; - Maior proximidade e articulação entre as entidades parceiras e os recursos/ serviços disponíveis

